

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE MESTRADO

Ana Margareth Manique de Melo

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO:
ENTRELAÇAMENTOS E INFLUÊNCIAS NA VIDA DAS PESSOAS
TRANSEXUAIS

RECIFE

2020

Ana Margareth Manique de Melo

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO:
ENTRELAÇAMENTOS E INFLUÊNCIAS NA VIDA DAS PESSOAS
TRANSEXUAIS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências da Religião, no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas:
Ciências da Religião e Teologia.

Orientadora: Profa. Dra. Zuleica Dantas Pereira Campos.

Coorientadora: Profa. Dra. Valdenice José Raimundo.

RECIFE

2020

AGRADECIMENTOS

Este é o momento de finalização de um projeto, de um sonho. Mas também é o momento de confirmação que muito ainda desejo aprender. Por isso o sentimento de gratidão se faz presente.

Sim, ser grata é o estado de espírito que me encontro.

Grata pelas palavras de incentivo, de apoio e de confiança que recebi de pessoas próximas e de familiares que acompanharam desde o início, quando havia apenas um sonho em avançar mais um degrau dentro do mundo acadêmico.

Gratidão às pessoas que conheci quando ainda estava à procura da instituição educacional que poderia acolher minhas inquietações e que, com suas singulares, me mostraram que havia um caminho para transformá-las em uma Dissertação de Mestrado.

Como não estar grata, com a possibilidade de estudar e aprender sobre as religiões e seus pressupostos, com uma postura respeitosa, proporcionada pelo desenvolvimento da capacidade de distanciamento do meu lugar de fé, tão necessário ao cientista da religião.

Porém, esta experiência se tornou algo bastante significativo em minha vida, por ter tido a oportunidade de construí-la ao lado de pessoas que muito me enriqueceram como ser humano, ao compartilharem suas trajetórias de vida, com suas singularidades, dores e alegrias. Aos homens e mulheres trans, participantes da pesquisa, minha imensa gratidão.

À minha Orientadora, Profa. Dra. Zuleica Dantas, meu profundo carinho, admiração e gratidão, por ter me conduzido com assertividade e acolhimento, principalmente nos momentos difíceis que se fizeram presentes em minha vida nesse lapso de tempo.

À minha Coorientadora, Profa. Dra. Valdenice Raimundo, gratidão pela solicitude sempre presente, e pelas significativas contribuições.

Gratidão ao Prof. Dr. Newton Cabral, por ter me acolhido e incentivado desde o início e, no final, estar presente e contribuir com importantes sugestões como membro da banca avaliadora.

Gratidão à Profa. Dra. M^a Grazia Cribari Cardoso, por fazer parte da banca avaliadora e contribuir com sua experiência e conhecimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão de bolsa semi-integral.

“Conduzir estudos no território transgênero é como explorar uma costa com muitos
arrecifes e bancos de areia:

- a navegação é basicamente cheia de surpresas.

Mesmo em dias de mar calmo, jamais se pode confiar inteiramente no que se vê na
superfície da água.

Tal como o piloto de um barco numa costa acidentada,
a atenção do pesquisador no território transgênero deve estar permanentemente voltada
para o que eventualmente está sob as águas,
abaixo da superfície;
para o que não é visto e/ou que não se deixa ver;
para as formações absolutamente transitórias,
que deixam marcas apenas passageiras na geografia do litoral que logo se
metamorfoseiam em outra coisa.”

Letícia Lanz.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

BBC - British Broadcasting Corporation (Corporação Britânica de Radiodifusão).

CBN – Central Brasileira de Notícias.

CNE/CP - Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno.

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CFP - Conselho Federal de Psicologia

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio.

GPP Grupo de Planejamento e Pesquisa

IBTE - Instituto Brasileiro Trans de Educação.

ICM - Igreja Cristã Metropolitana.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases.

LC - Letramento Crítico.

LNB - Linguagem Não-Binária.

LP - Língua Padrão.

MEC – Ministério da Educação.

ONUBR – Organizações das Nações Unidas Brasil.

OMS – Organização Mundial da Saúde.

PcDs - Pessoas com Deficiência.

POs - Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos.

TvT - Transrespect versus Transphobia Worldwide (Transrespeito versus Transfobia no mundo).

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco.

RESUMO

Essa pesquisa buscou compreender as pessoas transexuais a partir do acesso à educação formal e suas vivências religiosas cristãs, católica e evangélica. Analisou as possíveis formas de influência desses marcadores para as relações intra e interpessoais dessas pessoas na contemporaneidade. Desde meados da década de 1970, um número significativo de pesquisadores tem se dedicado à compreensão do ser humano a partir da sexualidade. Porém há maior ênfase em estudos sobre a homossexualidade e não sobre a transexualidade. Foram trabalhados conteúdos como educação, religiosidade, repressão sexual, bio-poder e exclusão social, relacionados com os conceitos de sexo, sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero e transexualidade. A metodologia qualitativa amparou as entrevistas semiestruturadas, realizadas com dez homens e mulheres transexuais com idades entre vinte e um e cinquenta e cinco anos, com diferentes níveis de escolaridade, residentes na região do Grande Recife. Buscou-se com essa amostra alcançar pluralidade de experiências. Variadas formas de dificuldades enfrentadas pelas pessoas transexuais foram apontadas, principalmente, nos espaços familiares, religiosos, educacionais e no mercado de trabalho, como preconceito, discriminação, invisibilidade e exclusão. A partir da Análise de discurso aplicada aos dados obtidos com as entrevistas, constatou-se que, em grande medida, a educação formal foi um marcador capaz de influenciá-las na escolha de pertença a uma religião, além de que, para essas pessoas, aquela é um caminho legítimo e capaz de fortalecê-las para o enfrentamento dos dissabores vivenciados na busca pelo respeito e pela conquista da cidadania, pois como transexuais sofrem por não estarem enquadrados na heteronormatividade.

Palavras-chave: Educação Formal. Religiões Cristãs. Transexualidade.

ABSTRACT

This study sought to understand transgender people from access to formal education and their Christian, Catholic and evangelical religious experiences. It analyzed the possible forms of contribution of these markers to the intra and interpersonal relations of these people in contemporary times. Since the mid-1970s, a significant number of researchers have dedicated themselves to understanding human beings through sexuality. However, the vast majority are studies aimed at homosexuality and not transsexuality. Content such as education, religiosity, sexual repression, bio-power and social exclusion, related to the concepts of sex, sexuality, sexual orientation, gender identity and transsexuality were worked on. The qualitative methodology supported the semi-structured interviews, carried out with ten transsexual men and women aged between twenty-one and fifty-five years old, with different levels of education, living in the Greater Recife region. With this sample, we sought to achieve a plurality of experiences. Various forms of difficulties faced by transsexual people were pointed out, mainly, in family, religious, educational and labor market spaces, such as prejudice, discrimination, invisibility and exclusion. From the Discourse Analysis applied to the data obtained from the interviews, it was found that, to a large extent, formal education was a marker capable of influencing them in the choice of belonging to a religion, besides that, for these people, that is a legitimate way and capable of strengthening them to face the unpleasantness experienced in the search for respect and the conquest of citizenship, because as transsexuals they suffer because they are not framed in heteronormativity.

Key words: Formal Education. Christian Religions. Transsexuality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	A SEXUALIDADE HUMANA A PARTIR DE DIFERENTES MARCADORES	11
	2.1 A Sexualidade no Contexto Histórico.....	11
	2.2 Experiência Religiosa e Transexualidade.....	25
	2.3 E o Acesso à Educação pelas Pessoas Transexuais?	34
3	TRANSEXUAIS: VIVÊNCIAS RELIGIOSAS E SINGULARIDADES	44
	3.1 Reviver Experiências Através da Fala.....	44
	3.2 A Transexualidade nos Espaços Religiosos.....	51
	3.3 Instituições de Ensino e a Transexualidade.....	58
	3.4 Transexualidade, Formação Intelectual e Religiosidade.....	64
4	A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA COMPREENSÃO DO LUGAR QUE SE OCUPA NA SOCIEDADE	74
	4.1 A Importância da Educação para o Autoconhecimento.....	75
	4.2 O Acesso ao Ensino Superior como Fortalecimento da Cidadania para Pessoas Transexuais.....	86
	4.3 O Mercado de Trabalho para Pessoas Transexuais.....	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	107
	APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	123
	APÊNDICE B - Entrevista	125

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar as pessoas transexuais a partir de suas relações com a educação formal e as religiões cristãs — católica e evangélica¹.

O Ser humano é objeto de muitas pesquisas, estudos e reflexões revelam que ele é construtor das sociedades e das culturas. Apesar de ser inteligível e possuidor de variadas formas de comunicação, quando desenvolve suas relações sociais, econômicas, políticas e religiosas a partir de valores e paradigmas conservadores², tem grande chance de dificultar seu progresso enquanto ser sociável.

Entendemos ser imprescindível apoiar esse estudo em valores, teorias e conceitos construídos a partir de questões políticas e morais relacionadas às pessoas transexuais³.

Para alicerçar e nortear, determinou-se como objetivos específicos - compreender a transexualidade na História, investigar as vivências religiosas e espirituais dos transexuais, e descrever como ocorre a educação formal para essas pessoas.

Percebemos que a pessoa transexual se vê impelida a se esconder, a se negar, pois ao se reconhecer no gênero⁴ oposto ao seu, o desejo de utilizar vestimentas e comportamentos que estão em consonância com o gênero a que se vê pertencente, quase sempre sofre preconceitos, geradores de discriminações e exclusões nos espaços que almejam pertencer.

Essa experiência é vivida de modo recorrente pelos transexuais. São posturas e atitudes defendidas por conservadores e fundamentalistas religiosos⁵.

Percebe-se que ao vivenciar a identidade de gênero⁶ e orientação sexual⁷ como referenciais de si para o desenvolvimento de suas relações interpessoais, as pessoas

¹ Embora eu tenha conhecimento da pluralidade do campo religioso, optei por fazer uso do singular ao me referir a Religião Católica e a Religião Evangélica. Essa escolha teve o intuito de não restringir os entrevistados em seus pertencimentos, mas, sim, acolher as diversas denominações e congregações a que se referiram em seus relatos.

² Atitude de enfrentamento a mudanças no ordenamento político que possam vir a transformar as relações de poder em uma sociedade (HIRSCHMAM, 1992).

³ Aquele(a) que sente-se em dissonância com sua identidade de gênero e seu sexo genital (LANZ, 2014).

⁴ Dispositivo de classificação binário, ou seja, composto por apenas duas categorias rígidas – homem e mulher (masculino e feminino), as quais mantêm relação com o órgão genital (LANZ, 2014).

⁵ Reação autoritária a avanços de novas concepções e que contrariam as leituras e interpretações dos textos bíblicos, realizadas pelos líderes religiosos (MALAVOLTA, 2015).

⁶ Refere-se a como cada ser humano se vê em relação a feminilidade e masculinidade; significado de homem e de mulher em época e sociedade determinadas (LANZ, 2014).

⁷ Desejo e/ou atração por pessoa(s) específica(s) para manter relações sexuais. Heterossexual: homem se atrai e mantém relação com mulher ou vice-versa. Homossexual: homem se atrai por outro homem e mantém relação sexual com outro homem; mulher se atrai por outra mulher e mantém relação sexual com outra mulher. Bissexual: homem ou mulher se atraem e mantém relação sexual com os dois sexos (LANZ, 2014).

transexuais, se deparam com a grande dificuldade em serem compreendidas e acolhidas como um(a) filho(a), pois este(a) por seus familiares, pois estariam fora do padrão pré-estabelecido pela heteronormatividade como algo não ‘natural’, e não “aceito por Deus”.

Porém, nos parece que apesar da imposição de dogmas religiosos, realizada por algumas denominações⁸, no intuito de evitar a visibilidade da diversidade sexual⁹, tal atitude não logra êxito pelo fato da sexualidade perpassar todos nós.

Por isso, acreditamos que a importância dessa pesquisa repousa na contribuição da visibilidade e disseminação do tema. Entendemos que entrelaçar educação, religião e transexualidade proporciona uma nova visão e compreensão a respeito das pessoas transexuais.

Escola e Igreja são instituições. Como tal, desenvolvem seus trabalhos empregando limitações a participação de seus membros de acordo com sua identidade e orientação sexual, entre outros referenciais e construtores de diferenças. Portanto, nesses espaços, em grande medida, estão presentes a opressão e a exclusão das pessoas transexuais.

Segundo Passos (2013), estamos em momento de transformações, e isso estimula reflexões e construção de novos paradigmas. Dessa forma, são muito bem vindas pesquisas com perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar. Atualmente, no mundo acadêmico, se desenvolvem estudos em graduação e pós-graduação no curso de Ciência¹⁰ da Religião. Este tem entre seus objetivos, articular não apenas entre disciplinas e instituições, mas, sim, entre conhecimento religioso, sociedade e história, buscando demonstrar o papel e a relevância da relação do indivíduo com a religião.

Foi por comungarmos com a ideia da importância da perspectiva interdisciplinar para essa pesquisa, que encontramos no campo das Ciências da Religião o aporte necessário para que sua construção se realizasse de forma a abranger diferentes interpretações e posicionamentos sobre o tema a ser estudado.

Como psicóloga, tivemos a oportunidade de realizar terapia de grupo com transexuais, e naqueles momentos pudemos nos aproximar de suas dores. A partir dessa

⁸ No sentido cristão é uma organização religiosa que trabalha com um nome comum, e versões de uma mesma doutrina, apesar de características distintivas (MISSAOJOVEM, 2018).

⁹ Expressões de identidades de gênero que ultrapassam o binarismo masculino-feminino (LANZ, 2014).

¹⁰ Há diversas terminologias, pois há quem use a palavra Ciência no singular e há quem a use no plural – Ciências; assim como ocorre com a palavra Religião que é usada no singular e no plural. Tenho conhecimento dessas variantes e que elas implicam em alguns momentos, conotações um pouco diferenciadas, porém utilizo o termo Ciências da Religião por ser a forma adotada no programa no qual defendo minha dissertação.

experiência, surgiu uma inquietude que nos mobilizou a buscar caminhos e formas de contribuir, efetivamente, na visibilidade de uma realidade nefasta, com o intuito de auxiliar de algum modo a conquista de direitos dessas pessoas enquanto cidadãos.

Para alcançar tal objetivo, optamos por utilizar a abordagem qualitativa, que visa a compreender o sujeito em sua totalidade e a partir de suas relações interpessoais na sociedade em que está inserido, assim como compreender os fenômenos que o envolvem a partir de uma perspectiva sócio-histórica. Nesse contexto a fala cotidiana permite acesso a livre expressão da subjetividade (MINAYO; SANCHES, 1993).

Como forma de obtenção de material para esse estudo foi utilizada a técnica – História de vida. As narrativas apresentadas transmitem a subjetividade e trajetória de cada entrevistado, expressando sua maneira peculiar de entender a vida, através das influências sofridas e seus conhecimentos (ARFUCH, 2002).

Podemos justificar a opção do uso da Análise do Discurso como método de interpretação dos dados obtidos através das entrevistas nessa pesquisa, por entender que se coaduna com seu propósito, pois este tanto se utiliza de dados contidos em jornal e livros, como também em material específico, empírico, advindo de entrevistas. A Análise do Discurso lida com o sentido e não com o conteúdo, sua intenção se dá em compreender os sentidos que o sujeito consegue expressar com seu discurso (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

A seleção dos participantes se deu através da técnica conhecida como “Bola de neve” (snowball), onde os novos sujeitos serão recrutados a partir da sugestão do primeiro, e assim, sucessivamente (GOODMAN, 1961). O primeiro participante foi escolhido dentro do grupo de pessoas conhecidas pela pesquisadora.

O grupo dos participantes foi composto por 10 pessoas, homens e mulheres trans, residentes na região do Grande Recife, com diferentes níveis de escolaridade e com idades entre 20 e 55 anos. Por opção, acordamos em excluir qualquer forma de restrição quanto à existência, ou não, de vínculo religioso.

Em cada entrevista, agendada e individual, seguiu-se roteiro previamente definido, como forma de orientação para que as narrativas dos entrevistados contemplassem o propósito da pesquisa.

Cada relato teve, em média, duração de quarenta minutos (40min). Os relatos foram gravados em áudios, com o objetivo de alcançar maior riqueza de detalhes e profundidade.

Este estudo se apoiou na ética, no cuidado e respeito para com os participantes, cumprindo assim, a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e as respectivas anuências com as devidas assinaturas.

As partes das narrativas selecionadas para comporem esse trabalho, foram identificadas com nomes de deuses egípcios com o objetivo de proteger a imagem e a privacidade dos participantes.

Ao realizar as entrevistas, pudemos experienciar, de modo bastante fidedigno, não apenas as dores, mas também a paz, gerada por momentos de reflexão compartilhados, os quais demonstraram o autoconhecimento e os aprendizados conquistados pelos sujeitos envolvidos durante suas histórias de vida, como caminhos encontrados para auto aceitação e auto respeito. Nesses momentos fomos afetados, percebendo e confirmando que a neutralidade do pesquisador descrita por Minayo (1993), realmente não pode ocorrer de modo integral. Mostrando-nos que nossa humanidade, em alguns momentos, se pronuncia.

Entendemos, então, a relevância de nos aproximarmos desses seres humanos com disponibilidade de tempo e com sentimento e olhar empáticos, pois compreendemos que dessa forma a escuta se realizou de modo eficaz, permitindo que o dito entre linhas também pudesse ser resgatado.

Para atender melhor a compreensão do tema, a pesquisa foi escrita em três capítulos que tiveram como proposta abordar a *história* da sexualidade¹¹, as *vivências* religiosas e o *acesso* à educação formal.

O primeiro capítulo a que dei o título *A sociedade humana a partir de diferentes marcadores* convida o leitor a entrar em contato com uma breve descrição da sexualidade e do sexo em diferentes sociedades e épocas, descrevendo a quem cabia o controle, quais os reais interesses ocultados, e quem se beneficiava com a imposição da heterossexualidade.

No capítulo seguinte, que foi intitulado *Transexuais: vivências religiosas e singularidades* foram registradas as narrativas obtidas através das entrevistas semiestruturadas às pessoas transexuais, as quais apresentaram os obstáculos enfrentados para a conquista de uma existência com dignidade e respeito, principalmente no ambiente familiar, nos espaços religiosos e nos espaços da educação formal. Suas trajetórias de

¹¹ Termo que engloba as esferas biológica, sociopolítica, genética, psicológica, como auto percepção, autoestima, pensamentos, desejos eróticos, intimidade. A educação recebida tem papel preponderante (LANZ, 2014).

vida, descritas com detalhes e de modo espontâneo, puderam ser corroboradas com o descrito nos pensamentos e posicionamentos dos autores que compuseram o referencial teórico desse trabalho.

Por fim, no terceiro e último capítulo com o título *A educação como ferramenta para compreensão do lugar que se ocupa na sociedade* procuramos pontuar a importância da educação formal para o desenvolvimento do autoconhecimento e da conquista da cidadania. Assim como também, destacar os poucos lugares em que as pessoas transexuais conseguem se inserir e permanecer no contexto social atual, levando em consideração as poucas oportunidades existentes no mercado de trabalho, pois a defasagem intelectual e acadêmica é um desafio a ser ultrapassado pela grande maioria dessas pessoas.

2 A SEXUALIDADE HUMANA A PARTIR DE DIFERENTES MARCADORES

Falar de sexualidade é falar de uma das dimensões mais complexas que referenciam o ser humano, pois está sempre relacionada, direta ou indiretamente, com marcadores sociais como educação, religião, classe social, raça, cultura, e valores relacionados a afetividade.

Este capítulo tem como objetivo compreender a transexualidade na História. Para tal, buscou-se construí-lo a partir de autores que estudaram e escreveram sobre a sexualidade do ser humano em diferentes épocas e sociedades.

2.1 A SEXUALIDADE NO CONTEXTO HISTÓRICO

A sexualidade será descrita, a seguir, sob uma perspectiva histórica, apoiada em eventos e entendimentos sócio-histórico-culturais e econômicos, de forma a demonstrar as transformações sofridas ao longo do tempo. Para tanto, de início, se faz necessário trazer a diferenciação entre os termos sexo e sexualidade.

Katchadorian (1993) descreve que a palavra sexo tem sua origem na língua latina - *sexus*. Em seu entendimento, esta palavra, inicialmente, refere-se à divisão de seres orgânicos, ou seja, em macho e fêmea, com suas respectivas características estruturais e funcionais, como fator biológico e de maneira dicotômica.

O conceito de sexualidade surgiu somente no século XIX, procurou referir-se e representar características do que é sexual, expandindo dessa forma a definição de sexo, como informam Snoek (1981), Bozon (2004) e Feitosa (2005).

Para Foucault (1988), a sexualidade é um dispositivo histórico, como uma grande

rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação do discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Em *Três Ensaios sobre Sexualidade* (1905), Freud descreve que durante a trajetória da humanidade, algumas variações da sexualidade humana são percebidas, não podendo, dessa forma, aquelas serem atribuídas aos tempos modernos, mas, sim, como algo inerente e natural à variação do gênero humano. Para ele seria grande injustiça se "exigir de todos uma idêntica conduta sexual" (FREUD, 1976, p. 197)

Acrescendo às definições citadas, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define a sexualidade como

um aspecto central do ser humano ao longo da vida e engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Enquanto a sexualidade pode incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre vivenciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais (BRASIL, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2006).

Pode-se compreender, então, que além da sexualidade ser inerente à vida humana, esse termo é bastante abrangente.

Quando se busca abordar sexo e religião é inequívoco que também se abordará política, identidade, linguagem e economia. Tem sempre uma dimensão ampla da sociedade, e, independente de crença em Deus, resgata a maneira como vivemos e como nos percebemos (ENDJSO, 2014).

Segundo as teorias de Engels (1982), os relacionamentos sexuais entre mulheres e homens eram vividos livremente no início da civilização, e não se via na forma de se relacionarem alguma referência à promiscuidade.

Isso posto, torna-se de fácil compreensão o fato de que os seres humanos praticavam sexo desde antes do surgimento da religião.

No início da Idade Média o pudor era quase inexistente diante da luxúria vivida. Durante as festas de casamento, músicas obscenas e brincadeiras sexuais estavam sempre presentes. Para reis e príncipes eram realizados shows de strip, como painéis vivos (GORDON, 2002).

Embora a primeira legislação contrária a homossexualidade não tenha se dado com os imperadores cristãos, estes a potencializaram. Sem dúvida a doutrina eclesial sobre esse tema, influenciou consideravelmente a postura da cultura ocidental em relação aos homossexuais (GAFO, 1985).

Esse autor descreve que, entre os séculos VI e XIII a moral católica sofre significativa influência com obras escritas por quatro autores em especial: Pedro Damiano (monge), Sto. Alberto Magno, Graciano (monge e jurista) e S. Tomás de Aquino, o qual destaca que

com S. Tomás, adquire plena vigência no pensamento católico a distinção entre pecados secundum e contra naturam. Isso levará a qualificar a homossexualidade masculina como mais grave que o adultério ou a fornicação. Não se tem de nenhuma maneira em conta o elemento afetivo que pode estar presente na relação homossexual. O termo “sodomia” tem uma tonalidade puramente biológica, meramente genital, desprovido de toda referência a uma possível relação interpessoal entre as pessoas implicadas (GAFO, 1985, p. 104).

Em momento posterior, no início do século XVI, a Reforma Protestante, trouxe em seu bojo, no processo de reinvenção da moralidade¹², a demonização do corpo humano. Por alguns pregadores a vagina era retratada como uma “porta do inferno e entrada do diabo, pela qual os luxuriosos gulosos de seus mais ardentes e libidinosos desejos descem ao inferno” (DEL PRIORE, 2014, p. 31).

Ainda no século XVI com o advento do puritanismo¹³, Leites (1987), afirma que o que se pretendia era transformar aquele que vivia de modo oscilante, que passasse a demonstrar menos emoção, mas não, necessariamente, atingir a sexualidade. Porém, o que prevaleceu foi a desvalorização do corpo com intuito de se alcançar a plenitude moral. Como consequência, o sexo deveria se transformar em prática sem prazer.

Portanto, os indivíduos passaram a seguir as normas e regras, levando-os, conseqüentemente, a conter as emoções, nos diversos campos que envolvem a vida.

Para Endjso (2014), o fato de a religião se voltar para a fé como prioridade, é um movimento relativamente novo, pois inicialmente suas atitudes e objetivos estavam direcionados para a conduta correta e, neste ponto, a sexualidade sempre teve um foco permanente.

Especialmente neste período da história a influência que o cristianismo exerceu em relação à sexualidade foi determinante (FIGUEIRÓ, 2001). Muitos conventos foram construídos pela igreja até a Reforma, servindo de refúgio para filhas de famílias nobres, com intuito da manutenção da virgindade, embora também fosse refúgio para mulheres que não queriam se submeter ao poder masculino (GORDON, 2002).

A partir do Concílio de Trento (1545 a 1563) se dá início à normatização do sexo com mais intensidade pela religião, trazendo diversas possibilidades de condenação e punição para os que a desobedecessem. Aos fornicadores e prostitutas, taxados como pecadores, o inferno foi o lugar destinado (FIGUEIRÓ, 2001). Queimar e enforcar eram as punições dirigidas aos padres e religiosos que pecassem, e para as pessoas, independentemente do sexo, que fossem consideradas pecadores, a punição era a queima de seus órgãos sexuais (NUNES, 1987).

¹²Paradigmas norteadores e inerentes às noções de justiça, dever e ações nas relações sociais. Na Idade Média a Igreja Católica autorizava a sexualidade apenas entre heterossexuais com o objetivo de procriação e após o matrimônio. Fora deste contexto se configurava comportamento socialmente inaceitável, pecado.

¹³Movimento de reforma religiosa que surgiu dentro da Igreja da Inglaterra no final do século XVI, seus defensores acreditavam que deveriam ser eliminadas as cerimônias e as práticas não enraizadas na Bíblia.

Segundo Durand (1989) houve instruções dos teólogos para que as práticas sexuais dos fiéis fossem vigiadas, pois o prazer não era bem visto pela igreja.

Entendia-se que essa prática deveria ser apenas de uma forma, ou seja, o homem por cima da mulher, como uma forma natural, posição também referenciada na sociedade, entendendo que quem está por baixo está submissa, e este deve ser sempre o lugar da mulher (BOZON, 2004).

O surgimento de mitos e tabus se deu com o intuito de limitar as práticas sexuais que não tivessem a procriação como seu objetivo principal. Mais especificamente, tabus em relação ao sexo anal, masturbação e homossexualidade (GAUDERER, 1994).

Gordon (2002) cita atividades sexuais sem finalidade de procriação nos vitorianos¹⁴, os quais possuíram muitas excentricidades, inclusive quanto à masturbação. Como forma de ‘cura’ masculina para este mal, foram indicadas algumas atitudes, como banhos frios, uso de luvas de metal ao ir repousar ou uso de cinto que envolvia o pênis com metal. Quanto às mulheres, a sugestão era o uso de “cinto de castidade medieval ou a remoção cirúrgica do clitóris” (GORDON, 2002, p. 205).

Ficou visível que no século XVII o que se praticava se apoiava no segredo, e o ilícito era tratado com certo disfarce em comparação com séculos seguintes; a partir daí, aos poucos a sexualidade vai sendo encerrada, se transformando na Idade da Repressão, coincidindo com o desenvolvimento do capitalismo, como parte da ordem burguesa. Apenas em *rendez-vous* e em casas de saúde havia alguma liberdade para o exercício do sexo selvagem, fora deles havia puritanismo apoiado em “interdição, inexistência e mutismo” (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Ainda no século XVII ocorreu o surgimento dos primeiros atlas de anatomia, dando início às descobertas das diferenças morfológicas entre os corpos das mulheres e dos homens. Porém, só houve consolidação de tais estudos ao longo do século XVIII e início do século XIX. A partir desse novo entendimento, retirou-se do cenário qualquer outra forma de explicar as diferenças corporais, havendo consolidação definitiva na Revolução Francesa, a partir da igualdade de direitos dos cidadãos (LAQUER, 1992).

¹⁴ Reinado da rainha Alexandrina Vitória do Reino Unido (1837-1901). Pode-se observar nesse período paradoxo entre apego à moral e à religião, e a impudícia, e a luxúria. Nesse contexto, as prostitutas eram vistas como necessárias para manutenção da família, já que, com elas, os homens podiam extravasar seus desejos sexuais, proporcionando, assim, tranquilidade para desempenharem seus papéis de pai e esposo. Estes mesmos homens, não apenas não aceitavam os homossexuais, mas imputavam-lhes a causa da epidemia de sífilis ocorrida nesse período (CARREIRA, 2018).

Passa, então, a conduta sexual a ser vista como algo analisável e passível de sofrer intervenção. A partir dos séculos XVIII e XIX, os discursos e interesses sobre sexo passam a ser realizados pela medicina, com foco nas consideradas doenças dos nervos, mais especificamente pela psiquiatria, trazendo para seu domínio o que se referia a perversões sexuais, ou melhor, “formas de sexualidade insubmissas à economia estrita da reprodução (dizer não às atividades infecundas, banir os prazeres paralelos, reduzir ou excluir as práticas que não têm como finalidade a geração)” (FOUCAULT, 1988, p. 37).

Continua o autor, esclarecendo que “a confissão foi, e permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo”. Prática institucionalizada como discurso científico, diferentemente do campo religioso, “ela não tende mais a tratar somente daquilo que o sujeito gostaria de esconder, porém daquilo que se esconde do próprio sujeito” (FOUCAULT, 1988, p. 62-65).

Corroborando com esta visão Figueiró (2001) traz o novo posicionamento da medicina, ao transformar em doença o que era visto pela religião como pecado. Nesse bojo se encontrava a masturbação, que passou de pecado para possibilidade de prejudicar a saúde mental e física, não apenas dos adultos, mas também das crianças. Dessa forma, foram adicionados ao conjunto de práticas rejeitadas, o celibato, a prostituição e a homossexualidade, todos potencialmente capazes de gerar prejuízos também às entidades familiares, segundo Snoek (1981), Nunes (1987) e Figueiró (2001).

Apesar de no final do século XVIII, as práticas sexuais terem sido reguladas pelo direito canônico, pela pastoral cristã e pela lei civil, observa-se que nos séculos seguintes houve uma expansão em relação às formas de sexualidade, assim como maior liberdade aos casais legítimos, como aqueles que representavam a monogamia heterossexual, e os responsáveis pela manutenção da procriação. Ainda assim, a regulamentação da sexualidade permanecia como interesse do Estado, da religião e da elite dominante (FOUCAULT, 1988).

Assim, a moralidade cristã, que ultrapassou séculos, torna-se o meio em que se desenvolve e "situa os principais pecados da humanidade nos quartos de dormir" (RANKE-HEINEMANN, 1996, p. 47).

Associados a limites e controles ao longo do século XIX, se apresentaram a vida e a morte, esta como potência em que se representava, simbolicamente, o poder soberano, tornando-se administração de corpos e gestão da vida. Ocorrendo, então, nesse contexto, o surgimento de práticas políticas para natalidade, através de meios técnicos visando a obtenção de sujeição de corpos e controle das populações, ou seja, o que vem a ser

nomeado como *bio-poder*, o qual foi imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo. E junto a essa nova forma de disputa política, se encontra o sexo, como meio para alcançar tanto a vida do corpo como a vida da espécie (FOUCAULT, 1988).

No final do século XIX, início do XX, as doenças venéreas, mais especificamente gonorreia e sífilis, assolaram as tropas inglesas, levando as Forças Armadas a fornecerem bordeis para seus regimentos. Por ocasião de deslocamentos, além do material pertencente àqueles, também como bagagens a serem transportadas estavam as prostitutas. As tendas eram transportadas, e em lugar determinado eram armadas em fileiras: os banheiros dos soldados, a igreja cristã e outras, que incluíam os bordeis (GORDON, 2002).

Acrescenta esse autor, que além da grande proliferação de doenças venéreas, e da liberalidade sexual masculina, ainda se viam às voltas com o que entendiam como horrível monstro, ou seja, a homossexualidade:

Do outro lado do Oceano Índico, em Uganda, 1885, 31 rapazes e meninos foram queimados vivos por homossexualismo, uma punição encorajada pelos missionários. Mesmo a alternativa não infecciosa da masturbação era preocupante, porque fazia enlouquecer (GORDON, 2002, p. 86).

Como os homens não se impediavam ou não se limitavam quanto ao prazer sexual, mas entregavam-se, principalmente em bordeis, surgiu como um dos pontos mais negativos, o aumento de casos de doenças venéreas, como por exemplo a sífilis. Não se pode determinar se por machismo¹⁵ ou pela repressão exagerada à sexualidade feminina, que estava em completo antagonismo à liberdade sexual masculina, pouco se pensava na possibilidade de infidelidade das mulheres casadas. Por isso, levava-se em consideração que a transmissão das doenças venéreas não poderia se dar através delas (MATOS, 2018).

Percebe-se que a sexualidade estava atrelada a interesses da religião, e como principal objetivo, a manutenção da procriação. Para isso, difundia suas regras, as quais deveriam ser acolhidas e executadas pelas pessoas, com o intuito de conter e cercear práticas sexuais que estivessem associadas ao prazer. Posteriormente, aquela seria estudada e orientada pela medicina, com um discurso menos impregnado de religiosidade, despertando maior credibilidade que, por sua vez, passou a classificar e normatizar as práticas sexuais (RIBEIRO, 2009).

¹⁵ Sistema de representações simbólicas, representações-dominação que traduz as relações de dominação, de poder e de identidade entre homem e mulher.

Nesse contexto, surge a psiquiatrização do prazer perverso, ou seja, o instinto sexual passou a ser referenciado como instinto biológico e psíquico autônomo. A partir de análise clínica das possíveis formas anômalas que pudessem atingi-lo, foram-lhe atribuídas normalização e patologização das condutas, havendo, então, a necessidade da criação de correção para tais atitudes entendidas como anômalas, inclusive por extensão do poder a determinados campos de intervenção, proporcionou obtenção de lucros financeiros não apenas à medicina, mais direcionada à psiquiatria, mas também, à prostituição e à pornografia (FOUCAULT, 1988).

Cronologicamente, Foucault (1988) descreve a sexualidade a partir de duas rupturas:

Uma no decorrer do século XVII: nascimento das grandes proibições, valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, imperativos de decência, esquiva obrigatória do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem; a outra, no século XX; menos ruptura, aliás, do que inflexão da curva: é o momento em que os mecanismos da repressão teriam começado a afrouxar; passar-se-ia das interdições sexuais imperiosas a uma relativa tolerância a propósito das relações pré-nupciais ou extramatrimoniais; a desqualificação dos perversos teria sido atenuada e sua condenação pela lei, eliminada em parte; ter-se-iam eliminado em grande parte, os tabus que pesavam sobre a sexualidade das crianças (FOUCAULT, 1988, p. 109).

Observa-se que, no século XIX, os postulados colocados como científicos, apoiados por católicos, médicos e educadores, agiram de modo aliado, no intuito de obterem normatização e manutenção dos comportamentos, principalmente sexuais (LOYOLA, 1999). Como a autora analisa:

O erotismo deveria ser regulado pela exigência de reprodução da espécie e dos ideais de amor a Deus e à família. É na medicina que a sexualidade termina por ser unificada como instinto biológico voltado para a reprodução da espécie e que todos os demais atributos ligados ao erotismo, desde sempre tidos como sexuais, passaram a ser submetidos a essa exigência primordial. A sexualidade é assim identificada com genitalidade e heterossexualidade (LOYOLA, 1999, p. 32-33).

Foram as transformações ocorridas a partir do modo de produção industrial modificado, assim como também da consolidação dos postulados da ciência, alicerçados pela razão e pela tecnologia, imbricando “as ideias do velho puritanismo com as novas modas intelectuais, formando-se deste modo um novo sistema moral conveniente as ambições sociais geradas pelo vitorianismo¹⁶” (CABRAL, 1999, p. 136).

¹⁶ Termo que engloba os componentes morais, culturais, sociais e materiais vigentes no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, período durante o qual reinou a rainha Vitória (1819-1901). Caracterizou-se por uma grande expansão de riqueza, poder e cultura e, também, pelo moralismo, pela intolerância e por um

Esses fatos e pensamentos construíram e consolidaram o que veio a ser entendido como heterossexualidade, pois ela compreende que o sexo biológico é a base para constituição do gênero e a atração sexual deve se dar apenas entre sexos opostos. Tornou-se, então, a identidade heterossexual um modelo predominante.

Borrillo (2010) descreve que

a heterossexualidade aparece assim, como o padrão para avaliar as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais, perversas e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização (BORRILLO, 2010, p. 31).

Esses posicionamentos contribuem para a depreciação das outras identidades sexuais e de gênero, traçando o que se entende por dominação masculina, apoiada no entendimento de que

a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção; a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça (BOURDIEU, 2017, p. 22).

O ser humano como ser complexo e de grande diversidade, não é passível de sofrer enquadramento. Dessa forma, o homossexual e, todos que estão fora do conceito da heterossexualidade, o são de modo constitutivo, o que nos impossibilita de vê-los apenas a partir do comportamento sexual, pois, entendemos que se utilizam destes para obtenção de sua própria realização.

As relações homossexuais eram vivenciadas de formas diversas anteriormente, podendo ser percebidas quando Corino (2006) descreve como se davam na Grécia Antiga (séculos V e IV a.C.)

A relação homossexual básica e aceita pela sociedade ateniense se dava no relacionamento amoroso de um homem mais velho, o erastes (amante), por um jovem a quem chamavam eromenos (amado), que deveria ter mais de 12 anos e menos de 18. Esse relacionamento era chamado de paiderastia (amor a meninos), ou, como pode ser melhor compreendido, homoerotismo, e tinha, como finalidade a transmissão de conhecimento do erastes ao eromenos. O que para nós pode parecer anormal, para os gregos era o paradigma da educação masculina, a paidéia (educação) que somente se realizava pela paiderastia. O

estilo de vida quase puritano, marcado por preconceitos e hipocrisia (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, Michaelis).

eromenos não podia nunca demonstrar qualquer tipo de prazer, deveria mostrar-se sempre passivo e não poderia também ser obrigado a esse relacionamento. Ele tinha que ser cortejado pelo erastes, receber presentes, até aceitar a relação. Esses presentes tinham caráter simbólico e pedagógico (CORINO, 2006, p. 22-23).

Naquela época se entendia que ao homem mais velho cabia a transmissão de valores morais e conhecimentos para os jovens do sexo masculino, e a relação sexual fazia parte dessa responsabilidade, ao ponto de ser considerada natural e receber anuência da sociedade.

O mesmo autor complementa:

A sociedade grega aceitava o relacionamento entre um homem mais velho e um mais jovem, mas nunca entre homens da mesma idade, não aceitando também o homem efeminado. Podemos então concluir que tudo estava relacionado com a masculinidade. Em momento algum o homem grego podia perder a qualidade de 'macho' dominante, para não ser comparado à mulher e sua consequente imagem frágil, escravos ou jovens, elementos submissos dentro de uma sociedade extremamente machista (CORINO, 2006, p. 24).

Porém, se na Grécia Antiga a relação entre um homem mais velho e um jovem rapaz era aceita pela sociedade, em sentido inverso, no século XIX as pessoas homossexuais passaram a ser marcadas e reconhecidas como desviantes da norma, que os levava a sofrerem segregação e diferentes formas de rejeições sociais.

Para Louro (2001):

A ciência, a Justiça, as igrejas, os grupos conservadores e os grupos emergentes irão atribuir a esses sujeitos e a suas práticas distintos sentidos. A homossexualidade, discursivamente produzida, transforma-se em questão social relevante. A disputa centra-se fundamentalmente em seu significado moral. Enquanto alguns assinalam o caráter desviante, a anormalidade ou a inferioridade do homossexual, outros proclamam sua normalidade e naturalidade, mas todos parecem estar de acordo de que se trata de um 'tipo' humano distintivo (LOURO, 2001, p. 541-553).

No século XX, mais especificamente no início dos anos 1970, os discursos de discriminação e rejeição estavam presentes nas sociedades ocidentais. Nesse período, George Weinberg, em 1972, cunhou o termo *homofobia*, descrevendo-o como medo não racional da homossexualidade, se assemelhando a tantas outras formas de fobia as quais a Psicologia se ocupa em estudar (ADAM, 1998).

Trata-se de fenômeno imbricado com as questões de gênero, além de tudo que o envolve, como valores, relações de poder, padrões relacionais e identitários, sempre com

intuito de naturalizar e legitimizar a heterossexualidade, seguindo uma sequência rígida, qual seja, sexo-gênero-sexualidade (JUNQUEIRA, 2007).

Porém, apesar de no discurso a palavra heterossexismo ser utilizada como sinônimo de homofobia é quase hegemônico o entendimento que descreve o heterossexismo como uma ideologia cultural, que vem a se expressar através das instituições sociais, diferentemente da homofobia, que se mostra nas atitudes e nas ações individuais, embora as duas sejam provenientes da mesma ideologia (HEREK, 2004; RIOS, 2009).

É possível observar que, ao longo do que foi escrito, houve duas formas de entendimento a respeito da homossexualidade que merecem ser pontuadas: como pecado e como doença. O primeiro considerado pelo cristianismo como desrespeito aos princípios divinos, o segundo como doença/transtorno, e, nesse caso, visto como merecedor de compaixão por algumas pessoas.

Por isso, pode-se entender que os termos, por vezes, são usados para contemplar deferentes visões. Sendo assim, o termo homossexualismo foi empregado pelo vocabulário médico, mas é importante observar que “o sufixo ISMO é de origem grega e carrega dois sentidos: a ideia de uma doutrina, seita ou conjunto de ideias (Cristianismo, Judaísmo, Marxismo) ou a ideia de doença (tabagismo, alcoolismo, botulismo)” (BORTOLINI, 2008, p. 9).

Com a intenção de desfazer qualquer referência da homossexualidade como algo patológico, “em 1973, os Estados Unidos retiraram ‘homossexualismo’ da lista dos distúrbios mentais da American Psychology Association, passando a ser usado o termo Homossexualidade” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2010, p. 11).

Bortolini (2008), explica o uso do sufixo DADE: “traz um sentido de expressão, manifestação humana (identidade, felicidade, espontaneidade, sexualidade). (...) a palavra homossexualidade nos remete a ideia de que ela é mais uma expressão da sexualidade ou da identidade humana” (BORTOLINI, 2008, p. 9).

Corroborando esse pensamento, a antropologia encontra uma das explicações para que a sexualidade viesse a ser normatizada no início do século XX:

Os antropólogos chamaram a atenção para o fato de que a sexualidade constitui o pilar sobre o qual se assenta a própria sociedade e que, portanto, está sujeita a normas; normas que podem variar de uma sociedade para outra, mas que constituem um fato universalmente observável, sendo o tabu do incesto a mais básica e fundamental de todas. Assim, a sexualidade deriva do que é proibido

e permitido, de modo com que, pelo viés da reprodução biológica da espécie, ela participa da criação da ordem social (LOYOLA, 1999, p. 46).

Naquela época, as sociedades vivenciavam modificações advindas da revolução industrial. As roupas foram sendo modificadas para que se tornassem mais leves. A atividade física passou a ser incentivada. Não apenas a indústria têxtil, mas também o mundo cultural, como o teatro, o cinema e as revistas, davam destaque para o corpo feminino. Ao mesmo tempo em que as lutas feministas se expandiam, algumas mulheres ingressavam no mercado de trabalho. Porém, é importante destacar que as mulheres negras e indígenas não estavam incluídas nesse contexto. Para Matos “a moral tradicional tentava frear o ímpeto da revolução sexual. A castidade feminina ainda era exigida no casamento e o pudor na noite de núpcias era sinal de honra” (MATOS, 2018, p. 28).

O autor continua dizendo que

todo esse movimento possuía forte resistência por parte de setores conservadores da sociedade. A liberdade sexual, a pílula anticoncepcional, a mulher no mercado de trabalho e a reivindicação de direitos por parte da comunidade LGBT eram vistos como ameaça à família tradicional (MATOS, 2018, p. 29).

A resistência se dá através da produção de valores e regras, criados e impostos por homens e mulheres, em cada momento histórico, as quais são transmitidas com tal naturalidade a ponto de serem colocados como se independessem da ação do ser humano, ou seja, caso sejam combatidos, ocorreria o risco de modificar o que é natural, podendo causar instabilidade social (BRASIL, GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009, p. 119).

A possibilidade da sexualidade ser considerada natural gerou discussões e questionamentos, traduzidos em estudos de gênero, sexualidade e orientação sexual, além de movimentos como os desenvolvidos por grupos de pessoas LGBT.

Para Weeks (2000) a construção da sexualidade é demarcada historicamente. Envolve diversidade de valores, crenças, comportamentos, relações e identidades que são construídas socialmente como um comportamento normal ou anormal, aceitável ou inaceitável.

Louro (2000) nos ajuda a entender um pouco mais sobre a sexualidade como uma construção e não como algo pronto e imutável:

Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm caráter

fragmentado, instável, histórico e plural (p. 06). Na medida em que várias identidades - gays, lésbicas, queers, bissexuais, transexuais e travestis – emergem publicamente, elas também acabam por evidenciar, de forma muito concreta, a instabilidade e a fluidez das identidades sexuais. E isso é percebido como desestabilizador e ‘perigoso’ (LOURO, 2000, p. 21).

Em muitos momentos, a sexualidade, em sua diversidade, gera dificuldade para algumas pessoas vivenciarem experiência de empatia, ou seja, tentarem entender as vontades e desejos do outro como ser singular, o que é quase sempre traduzido por intolerância, facilitando a manutenção de uma estrutura de poder sobre a sexualidade.

Para auxiliar no entendimento desse tema, os autores retratam que “ao nos referirmos à diversidade sexual pensamos em uma multiplicidade de modos de viver prazeres, desejos, relações, a partir de experiências construídas pelos sujeitos” (FERRARI; CASTRO, 2014, p. 15).

Com a descoberta dos hormônios sexuais, mais precisamente na segunda metade do século XIX, tiveram início as pesquisas, não apenas da sexualidade em sua essência, mas do sexo e do gênero.

Para Souza e Cabral (2011), a homofobia se apresenta como empecilho para a formação política do cidadão, pois os posicionamentos conservadores estão presentes em nossa sociedade, e de forma mais efetiva no corpo legislativo, representados pelas bancadas católicas e evangélicas, as quais pouco se atêm a esse tema. Veem como urgente o enfrentamento dessa realidade através de ações educativas respaldadas em direitos humanos. Embora percebam discordância entre alguns autores quanto à existência ou não de tolerância do cristianismo em sua história quando o tema é homossexualidade, afirmam que a existência da homofobia se faz representar pela não aceitação do direito à liberdade de orientação sexual. Para eles

existe uma crise profundamente ética a ser enfrentada pelo cristianismo diante da constatação de uma moral de atitudes ainda ambivalente em relação à homossexualidade, um distanciamento entre o ideal moralizante da igreja e a vivência homossexual dos fiéis cristãos (SOUZA; CABRAL, 2011, p. 139).

Gouveia (2017), descreve a homofobia como mecanismo de controle que se abastece com a heteronormatividade, e por sua vez, é referência dentro do campo religioso cristão e fomenta seu discurso higienista e excludente das pessoas LGBT.

De modo diferente da homossexualidade, onde está em foco a orientação sexual, a transexualidade está relacionada com a identidade de gênero, ou seja, o que interessa é

como os transexuais se sentem, se reconhecem e se expressam. Há desconexão entre o sexo biológico e gênero, este entendido como construído socialmente.

Eugen Steinach fisiologista austríaco, no ano de 1910, segundo Meyerowitz (2002), realizou as primeiras pesquisas e experiências com mudança de sexo em animais. Aquele estudioso percebeu que roedores de ambos os sexos após serem castrados, quando recebiam implante de ovários em machos e testículos em fêmeas, apresentavam características e comportamentos de fêmeas e de machos, respectivamente. Concluiu, então, que ao adicionar ou suprimir hormônios nesses animais, de modo explícito se podia observar a fragilidade do que se entendia como macho puro ou fêmea pura.

Nesse mesmo ano, outro fisiologista, de descendência alemã, Magnus Hirschfeld, publicou um livro intitulado *Die Transvestiten*, não apenas trazendo o tema da mudança de sexo em humanos, mas incluindo uma categoria a qual nomeou de *transvestite* para representar aqueles que demonstravam identificação com o sexo oposto e sentiam-se bem ao vestirem-se como tal. Sua preocupação naquele momento era que o travestismo fosse entendido como uma prática não homossexual. Passando, então, em 1923 a utilizar o termo transexual-psíquico, porém sem a conotação que teria o termo transexual em momento posterior (CASTEL, 2001).

Para Hirschfeld, todas as categorias como andrógenos, hermafroditas, homossexuais e travestis, constituíam o grupo de intermediários sexuais, assim como também acrescentou os homens e as mulheres, a ponto de declarar, em artigo publicado com título *A constituição intersexual*, onde defende a ideia de que não se é um ou outro, mas os dois – homem e mulher (MEYEROWITZ, 2002).

No ano de 1917 já se realizavam cirurgias para modificações sexuais em humanos, embora ainda de cunho experimental. O médico Harold Gillies realizou cirurgias de faloplastia em soldados que, em combate, tiveram seus órgãos atingidos e mutilados (CASTEL, 2001).

Mas, em 1945, Gillies foi requisitado para realizar uma cirurgia de construção de pênis, na paciente Laura Dillon, a qual já havia recebido tratamento hormonal, vivia, se comportava e se apresentava como Michael. Passando a ser considerada a primeira cirurgia transexual de mulher para homem, ou seja, tornando-se um homem trans (CASTEL, 2001).

Trazendo a temática por outro prisma que não o biológico, Bento (2008) descreve que foi a partir do século XX que a medicina e as ciências psi, ou seja — psicologia, psiquiatria e psicanálise — tornaram-se responsáveis por estudos para desvendar o que

poderia levar alguém “de um sexo a reivindicar o reconhecimento social de outro.” (BENTO, 2008, p. 18).

Continua esta autora afirmando que o que tomamos como natural, como corpo-sexuado, é produto da normatização de gênero. O corpo se inscreve em um campo discursivo antes do nascimento e é levado a comportamentos de masculinidades e feminilidades diretamente condicionados aos órgãos genitais. Apesar de toda essa visão, “a transexualidade e outras experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas.” (BENTO, 2008, p. 38).

Segundo Saleiro (2013), foi precisamente na década de 1960, que o termo foi mais efetivamente explorado, entrando, de modo definitivo, no campo lexical da ciência e tornando-se imprescindível para a compreensão da transexualidade. Explica:

As teorizações sobre a transexualidade e algumas das expressões contidas no transgênero (como o cross-dressing) provenientes da medicina são centrais, na medida em que foi com base nelas que se constituiu, sobretudo, a identidade transexual, como uma categoria (inicialmente, médica) independente. Embora diversas formas de descoincidência entre sexo e gênero tenham existido desde sempre, sendo transhistóricas e transculturais (SALEIRO, 2013, p. 22).

A autora ainda descreve que as obras *The Transsexual Phenomenon* (1966), de Harry Benjamin, o *Sex and Gender* (1968), de Robert Stoller e o *Transsexualism and Sex Reassignment* (1969), de Richard Green e John Money, representam a entrada, nos estudos de transexualidade, e entendimentos do que viria a ser gênero.

Sendo assim, King (1996), entende que as teorizações a respeito da transexualidade explicitam que

não é mais necessário reclamar uma causa biológica para a transexualidade para legitimar a mudança de sexo. Se o ‘gênero’ é imutável, ainda que psicologicamente produzido, e se a harmonia entre o sexo e o gênero é a pré-condição para o conforto psíquico e a aceitação social, ‘faz sentido’ conseguir a harmonia através da alteração do corpo (KING, 1996, p. 94).

Sabe-se que o modelo dualista, herdado, binário, sempre remete à ideia da existência de um sexo imprescindível e que preexiste ao sujeito, sem levar em consideração o entendimento de que os sistemas de inteligibilidade, para ele, são socialmente construídos e, necessariamente o gênero, a partir das e pelas dinâmicas sociais. Dessa forma, torna-se compreensível que os padrões aceitos pela sociedade como “normais” são históricos e, por isso, facilmente retirados do status de imutabilidade.

É necessário compreender que através da interação social se dá a construção, não apenas da realidade em que se vive, mas, também, a transmissão de importantes estruturas, assim como a continuidade das identidades sociais construídas.

Não se deve entender a palavra “diferente”, mais especificamente em relação à sexualidade, significando, necessariamente, contradição, conflito, desigualdade. Mas, sim, significando respeito à subjetividade de cada ser humano e a sua singular forma de vivenciar e expressar sua sexualidade.

O conhecimento da história do sexo e da sexualidade em diferentes culturas e épocas é capaz de proporcionar a identificação de distintos sentidos e significados desenvolvidos pela humanidade ao longo de sua trajetória.

Dito isto, é perceptível que há suma importância em se buscar a compreensão deste tema a partir de uma perspectiva não apenas ampla, mas dialética e histórica que, como tal, se apresenta em contínua transformação. Demonstrando, então, que é possível que haja desconstrução de modelos fixos, acabados, hegemônicos, em prol da construção de uma sexualidade humana plural.

2.2 EXPERIÊNCIA RELIGIOSA E TRANSEXUALIDADE

Ainda são escassos os estudos desenvolvidos sobre transexualidade, fato que se potencializa quando este tema está associado à religião.

Compreende-se de forma quase hegemônica que a religião é um fenômeno eminentemente social, e como tal regula e organiza a vida íntima e coletiva, assim como institui identidades (GOUVEIA, 2017).

Buscando contextualizar, de modo sucinto, a presença da Igreja Católica no Brasil, Malavolta (2015), retrata que a discussão entre laicidade e secularismo antecede a descoberta do país, chegando neste, de forma disfarçada ou mesmo oculta. Aponta que durante o padroado católico, os cargos determinados pelo Estado como religiosos, eram pagos e equiparados a cargos públicos, em contrapartida de serviços realizados pela igreja – batizado com efeito de registro civil, por exemplo – existindo assim, “uma relação de dependência e mútua aliança promíscua”. Assim como, “poder de polícia e de decisão de Tribunal no lugar do Estado”, durante a “santa” inquisição (MALAVOLTA, 2015, p. 40). Ocorrendo, então, após o lapso de tempo de trezentos e noventa e um (391) anos de confissão católica, a separação entre Estado e Religião.

Em momento posterior, com a laicidade perpassando ideias e posturas do povo brasileiro, na década de 1960 se desenvolveu o Movimento de Educação de Base (MEB), fruto de articulações entre a Igreja Católica e a pedagogia de Paulo Freire. Porém, esse foi um dos poucos projetos efetivados, voltados para a educação esclarecedora com o objetivo de tornar capazes, sujeitos políticos, os pertencentes às camadas populares sujeitos políticos, pois havia grande resistência em mudanças nos campos político, social e religioso. A presença da razão laica e a filosofia positivista entraram em embate com os princípios da Igreja Católica (PASSOS, 2013).

Continua o autor descrevendo que a mudança naquela época, se deu com a passagem da perspectiva divino-institucional para a mundano-contratual. Com a valorização da educação e da ciência, se inicia o novo modelo civilizatório republicano. Diante desse quadro se aproximaram as Ciências Sociais e a educação, cabendo, então, à Ciência da Religião o objetivo de fundamentar a transcendência do espírito humano dentro de potente conservadorismo católico.

Dentro desse contexto, Malavolta (2015), descreve como se desenvolve a discussão dos dois polos: Estado Laico e fundamentalistas religiosos. Os adeptos do primeiro defendem a autonomia do Estado para mediar conflitos sem seguir dogmas religiosos, quanto aos que compõem o outro lado dessa dicotomia, se apoiam em fundamentalismos religiosos, que são definidos como “sendo a reação autoritária, sectária, muitas vezes violenta de grupos religiosos a avanços de concepção que contrariem ou se desviem, ainda que minimamente, da leitura que fazem seus líderes dos textos bíblicos” (MALAVOLTA, 2015, p. 42).

Dessa forma, se percebe que embora tenhamos avançado enquanto sociedade, apoiados nos pressupostos do Estado Laico, o qual se pauta na liberdade de consciência e de crença, muito ainda precisa ser desconstruído e fortalecido nesse processo de laicização.

Santos e Chauí (2013), complementam essa visão, ao colocarem que o conjunto das liberdades laicas estão em consonância com o direito de liberdade de expressão, todas diretamente relacionadas à densidade democrática de um país.

Essas liberdades são retratadas pelo pensamento de Seffner (2015) quando escreve que

devem ser amplamente rejeitadas aquelas posturas que visam abolir as diferenças, estabelecendo modos hegemônicos de viver, e impedindo a diversidade dos grupos sociais. Não vivemos mais em um mundo onde todos professam a mesma religião, não vivemos mais num mundo onde todos têm as

mesmas preferências sexuais e nem os mesmos modos de viver sua masculinidade ou feminilidade. Desta forma é necessário trazer estas diferenças para o debate no espaço público, que é o local de negociação e estabelecimento de modos de convívio (SEFFNER, 2015, p. 90).

O fato é que vivemos em um Estado Laico, e isso em nenhum momento está relacionado à ausência de religião ou mesmo à negação da pluralidade existente no campo religioso.

Para Bach (1999), religião, em latim – *religare* – se refere ao ato de “ligar dois mundos”, ou seja, o físico, considerado perecível, e o espiritual, considerado imperecível. Refere-se a valores dados pela humanidade, os quais envolvem a sua história e as relações ocorridas durante o tempo, sendo transmitida ao longo das gerações.

Sob outro prisma, Wilges e Colombo (1978) trazem o termo religião como *re-ligare*, o qual foi compreendido por Cícero como fenômeno capaz de reler, reunir ou recolher.

Portanto, percebe-se que existem significados diferentes para um mesmo termo, assim como também ocorre em relação aos estudos desse tema, podendo este se dar a partir de diversas perspectivas, e uma delas é a psicológica.

O estudo da religião está inserido em campo específico dentro da Psicologia, identificado como Psicologia da Religião. Este tem como principal objetivo desenvolver um diálogo entre os dois pilares, pois entende que, apesar de partirem de pontos diferentes, se unem na busca do ser humano por sentido da vida.

Oliveira (1999) descreve que o fenômeno religioso pode ser melhor interpretado apoiando-se na Fenomenologia, pois muitas vezes a descrição dele por quem o vivencia é conflitante, podendo estar presente em dois polos, ou seja, como uma sensação leve e prazerosa ou um êxtase prazeroso, podendo ainda, ocorrer entre pessoas ou entre estas e a natureza, com a possibilidade da própria divindade ser estabelecida a partir deste movimento.

Um dos mais importantes estudiosos desse tema foi Carl Gustav Jung (1875-1961), psiquiatra e psicólogo, fundador da Psicologia Analítica. Em sua visão, o diálogo entre esses marcadores necessitava ocorrer,

visto que a religião constitui, sem dúvida alguma, uma das expressões mais antigas e universais da alma humana, subtende-se que todo o tipo de psicologia que se ocupa da estrutura psicológica da personalidade humana deve pelo menos constatar que a religião, além de ser um fenômeno sociológico ou histórico, é também um assunto importante para grande número de indivíduos (JUNG, 1978, p. 6).

Para Jung (2000), quando se nomeia algo como “divino”, não passa do ato de nomear, pois entende que o ser humano é limitado intelectualmente, podendo, então, este ato se relacionar com alguma crença e, dessa forma, não haver nenhuma comprovação concreta. Por isso, há a necessidade de utilização da linguagem simbólica, no intuito de tentar representar algum conceito, exatamente por nossa incapacidade de descrevê-lo com precisão. Vê nesse fato, a justificativa da linguagem simbólica ser utilizada pelas religiões.

É importante que se entenda que tanto a filosofia, os paradigmas e as simbologias em que as religiões constroem seus pressupostos, classificam as pessoas como normais ou anormais a partir de modelos, regras e enquadramentos de comportamentos, inclusive como vivenciam a sexualidade (MELO, 2017).

Porém, para algumas pessoas a religião é importante fator para obtenção de saúde física e mental. Panzini e outros (2007), descrevem que a religião é a “crença na existência de um poder sobrenatural, criador e controlador do Universo, que deu ao homem uma natureza espiritual que continua a existir depois da morte de seu corpo”.

Sendo, então, a religiosidade uma extensão desse entendimento, na qual o indivíduo, através de sua crença, segue e pratica o que determinada religião apresenta como “sistema de adoração/doutrina específica partilhada com um grupo” (PANZINI et al, 2007, p. 106).

Ao serem correlacionadas as questões religiosas e qualidade de vida, esses autores defendem a seguinte conclusão: “entende-se que o campo da qualidade de vida pode vir a se tornar um mediador entre o campo da saúde e o das questões religiosas/espirituais” (PANZINI et al, 2007, p. 113).

Ainda sobre qualidade de vida, se entende a necessidade de ser agregada a ideia de saúde mental, pois corrobora a premissa da Organização Mundial da Saúde (OMS) ao divulgar uma nova Classificação Internacional de Doenças (CID-11), retirando a transexualidade da lista de transtornos mentais. Porém, enquadrou-a na lista de condições de saúde sexual. A permanência das pessoas transexuais neste referencial se dá como meio de salvaguardar o direito das pessoas que desejem ajuda médica, além de serem reembolsadas por gastos realizados, o que poderia não ocorrer em alguns países, caso o diagnóstico não faça parte da CID-11 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2018).

Acrescentando a esta mudança de paradigma, também podem ser apontadas algumas conquistas em relação ao exercício da cidadania. Segundo Passamani (2008), os

transexuais, atualmente, podem realizar mudança de nome em suas carteiras de identidade, assim como adquirir carteira alternativa, na qual podem adequar sua imagem ao nome escolhido.

Apesar dessas conquistas e mudanças, na grande maioria dos espaços religiosos, as pessoas que não estão inseridas no grupo de heterossexuais, como por exemplo, os transexuais e transgêneros¹⁷, são vistos e descritos, muitas vezes, como aberrações. Por conseguinte, não são inseridos no grupo apoiado na heteronormatividade, pois o que esta preconiza está na contramão do que são e de como se reconhecem, porque

visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade de acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho (PETRY; MEYERA, 2011, p. 195).

Leite Jr. (2012), descreve o significado de monstro (aberração) como possível forma de entendimento do transgênero:

O monstro então é aquele que 'mostra' algo: uma revelação divina, a ira de Deus, as infinitas e misteriosas possibilidades da natureza, aquilo que o homem pode vir a ser, as bordas entre o humano e o inumano. É, portanto, a manifestação de algo fora do comum ou esperado. Antes de tudo, o monstro representa uma categoria de pensamento, uma tentativa inteligível de classificar e orientar condutas em relação àqueles seres e pessoas que a princípio escapam da inteligibilidade cultural do período (LEITE JR, 2012, p. 561).

Esse autor complementa que pessoas consideradas ou classificadas como prodígios, aberrações ou monstros na tradição ocidental, seriam aquelas que transgridem ordens, sejam elas na perspectiva “divina, natural, biopsicológica ou social” (LEITE JR., 2012, p. 263).

A ampla presença do cristianismo atua como suporte para a heteronormatividade. Apesar de existirem cristãos que questionem e até proponham rompimento com a moral sexual religiosa, pode ser constatado que grande parte da violência dirigida às pessoas estigmatizadas pelas sexualidades tem como embasamento fundamentos religiosos. Um dos motivos para a permanência dessa postura, é a existência de uma laicidade precária, onde “as liberdades sexuais fazem parte das liberdades e garantias fundamentais dos seres

¹⁷ Pessoas cujo comportamentos são considerados transgressivos à disciplina e às interdições impostas pelo dispositivo binário de gênero. Engloba a simples curiosidade de experimentar roupas/calçados/adereços próprios do outro gênero até a efetivas mudanças físicas através do uso de hormônios e cirurgias (LANZ, 2014).

humanos, não precisam de justificativas, mas de reconhecimento” (TORRES, 2015, p. 123).

As religiões com seu poder regulador da sexualidade, muitas vezes se depararam com o descumprimento de seus pressupostos por seus próprios representantes, quando estes se utilizaram e se utilizam do discurso religioso e, na clandestinidade, cometem atos de assédio moral, estupro e pedofilia (GOUVEIA, 2017).

Endjso (2014) acrescenta, sobre a situação apontada acima, que padres católicos ao cometerem abuso de garotos e rapazes, violam a regra central sobre a homossexualidade, agravada pelo fato de os atos serem praticados sem consentimento. Porém, como forma de punição aos membros considerados culpados, a Igreja os transfere ou os dispensa de suas funções eclesiais, mas não há excomunhão. Em 1962 o Vaticano emitiu um documento, enviado a todos os bispos, onde manifesta explicitamente que o mais importante é salvaguardar a reputação da Igreja.¹⁸

Esses episódios e a forma como são encarados e solucionados geram sentimentos de desamparo, e a certeza de desrespeito em relação a sexualidade e garantias fundamentais, como direito à vida com dignidade. Observa-se que em grande parte dos envolvidos o trauma causado é irreversível, quando não chegam a sucumbir.

É o que Mertens (2015) retrata quando escreve sobre o suicídio cometido pelo adolescente com nome de nascimento de *Joshua Ryan Alcorn*, mas, que se sentia pertencente à identidade de gênero feminina, por isso subscreveu a mensagem como “*Leelah Alcorn*”:

A única maneira de eu um dia descansar em paz é quando as pessoas transgêneras não forem mais tratadas da maneira como eu fui, quando elas forem tratadas como humanos, com sentimentos válidos e com seus direitos respeitados. É preciso ensinar sobre gênero nas escolas, quanto mais cedo melhor. A minha morte tem que significar alguma coisa. A minha morte tem de ser acrescentada ao número de pessoas transgêneras que cometeram suicídio este ano. (...) Consertem a sociedade. Por favor (ALCORN, 2014, *apud* MERTENS, 2015).

Para Mertens (2015) este fato trouxe desafios — não apenas pastorais, mas teológicos e morais — importantes para os cristãos, pois também foi retratada, pela adolescente, a criação que recebeu de seus pais, apoiada em fundamentalismo cristão, no qual a forma de gênero diferenciada era tratada como egoísta e errada.

¹⁸ Importante destacar nesse instante, que a própria Igreja também tem alargado um tanto quanto alguns de seus pronunciamentos, algumas de suas formas de acolhida.

A autora acima sugere que estas questões devem encontrar respaldo em cristãos com coração corajoso e receptivo, pois

no momento em que a Igreja Católica constrói uma relação de diálogo com as pessoas transgêneras, faz-se importante lembrar que o amor perfeito encontra-se somente em Deus. À medida que buscamos imitar este amor em nossos diálogos uns com os outros, que possamos humildemente começar pedindo: “Ensina-me, amigo, como amá-lo” (MERTENS, 2015).

Partindo deste paradigma, pode-se entender que a pessoa transexual teria dificuldades ao desejar ser acolhida nos espaços religiosos e na busca por vivenciar e fortalecer sua religiosidade.

Em alguns dicionários de teologia, como O Dicionário de Teologia Moral, adaptado por Compagnoni *et al* (1997) a partir de uma edição espanhola, pode-se encontrar esclarecimentos sobre o que entendem por transexualidade. No dicionário supracitado, pessoas transexuais são descritas como aquelas que se sentem pertencentes ao sexo oposto em relação a todas as suas características, e como tal, um erro da natureza, como alguém que está de encontro ao que se concebe como normal.

Corroborando com esse diálogo, Bento (2008), retrata a sexualidade como mais um aspecto na construção da identidade do ser humano e, por isso, não se pode reduzir a identificação de uma pessoa à transexualidade.

A mesma autora ainda descreve que os transexuais têm que se defrontar com o que impõe a heteronormatividade, pois esta imposição lhes nega o direito de serem e se apresentarem de modo autêntico na vida. Entende que essa luta, em certos momentos, se faz necessária também por conceitos ditados por religiões cristãs, quando afirmam que Deus fez o homem e a mulher, de modo a possuírem gênero masculino e feminino, respectivamente, e que não há espaço para se colocar fora desse paradigma. Dessa forma, pregam uma espécie de padrão, o qual não consegue dialogar com a diversidade.

Para Malavolta (2015) não é mais admissível que a religião seja motivo plausível para que se retardem discussões sobre questões que envolvem a sexualidade e direitos civis, como as cirurgias de mudança de sexo para transexuais dentre tantas outras, igualmente relevantes, mas que se transformam em tabus intransponíveis a partir de posicionamentos religiosos. Complementa:

A extrapolação da liberdade religiosa, quando atenta contra os direitos humanos por preconceito, é crime e pode ser tipificado quando faz apologia à violência, ao ódio, ou quando busca impor a invisibilidade ou a inferioridade social de mulheres, de negros e negras ou de LGBTTs (MALAVOLTA, 2015, p. 58).

Bomfim (2009) em sua dissertação de mestrado — “Discriminação e preconceito: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais” — retratou com o que se deparou ao pesquisar sobre a dimensão religiosa:

A maioria das transexuais acredita na possibilidade de que uma travesti possa ser religiosa e recontam a experiência religiosa aprendida na infância, principalmente a partir dos dogmas e rituais vivenciados em suas igrejas de origem, como no caso das orações, rezas e preces, entre outros aspectos e conteúdos que mediam a expressão da religiosidade ..., que acabam por promover a segregação ou mesmo evasão a partir do momento em que sua sexualidade, compreendida pela igreja como homossexual, começa a apresentar sinais no próprio corpo. Deste modo, há o indicador de que vivem a religiosidade em suas residências, uma vez que as organizações religiosas, em especial as igrejas, atrapalham a sua busca religiosa em nome da segregação, associando tal identidade de gênero às supostas possessões demoníacas, agredindo-as diretamente (BOMFIM, 2009, p. 102).

Porém, em sentido inverso da exclusão, em alguns espaços se tenta construir uma inclusão religiosa, ou melhor, Igrejas Inclusivas. Estas surgiram no final dos anos 1990, e podem ser “definidas por compatibilizar sexualidades não heterossexuais e religiosidades cristãs, majoritariamente evangélicas” (JESUS, 2010, p. 132). O crescimento dessas igrejas ocorre não somente pela necessidade de seus líderes, que também sofreram exclusão por parte das igrejas a que pertenciam, mas, principalmente, pela possibilidade de construção de novas teologias, capazes de lidar de modo acolhedor em relação à diversidade sexual.

Segundo Rodrigues (2007), há um fato em comum entre essas igrejas, qual seja: seus líderes eram membros das igrejas cristãs tradicionais, e por terem se desligado delas, ou melhor, excluídos, em sua grande maioria procuram manter aquela estrutura organizacional.

Essas igrejas fazem parte de um nicho que procura legitimar e alcançar autoridade religiosa, no momento em que têm como objetivo validar o que não diz respeito a heterossexuais, construindo novas interpretações para o texto bíblico (MUSSKOPF, 2008).

Seriam as igrejas inclusivas, então, o lugar onde não caberiam pensamentos e atitudes fundamentalistas, estas como as que “estão fixadas na certeza que têm seus praticantes de que sua reação é esperada por Deus. De que sua missão é a erradicação dos infiéis, a eliminação dos pecados por eles cometidos contra a Palavra de Deus (o fundamento) e no ensinamento como única forma de redenção” (MALAVOLTA, 2015, p. 48).

Complementando essa ideia, Pe. Costa (2015) enfatiza a necessidade dessa erradicação, inclusive no âmbito familiar, quando afirma que “os pais não devem de maneira nenhuma se conformar com o pecado de seus filhos”, pois isso significaria que “conviver com o pecado dos filhos, sem reagir, é pecar por omissão.” Com esse discurso, ele legitima não apenas a violência sofrida nos espaços públicos, mas também no espaço doméstico, violência realizada pelos pais contra seus filhos, sejam estes homossexuais ou transexuais, já que acredita ser natural apenas a heterossexualidade, como direcionamentos do seu senhor.

Desenvolvendo visão diversa a exposta acima, o Pe. Albert Mohler Jr. faz uma proposta:

A crise da sexualidade tem demonstrado o fracasso do método teológico adotado por muitos pastores. A “reação da concordância”¹⁹ simplesmente não pode alcançar o tipo de pensamento teológico rigoroso que se exige nos púlpitos hoje. Pastores e igrejas devem aprender a indispensabilidade da teologia bíblica e devem praticar a leitura da Escritura de acordo com a sua própria lógica interna – a lógica de uma história que se move da criação para a nova criação. A tarefa hermenêutica diante de nós é imensa, mas é também indispensável para um fiel engajamento evangélico com a cultura (MOHLER JR, 2015).

Acrescenta ainda o autor, que o que mais é buscado pelos protestantes conservadores é o texto-prova, como forma de resistência e reafirmação teológica. Justifica que esta escolha, na grande maioria das vezes, se dá por que os cristãos evangélicos creem na “Bíblia como a inerrante e infalível palavra de Deus.” Porém, existem óbvias limitações quanto a este método.

Após entrar em contato com esses autores e suas colocações sobre o que entendem como transexualidade, percebe-se que nomear pessoas como transexuais é um processo complexo. Para compreendê-las em suas singularidades é necessária a retirada da visão estigmatizante, patologizante ou mesmo de monstruosidade, de aberração.

Observa-se que não é possível a obtenção de êxito, apenas sob a perspectiva de manuais científicos ou preceitos religiosos, pois estes não alcançam as diversidades, subjetividades e identidades humanas.

Dito isso, pode ser apontado, como espaço de estudo da religião a partir do século XX, com uma perspectiva científica, crescente e expressiva, o campo acadêmico das Ciências da Religião. Este busca articular questões, teóricas e práticas, que envolvem a

¹⁹ “Reação da concordância” é um método teológico, que se dá quando se encontra na Bíblia palavras relevantes e versículos que tratem de questão específica.

Teologia, a sociedade e as demais ciências, respaldadas em atitudes e estudos realizados de forma interdisciplinar e transdisciplinar. Sob essa perspectiva, os estudiosos dessa área, têm como objetivo fazer compreender que a “Ciência da Religião se abre para uma compreensão renovada do fenômeno religioso, enraizada na própria vida humana.” (PASSOS, 2013, p. 635).

Dessa forma, se firma a ideia da importância de estudos e reflexões em diferentes campos, de forma a contribuir no desenvolvimento desse tema. Porém, é imprescindível que haja distanciamento de modulações a respeito de gênero, sexualidade e religiosidade, mas, sim, a embasados em posicionamento crítico, capaz de discernir e identificar pensamentos, construções e atitudes preconceituosas e segregacionistas, causadores de sentimento de não pertencimento e de exclusão, não apenas as pessoas transexuais, mas em todas as pessoas pertencentes ao grupo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

Principalmente reflexões que sejam realizadas sobre o que a maioria, mas não a totalidade dos cristãos, preconiza como paradigma para criação e manutenção do que se entende como natural, endossando padrões apresentados pela normatividade, como heterossexual e tudo que este referencia, se utilizando, muitas vezes, do discurso bíblico e da “reação da concordância”.

Buscou-se, então, no que foi retratado acima, estudar como as experiências religiosas vivenciadas por pessoas transexuais, principalmente a cristã, podem contribuir para a construção de sua identidade, nos diversos aspectos que a constituem, permeada pelo conhecimento histórico-sócio-cultural.

2.3 E O ACESSO À EDUCAÇÃO PELAS PESSOAS TRANSEXUAIS?

Vida e educação são direitos básicos constantes na Constituição Federal do Brasil de 1988, mais precisamente, nos *caputs* dos arts. 5º e 6º. Porém, esses e outros direitos, têm bastante limitadas as condições para serem exercidos pelos cidadãos transexuais.

Esses direitos lhes são negados, quase sempre apoiados em discursos de ódio e de exclusão, estes também exercidos por comunidades religiosas que, além de disfarçarem a ocorrência deste fato, contribuem para que haja injustiças a essa população em específico.

Recorrendo ainda à Constituição Federal (1988), encontra-se explícita em seus arts. 227 e 229, a responsabilidade dos pais e da família de assegurarem e assistirem à criança quanto à educação, entre outras responsabilidades.

Como citado acima, a família tem responsabilidade sobre o acesso à educação de seus filhos, sendo este ato fundamental, imprescindível para a construção da identidade. Devendo inclusive, estar envolto por afeto, como base de qualquer família, seja ela desenvolvida através de laços consanguíneos ou não.

Mas, foi em nome da família tradicional, que surgiu um movimento cristão²⁰, em posicionamento contrário à tentativa de introduzir a discussão de gênero nas escolas, como algo proposto pelo Plano Nacional de Educação, como mais uma forma de manutenção do conservadorismo. Porém, esse movimento tornou mais visíveis as pessoas pertencentes ao grupo LGBT, mais precisamente, os transexuais e travestis. Colocando-os “sob o holofote do medo, do ódio, do errado, do pecaminoso, do corrupto e do demonizado.” (OLIVEIRA; PORTO, 2016, p. 327).

Essa invisibilidade leva ao sentimento de menosprezo e torna perceptível a desigualdade de oportunidades, seja para estudar ou para conquistar qualquer outro lugar onde se deseje estar, pois não se consegue identificar qual lugar se ocupa.

Talvez aí resida um dos maiores obstáculos para o entendimento e aceitação da transexualidade, como algo que não está posto, pois, os familiares, como primeiro grupo social em que a criança se vê inserida, ao não compreenderem, optam por calar, evitando buscar formas de conhecimento.

Por isso, Louro (2000) escreve sobre a importância de se entender que:

O processo de educação sexual considera muitas ações, entre elas se encontra o pensar sobre a articulação entre gênero e infância e, assim, pensar em como a criança apreende a concepção do que é ser menino e do que é ser menina, já que a sociedade ao traçar a definição do feminino e do masculino, mesmo que subjetivamente, também traça estereótipos que se multiplicam e se cristalizam. Dessa maneira, a oposição do binário masculino/feminino é reproduzida socialmente e, em muitos casos, é tomado como verdade única no momento de pensar o conceito de gênero masculino e feminino (LOURO, 2000, p. 33).

²⁰ Pode ser descrito como uma espécie de ativismo religioso que entende as discussões das expressões "gênero" e "ideologia de gênero", como algo nefasto à sociedade e à manutenção da família tradicional natural, nuclear, hetero. De tal modo, que procuram empreender ações políticas direcionadas a defender e perpetuar os preceitos dogmáticos e valores morais tradicionais. Evitando, assim, que as minorias sexuais sejam incluídas no contexto social.

Segundo Lanz (2014) para o desenvolvimento e manutenção de uma vida saudável, a família é peça de suma importância. Mas, o acolhimento, os cuidados, as alianças dos pais com os filhos, se tornam fragilizadas, se transformando em opressão e rejeição, quando a criança começa a mostrar atitudes, pensamentos e desejos do sexo oposto, e, quase sempre, ao alcançarem adolescentes, tornam-se passivos de expulsão do seio familiar. Esses sentimentos e atitudes negativas se farão presentes em outros campos, como a escola e o trabalho, por exemplo.

A descrição de Canella (2006), contribui para essa discussão quando diz que a identidade pessoal perpassa a identidade sexual, e que o desenvolvimento da personalidade tem como base estruturante uma relação com os pais apoiada em afeto. Pois é na infância que se constrói a autoimagem, início do desenvolvimento do senso de identidade pessoal e de gênero. “A estruturação das regras de papéis se fundamenta em uma educação afetiva, educada e sensual para o feminino e forte, sexuada e objetiva para o masculino.” A relação entre o gênero e o aspecto físico se dá concomitantemente a “um processo político e social de enquadramento na heterossexualidade contaminada pelas relações de dominação e submissão de nossa cultura” (CANELLA, 2006, p. 90-91).

Bortolini (2014) descreve como se dão os papéis de homem e de mulher no contexto escolar:

Para citar exemplos mais modernos, a divisão por sexo nas aulas de Educação Física – e os esportes atribuídos a meninos ou meninas; as filas de meninos e de meninas na Educação Infantil; as distinções sexistas de vestuário – meninos não podem usar brincos nem cabelo comprido; a forma dos professores tratarem alunos homens ou mulheres, com rispidez ou com delicadeza; a tolerância da violência, verbal e até mesmo física, entre meninos; a preocupação constante com a manifestação da sensualidade das adolescentes (BORTOLINI et al, 2014, p. 13-14).

Ao se relacionar esses entendimentos e posturas com o ensino massificado ofertado pela sociedade, se observa a desigualdade de gênero exposta nos ambientes escolares, principalmente, quando se identifica que os padrões de conduta, discursos e saberes hegemônicos são transgredidos. Dessa forma, Honneth (1997, p. 52) entende que “o desenvolvimento da identidade pessoal de um sujeito está em princípio ligado ao pressuposto de determinados atos de reconhecimento por parte de outros sujeitos”.

Para Oliveira e Porto (2016), as pessoas transexuais, por não receberem apoio familiar, por exemplo, com a realização de matrícula em instituições de ensino, são

frequentemente impelidos a se desenvolverem na rua e, conseqüentemente, os estudos são negligenciados, pois o maior foco está na própria sobrevivência.

Compreende-se que com a dificuldade de acesso aos estudos, enquanto aprendizagem formal, tornam-se extremamente reduzidos os possíveis meios de se obter dignidade ou mesmo ascensão social, restando a prostituição como forma de sobrevivência.

Assim corrobora Maria Clara Araújo – ativista trans – no XXXVI Encontro Nacional de Estudantes de Direito, em 2015, na cidade de Belo Horizonte:

Não tem como camuflar essa minha transexualidade, não tem um armário para eu viver, eu não tenho esse privilégio – porque eu coloco como privilégio –. As meninas (travestis e transexuais) saem de casa, porque ser gay dá pra ser camuflado e tudo bem, mas travesti não: ‘não quero um traveco na minha família’. Essas meninas são colocadas para fora de casa e o que resta para essas meninas sem escola, sem trabalho? – porque ninguém vai dar emprego pra travesti e transexual – então elas não têm o pilar que nos fazem enquanto indivíduos: família, educação e trabalho. Então pra onde essas meninas vão? Prostituição. Ponto final (ARAÚJO, 2015, p. 332).

Diante do que foi descrito, não há dúvida que existe “severa necessidade de se garantir o direito à educação a todas e todos. As hipóteses de negação desta garantia culminam na segregação social dos indivíduos atingidos, podendo reforçar a situação de marginalidade em que se encontram.” (OLIVEIRA; PORTO, 2016, p. 335).

A transfobia se apresenta como mais uma forma de segregação social, na qual são disseminados ódio e violência, podendo desencadear sofrimento psíquico como depressão e baixa autoestima, e agressões físicas e assassinatos.

Ainda se percebe que a transfobia também se dá no ambiente de ensino superior a partir dos docentes, inclusive, como descrevem Carvalho e Oliveira (2017):

As concepções de identidade de gênero de docentes do ensino superior pouco contribuem ao reconhecimento do sujeito transexual no espaço escolar. Dessa maneira, não se percebe uma mudança significativa nas práticas educacionais no ensino superior com a Resolução Nº 12/2015 do CNCD/LGBT²¹. A ausência da abordagem sobre a problemática da identidade de gênero em áreas relevantes no tocante à construção de conceituações simbólicas associadas à transexualidade reflete a falta de reconhecimento do sujeito transexual no âmbito educacional (CARVALHO; OLIVEIRA, 2017, p. 73).

²¹ Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais — e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais — nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

Para Segnini (2000), é possível apontar as vivências negativas no contexto escolar como um dos obstáculos encontrados por pessoas trans na busca por inserção profissional. Entendendo que a escola é referência para aquisição de conhecimento inicial voltado para construção e formação profissional.

Embora algumas atividades profissionais não exijam conhecimento universitário, a escolaridade é essencial para o ingresso no mercado de trabalho (BERNARDO, 2009).

Porém, nos diferentes níveis da educação formal, se observa a presença do conservadorismo, e aqueles como mais um lugar que procura manter a heteronormatividade. Bento (2011) se dirigiu a esta situação empregando uma expressão coerente e objetiva: “Escola: espaço de reprodução do HeteroTerrorismo” (BENTO, 2011, p. 554).

Peres (2009), entende que a escola deveria ser lugar de inclusão de forma a abranger a diversidade. Porém, quase sempre ela tem perdido a função de educar, e se posiciona como “escola-polícia, escola-igreja, escola-tribunal, orientadas por tecnologias sofisticadas de poder centradas na disciplina dos corpos e na regulação dos prazeres”, negligenciando, então, a construção da cidadania (PERES, 2009, p. 249).

São experiências que trazem sofrimento e, não raro, são capazes de provocar afastamento do espaço escolar pelas pessoas que não correspondem aos padrões apregoados por aquela normativa imposta.

Segundo Passos (2013), a educação escolar brasileira passa por momento de contradições, pois não está sendo capaz de transmitir e estimular valores que são imprescindíveis a vida e a existência, ao negligenciar a ideia de que

a questão educativa tem a ver com subjetividade, interioridade, sociabilidade, como também valores, alegria, solidariedade, criatividade e atitudes. Esse é o desafio para o ofício do educador: reaprender a olhar (PASSOS, 2013, p. 636).

Sabe-se que essa postura e proposta de convívio social acima citadas, vão de encontro ao defendido pelo sistema capitalista em que vivemos, o qual se apoia na ruptura de valores e da subjetividade, no qual se busca apenas a “venda” da força de trabalho como meio para sobrevivência e aquisição de bens (MAX, 2010).

Partindo deste raciocínio, constata-se que as pessoas transexuais são inseridas num percurso bastante complicado de ser modificado: caso não consigam estudar, terão dificuldade para ingressar no mercado de trabalho. Em não conseguindo entrar no mercado de trabalho, por não terem a escolaridade exigida, terão poucas chances de

subsistência através de recursos obtidos por empregos formais, levando, dessa forma, quase sempre à prostituição.

O retratado acima é contextualizado por Souza e Bernardo (2014) quando descrevem que

as transformações das condutas heteronormativas, cristalizadas há séculos na sociedade, constituem um grande desafio, ocorrem vagarosamente e há muitas resistências para que elas não aconteçam. O recente veto ao polêmico material contra a homofobia, que iria ser distribuído às escolas públicas de todo o Brasil pelo governo federal no ano de 2011, é um exemplo de resistência social às transformações das normas de gênero dominantes. A suspensão da distribuição do material aconteceu após grande pressão de setores da sociedade, que, nas discussões sobre o assunto, notoriamente priorizaram aspectos de teores conservadores e morais. O principal argumento utilizado pelos grupos que se posicionaram contra a distribuição do material foi o de que ele atuaria como uma “influência negativa” às crianças e adolescentes ao tratar com naturalidade as relações homossexuais e as formas de identidade de gênero que fogem aos padrões. Esse veto pode revelar que, apesar dos avanços, a sociedade ainda preserva uma postura excludente com os comportamentos sexuais e identidades de gênero que não se incluem no modelo preconizado. Em vez de buscar ações que conscientizem e amenizem as discriminações e os sofrimentos de uma parcela significativa da população que sofre incontáveis preconceitos e violências em seu dia a dia, nossos políticos, legítimos representantes da sociedade, optam pelo silêncio e pela manutenção da homofobia, da transfobia e do moralismo sexual vigentes (SOUZA; BERNARDO, 2014, p. 165).

A transfobia se faz presente nas escolas, segundo Santos (2010), principalmente na dificuldade do uso do nome social, na convivência durante as aulas de educação física, na utilização do banheiro, além das relações interpessoais com os professores e com os trabalhadores que compõem o quadro da instituição escolar.

Para Acioli (2014), a escola tem sido chamada por Organizações da Sociedade Civil, a realizar modificações que possam incluir as pessoas que não correspondem ao que representa a heterossexualidade. Os temas sexo e sexualidade são grandes desafios para os profissionais da educação, pois quase nunca estão capacitados. Apesar disso

a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO — e o ministério da Educação incorporaram a preocupação com as diversidades na escola. No entanto, é muito difícil emplacar o tema da transexualidade numa realidade repleta de pessoas conservadoras. Um dos maiores problemas é a relação promíscua entre religião e escola, a despeito o fato de o Brasil ser um estado laico. Os materiais produzidos pelo projeto Escola sem Homofobia, por exemplo, foram condenados à fogueira pelos fundamentalistas de plantão (ACIOLI, 2014).

Percebemos uma série de situações que corroboram para que o ambiente escolar fragilize as pessoas transexuais, levando-as a não se manterem nesse espaço, quando, a

princípio, deveria perseguir a proposta de ofertar educação formal capaz de ser alicerce para a construção da cidadania.

Natal Neto *et al* (2016), defendem a ideia de que a escola é um lugar não confortável para os indivíduos transexuais, pois quase sempre as violências sofridas são invisibilizadas, por conseguinte, não há construção de meios de combatê-las. São obrigados a conviverem em ambientes com práticas discriminatórias, dirigidas a eles não apenas pelos colegas, mas também pelos professores, estes, principalmente, ao não criarem o hábito de utilizar o nome social ao se dirigirem aos alunos trans.

Os autores completam apontando a importância da escola para a transformação desta situação negativa que tanto fragiliza pessoas não enquadradas na heteronormatividade.

A escola, quando um meio que não promove a exclusão, é um grande auxiliar (embora não único) para que os indivíduos, que fizeram parte do corpo escolar um dia, promovam uma forma mais plural de pensar, não concebendo a transexualidade como doença e/ou como um “erro” comportamental, auxiliando, portanto, na desconstrução de preconceitos (NATAL NETO, et al, 2016, p. 85).

Nesse espaço escolar que discrimina, que exclui e reforça a invisibilidade, há aqueles poucos que conseguem ultrapassar barreiras e alcançar o outro lado da educação formal, ou seja, aquele que ensina. Segundo Sabóia e Martini (2018), em reportagem transmitida pela rádio Central Brasileira de Notícias (CBN), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a possibilidade de uso do nome social, constatou um dado surpreendente — entre os pouco mais de cinco mil inscritos no Currículo Lattes, com nome social, 92 pessoas concluíram um mestrado e 76 um doutorado.

Franco e Cicillini (2015) buscaram abordar a trajetória de professoras trans no contexto escolar, apontando desafios e conquistas que confirmam os dados expostos acima, quando escrevem:

Apesar dos diversos obstáculos enfrentados em suas trajetórias escolares, nas suas experiências como docentes, todas as professoras da pesquisa contam histórias de êxito e reconhecimento profissional. Associado a essas histórias, relatam o desencadeamento de processos de subversão e de abalo de valores, normas e crenças. Na verdade, contam de resistências, intencionais ou não, que desencadeiam possibilidades de estruturação de novas formas de ensino e aprendizagem no que se refere às questões de gênero e de sexualidades. Confirmam que a escola consiste num dos espaços possíveis de efetivação do direito de constituírem-se como humanos (FRANCO; CICILLINI, 2015, p. 343).

O Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) formado por professores e professoras travestis e transexuais, foi fundado em 10 de outubro de 2017, com o intuito de combater a transfobia no espaço escolar. Segundo a vice-presidente, Sayonara Nogueira, a educação está em fase de retrocesso, citando alguns exemplos em entrevista dada ao Portal Desacato: “É um absurdo no século XXI a suprema corte deste país, liberar o ensino religioso baseado na crença do professor. É um absurdo você escutar que educadores fazem crianças tornarem-se LGBTs.” Acrescentou ainda, que “o ensino está cada vez mais decadente, e o poder religioso sobre as massas cada vez maior” (DESACATO, 2017).

Em contrapartida, Cesar (2009), observa novas possibilidades ao colocar que está ocorrendo nas últimas décadas, dentro das propostas para a educação básica, a ideia de inclusão, trazendo à tona temáticas específicas, como a exclusão de transgêneros do ambiente escolar.

Em entrevista concedida à rádio Central Brasileira de Notícias (CBN), em 2018, em reportagem realizada por Sabóia e Martini, a primeira mulher trans a concluir um doutorado no Brasil, em 2012, Luma Andrade, relata a enorme dificuldade dessa trajetória: “Logo quando entrei, no início, eu já era xingada. As pessoas gritavam coisas contra mim, então a universidade também foi um espaço onde eu sofri a discriminação e o preconceito por ser diferente.” (ANDRADE, 2012, *apud* SABÓIA; MARTINI, 2018).

Na mesma reportagem, também foi entrevistada a vice-presidente, Sayonara Nogueira, que falou a respeito do senso trans, realizado pela Rede Trans Brasil:

Não existe um estudo sobre o número de pessoas transexuais que chega a um ensino superior ou a uma pós-graduação porque essas pessoas, na verdade, não chegam nem a concluir o ensino fundamental. A gente ainda vem de uma luta de pegar essa população, levar pra educação básica e chegar até o ensino superior (NOGUEIRA, 2018 *apud* SABÓIA; MARTINI, 2018).

Essas dificuldades vivenciadas pelas pessoas trans podem ser interpretadas a partir de dados estatísticos, em pesquisas realizadas, por exemplo, em Porto Alegre, por Alessandra Bohm, na qual apresenta que “15% das entrevistadas apontam possuírem Ensino Fundamental incompleto, 25% possuem Ensino Fundamental completo, 15% delas têm Ensino Médio incompleto, 25% possuem Ensino Médio Completo e 5% têm Ensino Superior Completo.” (BOHM, 2009, p. 58).

Esta estatística, grosso modo, pode representar o país, despertando em estudiosos desse tema questionamentos como os realizados por Junqueira (2009):

O risco de deixar de fora grupos menos mobilizados ou com menores possibilidades de angariar suporte e solidariedade é inegável. Quais as chances de travestis e transexuais nesse cenário? Elas seriam pensadas como população-alvo de iniciativas à inclusão educacional e à inserção em demais esferas sociais? Ou, no máximo, ficariam confinadas em atividades promotoras de diversidade cujo foco é prevenir DSTs e AIDS entre profissionais do sexo? Gays e lésbicas talvez contem com uma exígua margem de vantagem, mas dificilmente algo mais do que isso (JUNQUEIRA, 2009, p. 181-182).

De algum modo, a população brasileira também entende e deseja que novas formas de ensino sejam construídas para que a escola se torne, efetivamente, um espaço para se discutir e aprender sobre gênero e sexualidade. Essa postura fica explícita em pesquisa que buscou apontar problemas recorrentes e significativos presentes em escolas públicas, principalmente.

Segundo Toledo (2018), em sua reportagem para o G1, divulgada em 05 de fevereiro de 2019, pesquisa realizada pelo Instituto GPP, comprada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2018, objetivou apontar problemas estruturais dentro das escolas, assim como a forma dos brasileiros verem a inclusão de questões sobre gênero e sexualidade no currículo escolar. Os resultados foram: 55,8% responderam "sim" se a "abordagem sobre as questões de gênero e sexualidade deve fazer parte do currículo escolar". Outros 38,2% foram contra a medida, e 6% dos entrevistados não souberam responder". Não houve ampla divulgação desses dados, mas a TV Globo obteve acesso recorrendo à Lei de Acesso à Informação.

Pensando em uma perspectiva de inclusão e respeito às diferenças, pode-se trazer para a discussão Fiori (2011) que, ao prefaciar a obra de Paulo Freire — *Pedagogia do Oprimido* — diz:

Talvez seja este o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever a sua vida como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existir-se, historicizar-se. Por isto, a pedagogia de Paulo Freire, sendo método de alfabetização, tem como ideia animadora toda a amplitude da "educação como liberdade", o que, em regime de dominação, só se pode produzir e desenvolver na dinâmica de uma "pedagogia do oprimido" (FIORI, 2011, p. 12-13).

Continua o autor descrevendo o método Paulo Freire como aquele que não se limita a ensinar a repetição de palavras, nem a ensinar a capacidade de compreensão e desenvolvimento do discurso abstrato. Mas, criar categorias de poder "re-existenciar" criticamente as expressões de seu mundo. Pois, dessa forma, possibilita a construção da consciência do mundo e da consciência de que esta não pode existir de modo isolado,

afastado de todos que compõem o mundo. Todo esse processo se dá apenas no momento em que o homem se reconhece como sujeito que organiza o mundo (FIORI, 2011).

Se a educação possibilita a construção de conscientização, logo, esta é responsável por proporcionar ao sujeito sua inserção no processo histórico. Na ausência do recebimento da educação ou, mesmo em sendo recebida, mas de forma excludente e negativa, o sujeito não será capaz de se ver como ser histórico, sujeito de direitos e deveres, e livre.

Talvez, a negativa da oferta de uma educação esclarecedora, inclusiva, que proporcione o desenvolvimento do ser humano enquanto cidadão do mundo, colocando-o como protagonista de sua história tenha, como uma das possibilidades, o interesse na manutenção do controle pela classe mais favorecida e dominante sobre a população e suas minorias.

3 TRANSEXUAIS: VIVÊNCIAS RELIGIOSAS E SINGULARIDADES

A busca do conhecimento pode se dar por diversos caminhos. Entendemos que para haver compreensão do presente, é imprescindível que o passado não seja negligenciado. De tal modo, que para o desenvolvimento deste capítulo, foi levada em consideração a necessidade de ter acesso às histórias de vida de algumas pessoas, as quais contribuíram para a realização dessa pesquisa.

Este capítulo tem como objetivo analisar as falas das pessoas transexuais, as quais apresentaram suas experiências em relação às religiões, ao conhecimento acadêmico e ou intelectual, a partir do lugar que ocupam a partir da identidade de gênero, da transexualidade e da orientação sexual. Os participantes foram homens e mulheres transexuais, com diferentes profissões, níveis de escolaridade, idades, contextos familiares e socioeconômicos.

3.1 REVIVER EXPERIÊNCIAS ATRAVÉS DA FALA

Para o desenvolvimento da pesquisa, a Fenomenologia²², que tem como princípio o estudo do fenômeno em sua essência, foi utilizada como estratégia, a partir da qual o(a) pesquisador(a) deve se utilizar de posicionamento que lhe permita manter-se distante de seus próprios valores nos momentos da coleta dos dados e de suas interpretações, evitando, dentro de limites, possíveis interferências.

Para nos guiar nessa etapa do estudo, foi proposta a observação de um dos questionamentos norteadores para seu desenvolvimento: *como se dá a relação familiar das pessoas transexuais?*

O estudo sobre transgeneridade requer cuidado e sutileza, assim descreve Lanz (2014):

Conduzir estudos no território transgênero é como explorar uma costa com muitos arrecifes e bancos de areia: - a navegação é basicamente cheia de surpresas. Mesmo em dias de mar calmo, jamais se pode confiar inteiramente no que se vê na superfície da água. Tal como o piloto de um barco numa costa acidentada, a atenção do pesquisador no território transgênero deve estar permanentemente voltada para o que eventualmente está sob as águas, abaixo da superfície; para o que não é visto e/ou que não se deixa ver; para as formações absolutamente transitórias, que deixam marcas apenas passageiras

²² A Fenomenologia como método de investigação, busca captar as coisas do mundo como se apresentam à consciência, ou seja, sua essência, isto é “ir ao encontro das coisas em si mesmas” (HUSSERL, 2008, p. 17).

na geografia do litoral que logo se metamorfoseiam em outra coisa (LANZ, 2014, p. 12).

Para que o transgênero possa vir à superfície e apresentar-se, é necessário que possa estar e sentir-se inserido em uma sociedade como membro, como cidadão de direitos e deveres, e para tal, se torna imprescindível o reconhecimento da pessoa enquanto sujeito.

Porém, instala-se uma enorme dificuldade à realização daquele quando isso se dá baseado em estereótipos, geradores de classificações, por exemplo, como transgressores de padrões de conduta, estes implantados e mantidos por saberes e discursos hegemônicos (FRASER; HONNETH, 2003).

O sujeito transexual vivencia essa experiência, ou seja, o reconhecimento dele como membro da sociedade é pouco, ou melhor, quase ausente. Foucault (1979), descreve como os saberes científicos e a postura da medicina são produtores de discursos de verdade. De tal modo, que a transexualidade, enquadrada nesses referenciais, também faz parte de uma construção do discurso do saber médico.

Pode ser observado que foi, justamente, a partir do século XX, que houve uma série de estudos e criação de movimentos sociais, tal como os desenvolvidos pela comunidade LGBT, com o intuito de se construir um novo entendimento sobre a sexualidade, ou seja, a partir da perspectiva de descolamento entre o sexo biológico e o gênero, indo de encontro ao que, até então, era ditado pela heteronormatividade.

Lanz (2014), descreve o termo transgênero como uma espécie de guarda-chuva. Ela nos fala de um ‘lugar’ onde várias identidades de gênero podem estar reunidas. Identidades estas que em alguma medida, afrontam e são vistas como transgressoras, pois não podem ser enquadradas no que prega o binarismo de gênero, ou seja, gênero masculino ou feminino, apenas.

A autora supracitada defende a ideia de que caso houvesse flexibilidade no dispositivo binário, “não haveria a menor possibilidade de ocorrer qualquer tipo de transgressão de gênero, nenhuma pessoa seria classificada como transgênero ou gênero divergente.” (LANZ, 2014, p. 7).

Desse modo, há poucos que se sentem confortáveis em assumir sua identidade de gênero como não binária, pois é preciso autoconhecimento e auto aceitação, fato que demanda tempo para construção. Porém, sem sombra de dúvidas, ao se alcançar esse

estágio, também são alcançadas segurança e autoestima elevadas, geradoras de capacidade para o enfrentamento das situações preconceituosas e discriminatórias.

Partindo desse princípio, se entende que:

Dentro desta perspectiva, pessoas que não identificam-se com um dos dois gêneros reconhecidos culturalmente (homem e mulher) também teriam identidade transexual com a especificidade de serem não-binárias, apesar de alguns grupos sociais requisitarem a “não-binaridade” como identidade independente à transexualidade (pela carga que ela traz em relação à perspectiva binária de gênero). Mas, as pessoas que alcançaram essa compreensão sobre si e seu lugar no mundo, descrevem-se com certa tranquilidade (SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE, 2019).

Podemos observar isso na fala de *Osíris*: “eu me considero não binário no sentido de que eu não me reconheço nem 100% como homem, nem 100% como mulher. Sou apenas um ser na Terra.”

Segundo Torres (2015, p. 110), “a liberdade sexual é cerceada desde a mais tenra idade pelos dispositivos da heteronormatividade, pelo uso das cores, pelo controle do brincar, pelos modelos de família disponibilizados nos materiais escolares etc.”

Por esses e outros motivos, de forma não rara, ao vivenciarem os períodos da infância e da adolescência, pessoas transexuais se deparam com situações de constrangimentos e conflitos gerados por discriminações (SAMPAIO; COELHO, 2012).

Continuam as autoras descrevendo que nesse período, e por conta do isolamento a que essas pessoas são levadas a viver, surgem, com certa frequência, quadros de depressão. Essas situações ocorrem na maioria dos contextos em que estão inseridas, não apenas no familiar, por exemplo, entendendo este como espaço privado. Mas, se estenderão para o escolar e do trabalho, em momento posterior, como espaços públicos. (SAMPAIO; COELHO, 2013).

Como ser social, apesar da necessidade do ser humano de sentir-se pertencente ao grande grupo chamado sociedade, e esta ser constituída por vários pequenos grupos, é no grupo familiar que se dá o início das relações, sua primeira socialização. Aí reside sua grande importância, tanto para a construção da personalidade do indivíduo como na introdução ao campo religioso e suas diversas formas de vivenciar a religiosidade.

Esta última, descrita por Oliveira (2001, p. 135) como um “conjunto de disposições referentes ao sagrado antes que estas sejam socialmente elaboradas e socializadas”. Para este autor, a religiosidade representa um movimento capaz de impulsionar o ser humano em direção ao sagrado, ao que transcende.

Segundo Miller e Stark (2002), na maioria esmagadora, cabe à família, mais precisamente à mulher adulta, no papel de mãe ou avó, a responsabilidade pela transmissão aos filhos, não apenas dos valores morais, mas também proporcionar os primeiros ensinamentos a respeito de religiosidade e, depois, dos possíveis caminhos para sua manutenção.

O posicionamento dos autores acima citados pode ser confirmado nas histórias retratadas pelos entrevistados. Descrevem que seus primeiros entendimentos e contatos com a religiosidade e, posteriormente, com as religiões, deram-se ainda quando criança, através de suas mães, as quais, em sua maioria, faziam parte de religiões cristãs — católica e evangélica.

Até os dezesseis, dezessete anos, eu frequentei a Igreja Católica. E aí, no começo era mais pelos pais. Eles me levavam sempre. Queriam que eu tivesse em todas as atividades, sempre. Minha mãe me levava desde os quatro anos para lá (RÁ-ATUM, 2019).

Fato que também é vivido e descrito por Hórus:

Minha família é católica, mas católica não praticante. Minha avó era mais praticante, mas minha mãe, não. Mas, aí todo domingo a gente tinha que ir para a igreja, assistir as missas. Fui até com dezesseis ou dezessete anos, porque era obrigado a ir para a missa. (...) Todo domingo tinha que ir para a missa (HÓRUS, 2019).

Segundo Bomfim (2009), em sua pesquisa

as experiências religiosas são recontadas, também, a partir de rituais, preceitos e dogmas da igreja, como no caso do batismo, primeira comunhão e crisma - momento em que reuniam familiares, parentes e amigos/as. Configurando-se, portanto, em boas recordações (BOMFIM, 2009, p. 106).

Nepthth fala, explicitamente, de cada etapa seguida dentro da Igreja Católica quando criança, perpassando o caminho traçado para os pertencentes à comunidade:

Quando eu era pequena, (...) minha família tem dois pilares religiosos, que é o evangélico e o católico. Então, quando eu tinha oito meses de nascida, tem esse negócio de consagrar uma criança na Igreja Evangélica, né? Você pega a criança, bota pra cima e todo mundo levanta as mãos e fica orando pela aquela criança, né? Eu cresci nesse meio, aí depois pendi pro outro, pro católico. Fui e fiz primeira comunhão, crisma, fiz tudo que tinha de necessário para fazer na católica (NEPHTH, 2019).

Fato que também se repetiu com Anúbis:

Meus pais (...) eles faziam questão que as meninas fizessem catecismo e fizessem primeira comunhão, (...) Éramos três homens, eu e minha irmã. Aí a gente fazia catecismo. Eu fiz quatro anos e meio, me forçaram eu ir quatro anos e meio. Eu tinha oito ou nove anos. Eu ia agregado com minha irmã, porque como eu sou o mais novo, onde ela ia, eu estava atrás. E aí fazia toda aquela coisa, mas eu não gostava da história do vestido, dos papéis femininos. E aí, toda vez que chegava o dia de fazer a primeira comunhão, eu inventava uma coisa. (...) para não poder usar o vestido. (...) eu preferia cair, sujar o vestido de propósito pra levar uma surra, mas não ir. Eu simulava febre pra não ir. Porque eu não queria usar o vestido. Nessa idade eu já mostrava que eu não me adaptava aos padrões femininos, eu não queria nada daquilo. (...) minha mãe desistiu de mim, porque ela entendeu que não ia rolar. (...) Minha mãe desistiu dessa história de fazer primeira comunhão (ANÚBIS, 2019).

Para Guattari e Rolnik (1986) a construção do processo de subjetivação, ocorre a partir dos registros social, político e cultural.

É durante a infância e na convivência familiar, que ocorrem as delimitações e orientações de comportamentos, quase sempre sem possibilitar questionamentos por parte de quem os deve realizar, dessa forma dificultando que as identidades de gênero sejam construídas a partir da subjetividade de cada um.

Connel (1987) reforça esse entendimento quando diz:

Os ‘organismos de socialização’ não podem produzir efeitos mecânicos numa pessoa em crescimento. O que se faz é convidar a criança a participar de práticas sociais dentro de certos limites e condições. Talvez o convite seja coercitivo – como geralmente é – uma vez que é acompanhado de forte pressão para sua aceitação, sem oferecer nenhuma outra alternativa (CONNELL, 1987, p. 33-34).

O convívio familiar, sob uma perspectiva satisfatória, deveria gerar uma interação entre os adultos e as crianças que compõem este núcleo, de modo a proporcionar uma adequada estimulação, cognitivamente falando. Os estímulos gerados pelos processos proximais deveriam contribuir para que as crianças desenvolvessem uma melhor percepção e controle de seus comportamentos. Contribuiriam para a aquisição de conhecimentos e habilidades, que servem como base para a construção de seus próprios ambientes físico e social (BRONFENBRENNER, 1993).

Passado o período da infância, na qual quase não são observadas diferenças no comportamento, inicia-se a fase da adolescência, em que inevitavelmente a exposição ocorre, pois há uma busca pelo fortalecimento da identidade e respeito pela orientação sexual. De tal modo que, na maioria das vezes, é no interior do grupo familiar que ocorrem

as primeiras tentativas de fazer com que os filhos sejam enquadrados na heteronormatividade.

Essas atitudes serão realizadas por diversos vieses, ou seja, pelo uso da indução para brincadeiras consideradas específicas para cada gênero, as roupas a serem usadas, assim como a colocação de Deus como aquele que punirá os comportamentos vistos como transgressores.

Dentro desse quadro, não são excluídas as agressões físicas e verbais, levando ao afastamento entre pais e filha(o)s, em grande parte dessas relações, culminando com a expulsão de casa, dificultando assim, qualquer forma de convivência.

Para Junqueira (2009, p. 260), há uma enorme dificuldade de as pessoas que fazem parte do grupo de transgêneros serem acolhidas em suas dúvidas e medos. Pois, não diferentemente de outras formas de complicadores na construção da subjetividade e autoestima, a transfobia traz profundos efeitos negativos. De forma que, com a não possibilidade de diálogo com familiares e também no ambiente escolar, se veem sozinhas nessa caminhada. Terão sorte se possuírem ao menos um amigo, que compartilhem suas experiências e conhecimentos por pertencerem ao mesmo grupo, e, por isso, talvez estejam aptos a dividir, escutar e falar sobre dores, medos, paixões e prazeres.

Rá-Atum (2019) descreve o quanto foi e é dolorosa a não aceitação de sua transexualidade por parte de seus pais. Ao expulsarem-no de casa, e por já estar cursando Educação Física no Recife, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), potencializou-se o distanciamento entre eles, por conta da distância geográfica que passou a separá-los, dificultando uma possível reconciliação:

Quando eu fui expulso de casa em 2016. (...) teve poucas vezes, poucas vezes nesse percurso inteiro, até eu chegar aqui, que meus pais me ajudaram. Minha mãe chegou a mandar algumas coisas, umas duas vezes, aqui pra Recife, logo quando eu vim pra cá, quando eu morava com esse menino. Mas, depois disso, a gente não teve mais nenhuma relação. (...) Antes de eu retificar, um pouquinho antes de eu pegar o registro, ela no Ano Novo: feliz ano Novo, minha filha, fulana. Aí eu: filho. Sempre retificando a fala dela. (...). Porque a senhora não me chama pelo meu nome? Aí ela disse: esse não é o seu nome, porque você não foi registrada assim. Aí eu retifiquei o registro. Pronto, aqui. Era por falta de registro? Estou registrado assim, agora. (...) Aí ela: não, porque Deus lhe fez mulher e não sei que. (...) E eu percebo que é uma relação da religião com ela. (...) Tanto que esses dias eu fiz uma postagem. Eu encontrei uma foto da gente, e eu postei que sentia muita falta — e eu sinto muita falta dela e do meu pai. Mais dela do que do meu pai. A gente sempre teve uma relação mais próxima. E eu sei que não é culpa dela esse processo, pois ela reproduz o que escuta. (...) Eu já disse várias vezes que ela não precisa me aceitar, não quero que ela me aceite, porque não quero que ela passe por cima de tudo que ela acredita... Se não for de livre e espontânea vontade... Mas que, pelo menos, ela me respeite. E isso não acontece: nem respeito, nem aceitação (RÁ-ATUM, 2019).

Geralmente no momento em que as diferenças não podem mais ser ‘escondidas’, surgem discussões, acusações e discriminações, não apenas entre os membros da família, mas também entre amigos mais próximos, aqueles que são considerados da família. Essas atitudes são causadores de opressão, de disseminação de sentimentos de vergonha, de medo e de rejeição, além de culpa.

Pode-se observar na narrativa de Anúbis como a ausência de uma estrutura afetiva e acolhedora, faz grande diferença na construção do ser humano:

Nessa época eu tinha doze ou treze anos, veio a menstruação, (...) vieram esses conflitos, (...) isso foi um gatilho pra eu começar a beber muito. Então eu me tornei uma pessoa muito mais agressiva, muito mais revoltada. Então, eu usava meio que inconscientemente, tentando chamar atenção, como se dizendo que estou precisando de ajuda! Tipo, eu passava noite fora. Minha mãe tinha uma regra na casa dela que fechava a casa às dez horas da noite, quem entrou, entrou e quem não entrou, não entra mais, porque não é hotel. Ela dizia: na minha casa são as minhas ordens. Eu chegava depois, e ela não abria de jeito nenhum. Eu dormia no terraço. Às vezes, eu dormia no quintal, junto com os bichos que se criava. E aí eu comecei a ficar mais arisco, cada vez mais agressivo. Passava a noite, ah, não vai abrir não? Vou embora pra onde eu estava. Então não venho nem mais de dez horas. Nem dez e meia eu venho mais, vou ficar direto. E nisso, muito álcool, muita doideira, muita, muita... Eu acabei indo morar na rua. Eu acredito que passei um ano, mais ou menos um ano e meio, morando na rua (ANÚBIS, 2019).

O início da adolescência é marcado por muitas mudanças, expectativas e descobertas. Concomitantemente, surgem questionamentos sobre assuntos habitualmente considerados tabus, como a sexualidade. Ocorre, então, que órgãos do corpo que antes não eram sentidos e talvez nem se tivesse ainda a consciência da existência deles, são ativados. Dá-se, diante de tantos fatos e circunstâncias novas, a necessidade de apoio e orientação por parte das pessoas mais velhas que compõem o grupo familiar. Pessoas que, com afetividade, cuidado e respeito, deveriam ajudá-los a passar por essa fase tão repleta de significados e significantes.

Mas, o que se percebe é que a heteronormatividade, muitas vezes, é usada para legitimar, não apenas as diversas formas de violência no convívio familiar, mas, também, a manutenção de sistemáticas violências, geradoras de sérios impactos na saúde física e mental.

Os relatos apresentados nos levam a perceber a existência de grandes dificuldades de aceitação do sujeito transexual em seu contexto familiar, com algumas exceções. O que nos remete para o próximo foco da pesquisa: de que maneira as religiões cristãs interferem na relação e no desenvolvimento emocional, psicológico e religioso desses sujeitos?

As respostas a seguir se complementarão com as elencadas nessa seção, fazendo entender como esses marcadores estão imbricados.

3.2 A TRANSEXUALIDADE NOS ESPAÇOS RELIGIOSOS

Como extensão e contribuição para a construção do ser social há, para um grande número de pessoas, o papel do campo religioso, que é também um lugar de desenvolvimento de valores morais, éticos e espirituais, visando a uma melhor forma de convívio social.

Porém, percebe-se que grandes dificuldades de permanência em comunidades religiosas, a partir de proposições oriundas das religiões católica e evangélica²³ muitas vezes ocorrem, justamente, no início da adolescência, quando começa a haver formas diferentes de comportamento, perceptíveis seja no vestuário, seja em pensamentos, que vão de encontro ao defendido pela heteronormatividade, e pela moral e bons costumes da visão cristã.

É a partir daí que ocorre uma desvinculação quase que imposta aos transexuais, ou melhor, aos que não estão incluídos na normativa. Dá-se, então, diante da não possibilidade de pertencimento decorrente de suas identidades, a busca pela vivência religiosa através de práticas particulares ou em diferentes religiões nas quais possam ser aceitas em suas singularidades.

Segundo Gouveia (2017) a dificuldade das religiões em respeitar e acolher em seus espaços, determinadas pessoas e suas especificidades, diz respeito ao caráter universalista de seus princípios.

Essas impossibilidades de pertencerem a instituições religiosas, leva, de forma compulsória, as pessoas excluídas a construírem outros caminhos para suas vivências em relação à religiosidade ou à espiritualidade.

Hoje, o meu relacionamento com a religião não é mais em espaços, não é mais em lugares, não é mais em canto nenhum. Eu acho que contra minha construção, e eu desconstruí muita coisa, embora ainda exista um pouco de religiosidade em mim. E é conversar: eu converso com os espíritos, com minha mãe Oxum — sou filha de Oxum — eu acendo uma vela, peço proteção e paz: não peço nada além disso (ÍISIS, 2019).

²³ Reitero o dito no início deste trabalho que, embora eu tenha conhecimento da pluralidade do campo religioso, optei por fazer uso do singular ao me referir à religião católica e à religião evangélica. Essa escolha teve o intuito de não restringir os entrevistados em seus pertencimentos, mas, sim, acolher as diversas denominações e congregações a que se referiram em seus relatos.

A desconexão entre o que se sente e o que se escuta como verdade no âmbito religioso, causa dor e desespero. Pois, ser ‘diferente’ e, em consequência, ser alvo de reações de exclusão e rejeição, traz imensa instabilidade emocional e psicológica, principalmente, por ser a adolescência, a fase em que começam a surgir as perguntas direcionadas a si mesmo(a): quem eu sou? Do que eu gosto? Como me sinto? Como desejo me relacionar? Como funciona meu corpo?

A sensação de confusão interna, gerada por tantas perguntas sem respostas coerentes com o que se escuta e vivencia, geralmente leva a pedidos cujo entendimento é impossível, mesmo por Deus:

Pelos treze/catorze. Catorze/quinze anos, mais ou menos, eu lembro de ter algumas noites que eu ia dormir e, pensando assim, fazendo preces por um milagre, isso falando como eu entendia na época. É, fazendo preces por um milagre de eu dormir e acordar um homem cis²⁴ (RÁ-ATUM, 2019).

Já não há dúvidas que o surgimento dessas perguntas ocorre com a grande maioria dos adolescentes. Mas, quase sempre, são feitas de forma mais angustiada por pessoas que não correspondem ou não se encaixam ao que é colocado como a maneira ‘certa’ de ser e estar no mundo: a respaldada na heteronormatividade e nos valores morais cristãos.

Eu tinha três referências masculinas na minha casa, que eram os meus irmãos, e eu tinha ideia de que quando eu completasse alguma idade, como eu tenho uma diferença de cinco anos com meu irmão mais velho, em alguma etapa da vida eu ia começar a desenvolver os pelos, ia começar a ter uma mudança de genital natural. Eu contava com isso como coisa certa, E isso me deixava muito feliz. Não, vai chegar, vai acontecer. Só que aí vem a adolescência, e reforçar o teu corpo feminino. Em seguida vem a tragédia humana, porque você começa a brigar com as coisas que aprendeu. E essas referências você aprendeu através da visão católica, da visão cristã, de como a família se conduz e se comporta. Isso é muito presente aqui no Nordeste e no Brasil todo. Então, você começa a não se encaixar, e o primeiro conflito é na sua cabeça. Primeiro conflito é: aprendi que eu deveria gostar disso, eu deveria agir assim, mas eu não me sinto contemplado, não está confortável, pois você não se encaixa naquele modo (ANÚBIS, 2019).

Experiência similar foi vivenciada por Ísis (2019), que diz:

Acho que com doze, treze anos, quando eu comecei a sintetizar mesmo a ideia do que era, como eu estava me desenvolvendo, me identificando... E aí você faz primeira comunhão e vem um monte de coisa, você é levada para a missa e começa a se questionar, já na fase da adolescência. Dentro desse espaço eu não me revelei, então não tinha como sofrer discriminação (ÍISIS, 2019).

²⁴ Cisgênero (cis) corresponde àquelas pessoas que se encontram ajustadas em relação a identidade de gênero (mulher ou homem) recebida ao nascer em consequência de sua genitália de macho ou fêmea. Não é identidade, mas a condição sociopolítica econômica (LANZ, 2014).

Mas, no período da adolescência, é quase inevitável a exposição da nova forma de se apresentar, e, quase que em sequência, ocorrem os olhares reprovadores e a demonstração da não aceitação:

Quando criança, todo domingo, eu ia para a missa. Quando comecei a crescer e a frequentar a igreja, começaram minhas questões com a identidade de gênero. Que foi: vamos achar uma explicação para, e tal. Aí entrei na Igreja Católica, participava de grupo, era coordenação disso, era EJC – encontro de jovens com Cristo — que é lance anual que os jovens participam e, depois, trabalham para que outros jovens também possam ter esse encontro com Cristo. Eu participei disso e eu me assumi na igreja. Mas não fui bem aceito, e saí. Eu pensei: já que aqui não é meu lugar, eu também saio (SET, 2019).

Essa necessidade de encaixe é real, pois a transexualidade também pode ser vista como um dispositivo transgressor, entendido a partir de Foucault, que descreve ser o dispositivo composto de “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas.” (FOUCAULT, 2002, p. 244).

A partir dessa colocação, pode-se observar no âmbito dos dispositivos também estão presentes as estruturas físicas (igrejas e escolas, entre outras), além das leis e sugestões morais e estéticas, como meios de manutenção e sustentação de verdades.

Esse conjunto de proposições vai se colocar em confronto com o que surgiu, mais manifestamente, a partir da segunda metade do século XX: a transexualidade. Ensejando, desde então, estudos e pesquisas.

Porém, apesar de estarmos no século XXI, o transexual segue obrigado a viver com inúmeros entraves, os quais quando não o paralisam, forçam-no a encontrar e construir estratégias para continuar a busca por respeito e dignidade.

Nas argumentações de Foucault (1997), elaboradas no século passado, podemos encontrar ajuda para perceber que houve poucas mudanças quanto ao uso de formas de controle do comportamento sociais daqueles que não se enquadram nas regras pré-estabelecidas:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação de conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1997, p. 100).

Thorth (2019) descreve o que precisou fazer e como precisou se comportar para obter alguns benefícios que ele encontrava na comunidade evangélica de que fazia parte, tentando respeitar sua sexualidade e seu gênero. Porém, em determinado momento, as imposições para o uso de vestimentas específicas como referência de gênero, o impediram de seguir em frente:

Eu fui evangélico. Comecei a ser evangélico aos meus treze anos, eu fazia parte de um grupo de escoteiros de que eu gostava muito. E para a gente permanecer até uma certa idade, a gente tinha que ser da Igreja, no caso, tinha que ser batizado. (...) Porque, o escoteiro me fez estudar mais, tirar boas notas. Porque, tipo, uma pessoa humilde, filho de professor, que minha mãe ainda não tinha faculdade, estava no processo transitório da faculdade, então a gente sempre teve que sobreviver com pouco. (...) Isso pra mim foi muito bom. Então, a minha proximidade com o grupo de escoteiros me fez ver algumas coisas... Porém, existiam fardamentos para momentos específicos. E o que me incomodava eram esses fardamentos. Tipo: meninas saia e meninos de calça. E eu nunca queria usar saia. (...). Então, comecei a sentir esse desconforto. De não poder ir para o culto com uma calça, de ter momentos que eu só podia usar saia. Isso foi pesando, pesando e pesando... Quando transitei entre os dezesseis, dezessete, mais ou menos, fui descobrindo minha sexualidade. Comecei a me relacionar com meninas, porém, ainda na Igreja. (...) Porém, eu estava traindo as pessoas que confiavam em mim, e eu não queria trair essa confiança, porque eu gostava do que eu fazia nos escoteiros. (...) Então eu saí do grupo e da Igreja, abri mão do que eu gostava, porque eu não queria trair ninguém. E nem queria que as pessoas com quem eu tinha um contato maior pactuassem, ou, em algum momento, fossem recriminados porque sabiam do que acontecia comigo e não puderam passar as informações (THOTH, 2019).

Não há dúvida da existência de um discurso recorrente, um sentimento negativo em comum por parte dos entrevistados. Embora não exista nenhum tipo de relação pessoal entre eles, sofrem dos mesmos malefícios.

Rá-Atum (2019) relata:

Era uns estresses, na época, com relação a minha orientação sexual, que foi antes da transição. E aí, eu já não tava mais com paciência. Pra mim, eu não conseguia lidar. A lógica da religião que eu acreditava com o comportamento das pessoas que administravam os grupos e as comunidades das igrejas. Pra mim, aquilo não me cabia mais. Eu não conseguia me sentir bem. (...) E aí foi quando eu parei de vez. Com relação as missas dominicais, foi ficando mais chato, porque era sempre o mesmo discurso, de não aceitação, que a igreja não acolhe as pessoas LGBTs, e tem um embate, e as pessoas ainda, e isso foi cansando, assim. E aí eu já tava saturado (RÁ-ATUM, 2019).

Segundo Silva (2017, p. 271) este fato se explica porque “as religiões cristãs, católica e evangélicas, possuem uma concepção universalista. Isso significa que o objetivo dessas religiões é alcançar todas as pessoas, sem distinção, mas, no discurso delas está subentendido que essa pessoa precisa ser ou se tornar heterossexual.”

Em momentos e formas diferentes, alguns foram impelidos a viver suas religiosidades fora das religiões das quais inicialmente fizeram parte.

Para Set (2019), estar fora da Igreja Católica foi uma forma de autorrespeito, pois buscou ali alguma explicação, alguma maneira de compreender-se, buscou respostas. Mas percebeu que seria um lugar inviável para alcançar tais fins. Descreve:

Eu ia para igreja, antes, como obrigação. Mas, a entrada, de fato, pra eu estudar religião, especificamente a Católica, foi querendo achar uma causa para aquilo que eu estava sentindo, ou uma explicação. (...) Eu vi muitas coisas lá, que fizeram como se aquilo que eu tivesse sentindo não pudesse existir. Era o que eu sentia quando eu estava vivenciando isso. Então, eu acho que afetou. E, a partir do momento que eu saí de lá e comecei a estudar as coisas socialmente, as coisas por outras explicações, não a explicação religiosa, mas por uma explicação social, de que existem pessoas assim e que aquilo é normal, pois vivemos em sociedade e as pessoas são diferentes. (...). Quando entrei, eu comecei a me rejeitar, e quando saí de lá, busquei outra perspectiva, e eu entendi como. Quando eu fui rejeitado lá, percebi que ali não era o meu lugar. (SET, 2019).

A partir das situações desagradáveis vivenciadas nessas comunidades religiosas — católica e evangélica — por causa de seu gênero e/ou sexualidade, fez com que a grande maioria dos entrevistados se visse obrigada a procurar outras religiões que os acolhesse.

Vejamos as narrativas de Rá-Atum (2019) e Hórus (2019)

Quando conheci o Vale do Amanhecer, eu ainda não estava na transição. Eu ainda me considerava uma mulher lésbica. E lembro que em uma das consultas, contando os problemas [que tinha] com a minha ex, eu falava só de uma pessoa com quem me relacionava. E aí lembro que a Preta Velha disse assim: é um rapaz? E eu disse: não é uma mulher! Aí ela disse: tudo bem, é uma pessoa que você ama. E eu percebi naquele momento que era ok, que eles não se importavam com isso. (...) É uma doutrina espiritualista, que traz Jesus Cristo como grande mentor, mas tem traços de matrizes africanas, de rituais indígenas, tem traços do espiritismo. E aquele foi um lugar onde, desde a primeira vez que fui e até hoje, eu me sinto muito bem. (...) Eles falam que entendem o espaço como se fosse um hospital da alma. E para lá você vai sempre que se sente mal. Mas, eu já fui algumas vezes em que eu estava muito bem, e senti vontade de ir pra agradecer. E essa foi uma experiência também muito. É um lugar muito tranquilo, que traz uma paz muito massa. Assim como, às vezes, eu frequento os terreiros de matriz africana (RÁ-ATUM, 2019).

Passei um tempo sem religião nenhuma. Aí, tinha um amigo meu que fazia um curso na Federação Espírita, e ele me chamou pra assistir uma palestra. Eu fui. Achei interessantíssimo, era como se aquela palestra fosse para mim, ele falando das coisas, de reencarnação, que é coisa que eu acredito. (...) Aí voltei a frequentar o centro espírita, sempre me sentindo muito bem. (...) É Centro Espírita, Allan Kardec. Tanto é que, toda noite, de uns tempos para cá, eu tenho colocado as músicas para ir me acalmando, tentando me reorganizar pra eu voltar para isso aí. (HÓRUS, 2019).

Em sua narrativa sobre espaços religiosos Rá-Atum (2019), descreve o Vale do Amanhecer como um lugar para vivenciar sua religiosidade. Um lugar onde poderia compartilhar não apenas momentos de dor, mas também agradecimentos, sem sofrer preconceitos.

Calou (2018, p. 57) traz um olhar interessante a respeito dessa religião, pois a compreende como uma estrutura híbrida, explicando que “com o enfraquecimento do poder religioso com o advento da modernidade, a possibilidade de intercomunicação de crenças se expandira no ocidente, o que proporcionou uma abertura maior na fluidez de híbridas teologias.”

Continua o autor argumentando que há uma intercomunicação religiosa, e que dessa formação híbrida se constituem diversas crenças, como a Umbanda, como reflexo da interseção de outras duas religiões: Espiritismo e Candomblé. Esse movimento de hibridismo teria se fortalecido no século XIX, chegando até a atualidade. E é neste campo que se encontra o Vale do Amanhecer.

Diferentemente do poder pastoral, onde há um pastor que guia seu rebanho em uma relação de poder, surge uma nova proposta a partir do hibridismo das religiões, em que as perspectivas do espiritismo e do espiritualismo, se “instituem deus, não como sujeito a se temer, e retira ele de um lugar de vigilância e superioridade, recolocando-o como essência do espírito que habita em cada sujeito”. Dessa forma, “articula-se um processo de autovigilância, a regulamentação política de um corpo, através de um novo discurso.” (CALOU, 2018, p. 60-61).

Embora todo esse entendimento sobre a estrutura das religiões consideradas híbridas, espiritualistas, como acima descritas, possam também trazer certa regulamentação, o que merece destaque a ser observado neste estudo é o bem/mal estar que determinadas religiões podem causar ao transexual.

Individualmente cada um tenta descobrir e construir caminhos para se sentir pertencente a instituições religiosas, e vivenciar uma relação transcendente, embora haja aquele que ao final de reflexões e observações, entenda que não necessita de instituições para realizar sua conexão com o transcendente.

Assim é a visão de Set (2019):

Eu acredito que exista um ser ou uma instância que rege as coisas, numa relação de causa e efeito, num sentido que colocou isso tudo aqui (...) Estou bem do jeito que eu estou e não preciso, necessariamente, estar vinculado a alguma instituição (SET, 2019).

Apesar de tudo que até agora compôs este estudo, necessário se faz apontar que há um vislumbre de mudanças. Os sofrimento dessas minorias têm mobilizado pessoas e grupos que podem contribuir para uma eficaz mudança social e política.

É um movimento ainda discreto, em direção a tentativa de mitigar esse mal-estar gerado por parcelas significativas da Igreja Católica, e por seus vários movimentos, bem como pela religião evangélica, com o intuito de alcançar não apenas aos que comungam com os pressupostos dessas religiões, mas das sociedades de uma forma geral.

Como exemplos de algumas atitudes e falas, podem ser citadas as realizadas pelo Papa Francisco, ao receber no Vaticano em 2015, e abençoar um homem trans – Diego Neria Lejárrraga. Assim como a apresentação do primeiro sacerdote transexual pela Igreja Metodista Unida do Norte de Illinois em 2017 (FREITAS, 2017).

A busca por mudança de posturas e paradigmas também se estende a quem decide ir de encontro ao pregado pelos espaços religiosos como algo ‘errado’ e ‘pecaminoso’. Porém quase sempre há alguma espécie de represália ou obstáculo.

Entre tantos impedimentos para que o acolhimento possa, efetivamente, se dar, está a expulsão de líderes religiosos, como o ocorrido com o pastor Dan Collison, o qual fazia parte da Igreja do Pacto Evangélico, em Minneapolis, EUA. Aquele recebeu esta penalização por defender direitos sociais e políticos, e se portar embasado na proposta das igrejas inclusivas, ou seja, maior aceitação e respeito em relação ao grupo LGBT dentro das instituições religiosas. Mas, ter realizado um casamento entre mulheres em 2014, foi, aparentemente, o ponto decisivo para sua expulsão. Em decorrência, após convenção realizada no mês de junho de 2019, entre denominações filiadas, de um total de 280 mil membros de todo o país, teve seu nome indicado para afastamento por 77%. Diante deste resultado, ele apenas optou por expressar seu sentimento de tristeza, mas se disse não surpreso. Decidiu dar continuidade a seu trabalho, mesmo sem poder contar com o reconhecimento doutrinário de suas práticas (HOPFENSBERGER, 2019).

Embora essas atitudes não devam passar despercebidas, principalmente pelos diretamente atingidos e interessados, ou seja, os que compõem o grupo LGBT e, de forma mais ampla, toda a sociedade, sabe-se que as mudanças necessárias e significativas, demandam tempo, estudos e trabalho de conscientização, pois envolvem variados interesses sociais, econômicos e políticos. Assim, ainda há muito a ser transformado pelas religiões e seus líderes, para que haja acolhimento e respeito à diversidade.

É visível que a negativa ainda é recorrente quanto à permissão para que fiéis LGBT possam fazer parte de congregações e denominações, e receber as bênçãos

partilhadas com quem está inserido no meio religioso por estarem enquadrados na heteronormatividade.

No Brasil, há um movimento de políticos conhecidos como “bancada religiosa” (majoritariamente composta por católicos e evangélicos), os quais, através de cargos exercidos na Câmara Federal, conseguiram aprovar, em 2015, dentro do Estatuto da Família, uma definição de família estritamente heterossexual, ou seja, composta apenas por um homem e uma mulher (OLIVEIRA; PORTO, 2016).

Pode-se compreender, com o auxílio de Berenice Bento (2011), como refletem nas pessoas transexuais, atitudes como as descritas acima.

São múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores. Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições (BENTO, 2011, p. 554).

O mais agravante, então, é o alcance das múltiplas violências, justamente por elas ocorrerem em intensidades e espaços variados, causando, quase sempre, uma espécie de paralização e estagnação decorrentes do receio e do medo da possibilidade de sua concretização.

Como visto, as violências ocorrem de formas as mais inusitadas possíveis. Nem sempre há certeza do momento e do lugar em que pode surgir um preconceito que redunde em discriminação.

De que maneira as atitudes descritas há pouco, direcionadas as pessoas transexuais, ocorrem no ambiente escolar? Procuramos apontar algumas possibilidades de respostas a esse questionamento no decorrer das narrativas descritas a seguir.

3.3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO E A TRANSEXUALIDADE

A necessidade de desenvolvimento é inerente a todo ser humano. Muitas vezes pode se dar através do estudo e, posteriormente, com o trabalho, este como forma necessária de corresponder às demandas financeiras que a vida exige. Além, claro, de proporcionar dignidade e fortalecimento da autoestima enquanto ser social. Mas para que

isso possa acontecer é necessário o mínimo de condições emocionais e psicológicas favoráveis.

Como espaço de estudo da religião e de suas interseções com variados campos, a partir do século XX, iniciou-se, com rigores teóricos e metodológicos crescentes, o expressivo campo acadêmico das Ciências da Religião, que busca articular questões, teóricas e práticas, que envolvem a Teologia, a sociedade e as demais ciências, presando por atitudes e estudos realizados de forma interdisciplinar e transdisciplinar. Sob essa perspectiva, os estudiosos dessa área, têm como objetivo fazer compreender que a “Ciência da Religião se abre para uma compreensão renovada do fenômeno religioso, enraizada na própria vida humana.” (PASSOS, 2013, p. 635).

Na visão do autor supracitado, a educação escolar brasileira passa por momento de contradições, uma vez que não está sendo capaz de transmitir e estimular valores que são imprescindíveis à vida e à existência, pois negligencia a ideia de que

a questão educativa tem a ver com subjetividade, interioridade, sociabilidade, como também valores, alegria, solidariedade, criatividade e atitudes. Esse é o desafio para o ofício do educador: reaprender a olhar (PASSOS, 2013, p. 636).

As grandes dificuldades para se desenvolverem são constantes e comuns entre os participantes da pesquisa, pois não possuem “permissão” para se inserirem nos grandes grupos formados a partir da heteronormatividade. São colocados à margem, como minoria, quase sempre com o intuito de impedir que sejam visibilizados e reconhecidos como cidadãos, impossibilitando, dessa forma, uma convivência social saudável e digna.

Um dos grandes desafios é lidar não apenas com o *bullying*, mas, também, com homofobia e transfobia nas instituições escolares. “Eu tinha apenas aspectos, que as pessoas olham, e: ah, esse menino é afeminado, é isso, vai ser gay, isso e aquilo. Na escola sim. No colégio (...) eu sofria muito *bullying*” (ÍISIS, 2019).

Para Oliveira e Porto (2016)

É a família a principal responsável pelo acesso à educação de seus filhos. São os pais, mães e responsáveis incumbidos de matricular suas crianças e adolescentes em instituições de ensino. Sem essas pessoas os dependentes raramente conseguem ir à escola. Esta é a realidade da maioria das pessoas trans, que não têm o apoio da família, sendo frequentemente forçadas a viver na rua e, para sobreviver, não há tempo nem condições de estudar, mas apenas de fazer o necessário para garantir o dia de amanhã (OLIVEIRA; PORTO, 2016, p. 329).

Sabe-se, porém, que há um grande número de famílias disfuncionais. Os motivos são variados, mas o fator socioeconômico é um dos que são mais apontados como comprometedor para a construção de vínculos afetivos entre pais e filhos, estes como importante alicerce para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes de forma saudável.

Em muitos núcleos familiares, suprir as necessidades, economicamente falando, se dá através de pais que não tiveram oportunidade de estar em escolas e seguir o ‘caminho dos estudos’, levando-os a situações desfavoráveis quanto às exigências do mercado de trabalho.

Em alguns casos, a ausência desses conhecimentos, os impossibilita de acompanhar e auxiliar os filhos nas tarefas e atividades escolares. Percebe-se, inclusive, certa dificuldade para a transmissão da importância do estudo para os filhos, na construção da cidadania, colocando-se como necessidade primária e urgente o ganho de algum recurso financeiro. Cria-se, então, uma espécie de ciclo vicioso quase intransponível, uma vez que são apresentadas poucas possibilidades para interrompê-lo.

Porém, é possível constatar-se que mesmo conseguindo concluir o ensino médio, o ingresso em cursos de nível superior é bastante dificultoso, pois as poucas oportunidades de trabalho, decorrentes sua sexualidade, fazem a pessoa transexual ficar impossibilitada de alcançar respaldo financeiro para o pagamento das mensalidades.

Anúbis (2019) retrata:

Eu tenho uma graduação incompleta em RH, mas tive que parar, ainda no primeiro período, por conta de um acidente. Foi um acidente de moto, tive que me afastar e não consegui voltar. Foi bem complicado, sujaram meu nome, ficaram me jogando para o site e eu não conseguia trancar para voltar depois da cirurgia, não conseguia resolver na secretaria, e ficou o impasse. (...) Já tinha criado um trauma e me prejudicado financeiramente. E eu não voltei mais, embora precise voltar. Isso, causou, então, uma certa insegurança em procurar outra instituição. Por ser da iniciativa privada, você fica naquela: e se não puder concluir? Por ser transexual tem toda a questão da passabilidade, de você sofrer o preconceito, de não conseguir permanecer na instituição, não conseguir permanecer no trabalho... E aí, como é que você paga? (ANÚBIS, 2019).

Além da própria estrutura física do espaço para a realização de qualquer atividade, no espaço escolar há uma série de situações desconfortantes para as pessoas transexuais, como: qual banheiro usar, não ser chamado pelo nome social, quando ainda não tiver havido modificação no registro civil, não apenas pelos colegas, mas também pelos professores, a exclusão de grupos de estudo, entre outros. É preciso resiliência e determinação diante das discriminações para que não haja sucumbência.

Mas, quando todas essas limitações são agravadas por agressões verbais e físicas, quase sempre acontece a desistência:

Aí começou as piadinhas de novo, e de novo, e de novo, até que veio a possível agressão, até a agressão, (...). Aí ele passou por mim, bateu no meu ombro e disse: espero que você não saia daí nem tão cedo. (...) O único problema era que ele era lutador de Jiu-jitsu, e eu um simples gordinho fazendo Educação Física. (...) Mas as piadas eram constantes e fizeram eu trancar a faculdade sem eu saber. Aí eu voltei, concluí o período e fiz um acordo com a Faculdade. E consegui fazer isso. Quando voltei para a Faculdade já era J Nascimento. (...) Mesmo assim eu me senti desgostoso da Faculdade e fiquei com medo. Aí acabei saindo da Faculdade, tranquei a matrícula de vez. Passei um bom tempo sem estudar nada, sem ler, estava desgostoso de mim mesmo. (THOTH, 2019).

Facilmente se pode reconhecer que é desafio muito árduo para os adolescentes e jovens adultos LGBT a permanência no ambiente escolar:

Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos LGBT. Essas pessoas veem-se desde cedo às voltas com uma “Pedagogia do Insulto” constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes — poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica (JUNQUEIRA, 2009, p. 17).

As situações supracitadas, associadas, muitas vezes, a uma realidade social e econômica desfavorável, levam a pensar que elas seriam, para a grande maioria das pessoas trans, motivos suficientes para não conseguirem permanecer no ambiente escolar, encontrando a prostituição como forma de sobrevivência.

Algumas, entretanto, mesmo com todas as dificuldades da convivência escolar, e embora tenham conseguido finalizar o ensino médio, não são acolhidas pelo mercado de trabalho.

Esse fato pode ser observado na narrativa de Ísis (2019): “quando viajei para fora do país, tive que lidar como prostituta por muito tempo, e lá eu vi outra situação de vida, totalmente diferente”.

Nepth (2019), corrobora este pensamento em sua narrativa sobre essa situação:

Terminei meus estudos do Segundo Grau, não cursei uma Faculdade, e fiz um curso profissionalizante de cabelo. E também comecei um curso profissionalizante de Design de Interiores. Acho que se eu fosse uma pessoa que não tivesse uma profissão, se eu não mexesse com cabelos, não estivesse no meio há muitos anos com a minha profissão, possivelmente eu tinha caído numa prostituição (NEPHTH, 2019).

Trabalhar como profissional da beleza ainda é alternativa apontada como uma das poucas possibilidades, pois é onde a maioria consegue se colocar. Mas, independente da opção desejada, seja ser empreendedora ou trabalhar como funcionária de espaços já constituídos, a pessoa trans necessitará especializar-se para se inserir e permanecer nesse nicho do mercado de trabalho e, caso não tenha apoio financeiro, a prostituição se apresentará, para algumas transexuais, como meio para a obtenção dos mínimos recursos necessários à manutenção da vida.

Segundo Peres (2009), esse posicionamento referencia uma desequilibrante limitação em relação às opções de ser e desenvolver-se na vida. Ela vai nomear como “assujeitamento”, ou seja, há uma vulnerabilidade constante na vida, que enfraquece a atitude de questionar e criticar. As pessoas tornam-se expostas ao desrespeito, abandono e descaso, não apenas da família e da escola, mas nos currículos e nas políticas públicas. Ficando explícito que estas não são capazes de proporcionar inclusão e direito a ter direitos, tão necessário para a cidadania se fazer presente.

Apesar de todo esse movimento que tenta invisibilizar as pessoas transexuais, disseminado por grande parte da sociedade conservadora, que implanta diversos entraves nos diferentes campos que são base para a construção do ser social, como a tentativa de manutenção da família nuclear, a negativa do acesso à educação, e todas as consequências que isso traz, como a não inserção no mercado de trabalho, além da rejeição em comunidades religiosas, por exemplo, há movimentos, em sentido contrário, que estão se fortalecendo e alcançando lugares antes impensáveis, principalmente por partes das minorias envolvidas.

A existência de novas possibilidades que não a prostituição está, ainda muito sutilmente, se configurando como geradora de mudanças dentro de suas realidades, o que vem fortalecendo e, paulatinamente, viabilizando um caminho árduo, mas possível.

Essa postura é encontrada na fala da professora Alexia ao responder à seguinte pergunta formulada por um de seus alunos: “Professora, você é homem?” A sua resposta foi: “se mesmo depois de tudo o que te apresentei, você olhar para mim e vir um homem vestido de mulher, mas respeitar esse homem vestido de mulher, está ótimo. Você é livre para concordar ou não, mas o dever de respeitar, disso não abro mão.” Além de ser professora, e mãe, Alexia é a primeira reverenda trans da ICM (Igreja Cristã Metropolitana) na América Latina. Sente-se com o compromisso de acolher crianças e adolescentes que a procuram para compartilhar segredos, medos e dúvidas. Em reportagem realizada pela BBC News Brasil, Alexia afirma que há muitos momentos em

que se vê neles, e sabe da importância de pequenos gestos e de sua fala na escola, na igreja, em casa e na sua comunidade (FAGUNDES, 2017).

Há uma preocupação comum entre os professores conscientes da importância da abordagem de temáticas como gênero e sexualidade em sala de aula. Procuram privilegiar a utilização de exemplos que fazem parte da realidade dos alunos, como forma de aproximar as temáticas ao cotidiano vivenciado.

Segundo Oliveira e Porto (2016) em se tratando de instituições públicas, é preciso que haja políticas públicas e que estas estejam estruturadas, regulamentadas e previstas nos Planos de Educação. No ano de 2016, foram realizados debates a respeito da introdução de determinadas temáticas na escola, mas ela foi impedida pelo conservadorismo de parte da sociedade. Apoiaram essa atitude com o argumento de que a ideologia de gênero (nome que deram ao ensino e discussões sobre gênero e sexualidade) destruiria a cultura e religião cristãs. Objetivavam, com essa postura, proteger a ameaça que estaria sofrendo a família ideal, ou seja, aquela que corresponde à heteronormatividade.

Apresenta-se, na situação supracitada, mais uma demonstração de posicionamentos negativos protagonizados por membros das religiões cristãs, interferindo e dificultando a construção da sociedade através da educação, embora o Brasil seja um país laico.

Com o olhar voltado para a necessidade de compreensão e respeito à laicidade e para a necessidade de serem ofertadas políticas públicas que respaldem essa seara, Seffner (2015) discorre que:

O modo que consideramos adequado de fazer isso é pensar este enfrentamento conectado de forma clara com as noções de bem comum e de ampliação do regime democrático em que vivemos. Ou seja, recusar soluções que ao atender a um grupo, implicam necessariamente em reduzir a liberdade de outro, e buscar soluções em que o produto final seja a ampliação das liberdades democráticas. Isso implica reconhecer que nenhum grupo pode ter a hegemonia da vida em sociedade, pois a sociedade é plural, diversa, comporta modos de pensar e de agir muito diferentes, e a arte da política é encontrar solução para um convívio adequado, expresso na noção de *modus vivendi* que já referimos (SEFFNER, 2015, p. 84).

Apesar dessas propostas ainda não terem alcançado um ponto positivamente significativo, há pessoas trans que resistem, que se superam, que conseguem se manter em ambientes hostis. Algumas vezes encontram um motivo — aquele que pode fazer a diferença nos enfrentamentos necessários, o apoio de professores, diretores e colegas com

maior sensibilidade e nenhum preconceito — colaborando para que permaneçam resistindo, embora fragilizadas por todas as experiências negativas que viveram e sabem que viverão.

A resistência não tem o intuito apenas de manter-se na vida, mas de alcançar dignidade, respeito, reconhecimento e legitimidade em suas trajetórias.

Pode a intelectualidade auxiliar nesse caminhar de autoconhecimento e resistência? Os participantes desta pesquisa ajudam a vislumbrar respostas para esse questionamento com trechos de seus depoimentos transcritos no próximo subitem.

3.4 TRANSEXUALIDADE, FORMAÇÃO INTELECTUAL E RELIGIOSIDADE

Há um posicionamento hegemônico entre os estudiosos da personalidade humana, a partir do qual se entende que a autoestima aumenta e se fortalece quando o sujeito se arrisca e apresenta-se para a sociedade como se compreende e se sente. Quando isso acontece, há grande chance de ele não ser marginalizado, pois a sua postura transmite segurança, o que inibe os(as) que procuram apenas uma fragilidade para agredir e humilhar.

Depois de sofrer formas variadas de discriminações, além de agressão física em uma Faculdade, apenas depois de um bom tempo, Thoth (2019) conseguiu se reestruturar psicológica e emocionalmente para se predispor a iniciar outro curso. Decidiu não desistir de seu sonho em se tornar um profissional capaz de trabalhar, também, em prol de seus pares LGBT.

Thoth (2019) disse a sua mãe: “mãe, desculpa, mas eu não vou terminar Educação Física, porque não foi o meu sonho, isso foi uma vontade que eu tive de encobrir o que eu era de verdade, mas eu vou fazer Direito, porque é o que sempre quis.” (THOTH, 2019).

E sua postura diferenciada diante do novo contexto acadêmico, também sofreu mudanças, que lhe proporcionaram o compartilhamento de conhecimentos, respeito e de autovalorização:

Quando entrei na Faculdade, eu botei na minha cabeça que, no primeiro período, todo mundo se apresenta, pois ninguém sabe quem é ninguém, mas todo mundo vai saber quem eu sou. Quando a minha professora de Ciências Políticas chegou na sala querendo saber quem era a turma, conversando e se apresentando, e foi fazer a roda de diálogo, ela olhou para mim e disse: comece você! Eu disse: sou José Lucas, sou um homem trans, tenho vinte e sete anos,

estou fazendo o curso porque sempre foi um desejo meu, porém, demorei muito para estar aqui e, hoje, não vou desistir do que eu quero, do que penso para mim. Ela perguntou: qual carreira você quer seguir? Eu respondi: não sei em que área se enquadra, mas quero seguir a carreira de Direitos Humanos, quero ser Defensor Público, porém, na área de Direitos Humanos, porque eu sei que tem muita gente que vai precisar de mim, e eu quero estar ali para ajudar as pessoas, os meus. Aí a professora olhou para minha cara e disse: saiba que isso é da área criminal. Eu disse: então, serei da área criminal. Depois desse dia, se alguém me olhava torto, não mais olhou; se alguém, de outra turma, pensasse em falar alguma besteira sobre mim, sei que meus colegas de classe hoje me defendem, e todos me respeitam, o que é muito bom. Não tem um que tente falar ela ou alguma coisa assim. É, tipo: Lucas, ou Zé, não sei o que, etc. Eles me respeitam muito, e isso, hoje, é bem gratificante para mim. (THOTH, 2019).

Percebe-se que, para Thoth (2019) decidir apresentar-se de modo destemido ante todos os presentes na sala de aula (enfrentamento), foram importantes as dores anteriormente vivenciadas, pois elas o fortaleceram como pessoa, e o levaram a se perceber como detentor de direitos (fortalecimento da autoestima).

Podemos refletir e encontrar uma explicação plausível para a experiência vivenciada por Thoth (2019), ao acessarmos o texto escrito por La Boétie (2017), que defende a ideia de que não há necessidade de combate ou luta para desnudar, derrotar ou reduzir a nada os que agem como tiranos, basta desafia-los ou desobedecê-los.

A natureza nos deu a voz e a palavra como presentes que fortalecem a convivência e a fraternidade, como forma de “estreitar e reforçar o nó de nossa aliança e sociedade, (...) somos naturalmente livres, pois somos todos companheiros.” (LA BOÉTIE, 2017, p. 44). Portanto, na perspectiva deste autor e na nossa, não há lugar para que alguém possa ser prescrito à servidão, pois fomos criados todos iguais.

Pode-se depreender daí que a autoaceitação, sem dúvidas, proporciona autoconfiança e bem estar. Mas está imbricada com a aceitação das pessoas com as quais compartilha-se momentos, pensamentos, sentimentos, enfim, a vida. Pois, como seres sociáveis, o isolamento fragiliza, entristece.

É preciso destacar que a atitude de expor sua sexualidade, jamais cabe ao heterossexual, a não ser que lhe seja perguntada, Thoth (2019) não se utilizou de recursos para contrapor possíveis atitudes opressoras por parte das pessoas que estavam na mesma sala, ele apenas retirou qualquer tipo de dúvida, caso existisse, quanto ao ser humano que é, desejou demonstrar que não é aberração, que não aceita ser tratado como abjeto, e confirmou que faz parte de apenas um único grande grupo: a humanidade.

Essa atitude de Thoth (2019) encontra respaldo em Freire (2011):

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 2001, p. 72).

Pode ser associada ao trecho supracitado a existência de um movimento individual, iniciado na primeira infância, que perpassa toda vida: a introjeção²⁵. Esta refere-se à aquisição de formas de lidar com o mundo, de padrões de comportamento, descrições acerca de como se é individualmente. Esse movimento se torna prejudicial quando a ideia posta, ao ser introjetada não produz alguma modulação. Em outras palavras, se torna perigoso e não saudável para o equilíbrio psicológico quando absorvemos como verdade o que é dito sobre nós mesmos, sem passar tais conjecturas pelo crivo interno que se realiza através da reflexão.

Percebe-se que isso se dá de modo recorrente, pois para a grande maioria das pessoas, não há prévio ensinamento ou estímulo para que haja um “diálogo” entre o externo e o interno, o que quase sempre resulta em aceitação do externo como verdade, dificultando o reconhecimento de si como ser capaz de desenvolver sua vida apoiada no próprio protagonismo.

Para Fiori (2011), “alfabetizar-se não é aprender a repetir palavras, mas a dizer a sua palavra, criadora de cultura.” Compara esse poder de criar cultura ao poder da palavra divina, pois as duas são criadoras. De tal forma, que o homem letrado é capaz de reconhecer consciências, assim como reconhecer a si mesmo como aquele que é capaz de colaborar na construção do mundo comum.

Porém, continua o autor, a capacidade de dizer sua palavra é exercida por poucos, mais precisamente, por aqueles que possuem e buscam manter o domínio, este como monopólio que mistifica e massifica, negando àqueles que mais trabalham o direito de dizerem suas próprias palavras.

Vê-se aí a importância do letramento como meio de aprendizagem e desenvolvimento das capacidades de reconhecimento de si e conscientização da responsabilidade na modificação da realidade enquanto ser humano e enquanto cidadão.

²⁵ “É o mecanismo onde o objeto externo se torna efetivo internamente. Uma ordem externa passa a fazer parte do próprio indivíduo como um valor seu.” (SILVA, 2011).

A partir desse pensamento, pode-se abstrair, plausivelmente, um conjunto de crenças construídas para que a minoria permaneça dominada, inerte, pois sabe-se que ao terem acesso a certos conhecimentos, esses produzirão consciência de si, e poderão gerar motivação suficiente para a busca de meios capazes de modificar aquilo que aflige, que deprecia, que destrói, que nega a existência.

As crenças são construídas e disseminadas para corresponder ao ideal desejado pelas sociedades conservadoras, pela classe dominante. Hoje, elas são fortalecidas e respaldadas na normativa da heterossexualidade. Para alcançarem seus objetivos, utilizam-se das instituições que a compõem como meio de controle e poder, em seus mais diferentes campos, como o religioso, o político, o acadêmico, o midiático.

Entrar em contato com teorias e compreensão de fatos históricos, que fizeram parte da construção da sociedade em que se está inserido, ou mesmo sobre a construção das diversas sociedades em diferentes épocas da humanidade, quase sempre leva a reflexões e mudanças dos paradigmas existentes. Nada mais libertador que respostas para alguns porquês e comos que acompanham a jornada do ser humano. Nesse momento, a inquietude trazida pelas dúvidas e pela não capacidade de encontrar outras possibilidades, cede lugar à calma.

Rá-Atum (2019), em sua narrativa, descreve sentimentos de surpresa e alegria por ter encontrado algumas respostas:

Penso que eu sou uma pessoa, depois da universidade, diferente da pessoa de antes. Eu consigo lembrar que foi exatamente no mesmo período... quando terminei o primeiro período da Faculdade foi que fui expulso de casa, inclusive já tinha acontecido o processo de saída da Igreja Católica. Assim que comecei a universidade eu tinha acesso a coisas, a conteúdos que me faziam pensar: isso realmente faz muito mais sentido agora! (...). Acho que a universidade foi um marco nessa caminhada toda, pois, junto com o processo de saída de casa me ajudou muito a pensar de outra forma, a questionar algumas coisas: eu aprendi a questionar dentro da universidade. Se eu fiz as coisas, a vida inteira, sem questionar porque aquilo era feito, se eu achava que tinha que ser daquela forma... A partir do momento que entrei na universidade eu vi que não. Desde o primeiro período, quando pagava a disciplina de Filosofia, já comecei a questionar por que eu não perguntava as coisas? Por que que nunca questionei nada daquilo? Por que que eu só fazia? (RÁ-ATUM, 2019).

O movimento de busca de respostas para a compreensão de algo, não é limitado a determinado grupo de pessoas, de certa faixa etária, ou de alguma classe social específica; ela é inerente ao ser humano.

Porém, quando não são dadas as condições necessárias para que o interesse em explicações que façam sentido e estejam respaldadas na realidade dos fatos sejam

continuamente mantidas, muitas pessoas aceitam como verdadeiras afirmações proferidas por alguém compreendido como detentor de saber inquestionável.

Rá- Atum (2019), descreve a inquietude que vivenciou por alguns anos, mas que no momento está sendo transformada por explicações que fazem sentido para ele:

Durante muito tempo, por exemplo, durante alguns meses, na verdade, depois que saí da Igreja, eu ainda sentia a necessidade de ir para missa dominical. Mas, depois, pensei que aquilo não mais fazia sentido, porque era um lugar que não me recebia. Era um lugar que dizia, o tempo todo, que eu não devia estar ali. (...) O rapaz do centro de estudos bíblicos, inclusive, falava assim: o problema não é o que diz a Bíblia, mas a interpretação que as pessoas fazem dela. E a maioria [das interpretações] traz diretrizes para pessoas que acreditarão cegamente nelas, sem questionar, por causa da posição hierárquica da pessoa que fala e fica tudo por isso mesmo. Ninguém esclarece nada, ninguém pergunta nada, e as pessoas só acreditam. (...) E quanto mais eu ouço as experiências das pessoas de dentro, menos tenho vontade de frequentar. Hoje em dia, por exemplo, não me sinto mais culpado por não ir à igreja, mas eu passei um tempo assim. Entendo que as pessoas têm a livre escolha de sua religião, doutrina, espiritualidade. E, por isso, não me pesa mais, mas já pesou (RÁ-ATUM, 2019).

“Estudar é desocultar, é ganhar a compreensão mais exata do objeto, é perceber suas relações com outros objetos.” (FREIRE, 2001). A partir do pensamento anterior, se impõe o seguinte questionamento: como permanecer incluído em um espaço que não lhe compreende e no qual não são aceitas as explicações dadas pelas pessoas que o representam?

A pessoa transexual não consegue compreender as explicações apresentadas para a exclusão que sofre na maioria das igrejas cristãs, ainda que sejam registradas algumas exceções.

Para permanecer ou se retirar de algum lugar ou grupo é necessária motivação que traga sentido. Entende-se que a motivação pode ser alcançada no contato espontâneo com literaturas e com material apresentado em meio acadêmico, partindo do princípio que estudar é um facilitador para a compreensão.

Na prática, essa teoria pode ser identificada na narrativa de Set (2019):

Quando eu saí da Igreja Católica e comecei a pesquisar e a conversar com outras pessoas, acredito que entendi que não devo estar, necessariamente, vinculado a alguma coisa, que eu podia acreditar no que eu sentia e percebia das coisas. Não existe essa necessidade, para mim, de passar de tradição para outra, como a sociedade imprime que você tem que ter uma religiosidade. Então, para mim, cada um tem sua religião, cada um acredita em um universo ou ponto central para se nortear. Tipo, Deus fez você ou Deus fez o mundo, ou a sociedade, com algum fim. Você acredita naquilo, mas eu acredito em outra coisa. Acredito que meus estudos influenciaram na minha escolha de não precisar estar vinculado a nada. Para eu entender que não, foi necessário me

sentir desconfortável na Igreja Católica, pois uma vez que não tenho que estar vinculado a alguma coisa, não vou ficar ali me sentindo mal, eu saio. (...) Não sou obrigado a estar em um lugar onde não me sinto bem. (...) Quando eu comecei a estudar Fenomenologia, Existencialismo e Humanismo, (...) Kierkegaard e Sartre, (...) eu via o que Kierkegaard e Sartre diziam e comparava um com outro, e também comparava com aquilo que eu acredito. (...) Quando estuda isso, você consegue ver as coisas de um jeito mais simples (SET, 2019).

Franco e Cicillini (2015, p. 332), apontam em seu estudo, que apesar dos obstáculos apresentados na convivência dentro dos espaços educacionais, estes “ainda representam uma das únicas possibilidades de elevação cultural e social para as camadas menos favorecidas da sociedade.”

Partindo dessa colocação, entende-se que os que conseguiram trilhar esses espaços, quase sempre, também se tornaram capazes de colocar seus valores como referenciais para vivenciarem suas vidas cotidianamente. Talvez tenham se tornado aptos a refletir sobre sua realidade, alcançando explicações que passaram a fazer sentido para eles.

Anúbis (2019), descreve como desenvolveu a relação consigo mesmo após contato com novos conhecimentos obtidos a partir de sua graduação, e como esta também o auxiliou para entendimentos de outras fontes:

Eu acho que de certa forma, sim. À medida que você vai se encontrando, lendo, conhecendo e dialogando, você vai construindo pensamentos. Você começa a encontrar algumas brechas para tentar se enquadrar em alguma coisa. Eu começo a entender, a partir do meu estudo, da vivência das coisas e dos lugares onde eu passei, que os lugares acadêmicos são importantes. E aí eu começo a perceber: ah, não dá para ser cristão, eu não tenho como fingir que sou cristão. Se quero ter uma religião, se quero me aproximar de algum equilíbrio espiritual, religioso, eu começo a entender, a partir do que estudei, que preciso ir para outra religião. Algo que esteja fora do contexto cristão. (...) Aí vem o Budismo. Se eu não tivesse essa construção acadêmica, essa construção intelectual, a formação que eu tive, acho que não teria capacidade para fazer determinadas reflexões, comparações e achar determinados caminhos. Eu acho que interfere muito, pois quanto mais a pessoa for ignorante intelectualmente, mais difícil dela achar algumas saídas... Até porque você não consegue sequer formular o questionamento. Quando você elabora o questionamento, se o formula, ele está desorganizado: ah, eu estou errado, eu estou mesmo. Só tem isso (ANÚBIS, 2019).

Silva (2017), descreve a importância do estímulo à leitura, principalmente, durante a escolarização. Mas pontua que esta atitude, realizada pelos professores, deve levar em conta a realidade em que estão inseridos os alunos. Dessa forma, proporcionará a estes a possibilidade de escolha de autores e temas que desejem ler, despertando liberdade no interesse pelo conhecimento.

Os conhecimentos obtidos, principalmente com reflexões fomentadas a partir de leituras, faz grande diferença na interação entre os seres humanos e no processo de socialização. Esta é descrita por Carneiro (2014) como uma transferência capaz de gerar comunicação entre os envolvidos nas relações sociais, proporcionando o desenvolvimento de competências e valores que os capacitarão na construção das próprias identidades.

Vê-se, então, a importância do acesso à leitura, o qual quase se torna inalcançável pelas pessoas trans, entendendo que lhes é bastante dificultada a permanência no ambiente escolar, e que ele é o lugar onde se dá o início do aprendizado, não apenas da leitura, mas também da socialização.

Dessa forma, por ter conseguido seguir no trajeto escolar, quase como exceção, recorrendo a leituras que geraram reflexões sobre seus ensinamentos, Osiris (2019) segue socializando-se e, cada vez mais, fortalecendo sua identidade. É o que demonstra seu relato:

Sim. Aquele livro de que falei, sim, bastante. O título é “Quem é você, Alasca?” Um trecho influenciou bastante; a personagem coadjuvante, morre na metade do livro. Esse texto, não só lido com religiosidade, mas com a questão da finitude da vida. Ele me impactou muito porque eu realmente não tinha pensado nessa questão de como as pessoas veem Deus e porque elas depositam sua crença, às vezes, tão fortemente... Eu reconheço que há muitas pessoas assim, inclusive minha mãe, que acredita demais, tem uma crença muito cega, por conforto. (...) Aí foi o começo, para mim, de um estalo: eu preciso ver isso, preciso me situar nessa questão aqui, pois ela atravessa a minha vida. (...) Foi um livro essencial pra mim. (...) Sempre foram coisas que eu ia refletindo, que me faziam refletir. Minha crença me faz seguir alguns caminhos dentro da Psicologia em si. (...) Tenho uma afinidade absurda com Jung, com Psicologia Transpessoal, Humanista. (...) lendo o Mito de Sísifo, (...) ele está falando sobre a questão da religiosidade, (...) ele explica um pouco do porquê de as pessoas depositarem tão fortemente a sua energia nessa crença... Para mim a intelectualidade interferiu e interfere na minha vivência ou escolha religiosa, (...) até nos eventos de que eu escolho participar. (OSÍRIS, 2019).

Inicia-se, desde o nascimento, um processo de construção da personalidade, da identidade, dos valores sociais. São pilares que, a princípio, devem proporcionar sustentação para o convívio social. Mas, quando os pilares oferecidos pela sociedade levam à vulnerabilidade e à invisibilidade do ser humano, colocando-o à margem das estruturas universais, se instala a violência.

Butler (1998, p. 17), descreve que em tal contexto “esse gesto violento revela, entre outras coisas, que as noções de universalidade são instaladas mediante a anulação dos próprios princípios universais que deveriam ser implementados”

Quando isso ocorre, uma das possibilidades de o sujeito ‘marginalizado’ resistir é recorrer a desconstruções, aprender a criticar, refletir e criar seus próprios entendimentos sobre sua vida. Sabe-se que esse processo pode ser demorado e doloroso.

Todavia, esse foi o caminho que Ísis (2019) encontrou para resistir e seguir em frente.

Hoje a Filosofia é estudada no Ensino Médio e até no Fundamental, mas na minha época, não. (...) Naquela época não tinha, justamente para não gerar críticas. Então eu não tinha essa crítica na escola, e, no meu colégio, existia a disciplina Religião. (...) Eu vim estudar Filosofia somente na faculdade, no primeiro período. E aí você lê um monte de textos que lhe fazem ter argumentos e criticar aquilo ali, perguntar mesmo. Quando você começa a criticar e a pensar sobre as coisas, a não a naturalizá-las, e a não reproduzir todos os pensamentos, você começa a ter uma visão crítica da realidade. Eu acho que é muito importante você ter essa visão. Acho que interfere sim, que interferiu e mudou muito minha perspectiva, mais ainda do que já tinha feito antes, pois eu tinha iniciado esse movimento sozinha, por causa da minha identidade de gênero. Agora, com mais ferramentas, eu consigo ter uma visão maior. Quando você faz isso, em relação não só ao espaço acadêmico, quando você pega livro... Mas, a gente vive em movimentos automáticos. Quando você não chega em espaços que vão proporcionar isso, como é o caso de um espaço acadêmico ou escolar, que estão, justamente, retirando essas matérias, você vai viver no automático. Que automático é esse? É achar que o que está dito ali, como foi afirmado pra mim, que é a religião, que é maravilhoso, que é tudo certo. (...) Então você não vai buscar além, porque já foi dito por pessoas que têm certo saber, e você acredita naquele suposto saber. Lógico que tem algumas pessoas, como eu, que saem dessa tangente porque ela faz mal. E eu comecei a pensar sobre. Mas, mesmo pensando, não fui buscar livros, pois tudo ainda era muito conflituoso. E aí eu vim desconstruir mais quando cheguei no espaço acadêmico (Ísis, 2019).

A identidade pode ser compreendida sob uma perspectiva psicossócio-histórica que possui marcadores sociais como raça, sexualidade, classe e etnia, por exemplo, e se constrói através das relações interpessoais.

Para Fernandes e Souza (2016, p. 106), “identidade é algo em processo, permanentemente inacabado, e que se manifesta através da consciência da diferença e contraste com o outro, pressupondo, assim, a alteridade. (...) Assim, a identidade é sempre construída em um processo de interação e de diálogo que estabelecemos com os outros.”

Pode-se, então, depreender dessa definição a importância das instituições sociais para a construção da identidade, pois são ‘lugares’ de aprendizados e trocas de paradigmas sociais representando as condutas a serem seguidas.

Porém, em algumas instituições como no caso das educacionais, aqueles referenciais são revestidos de preconceitos e discriminações. Na perspectiva de Gomes (2002, p. 40), “a escola é vista, aqui, como uma instituição em que aprendemos e

compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade.”

Nessas instituições sociais há a prevalência, muitas vezes de forma bastante explícita, de interesses de determinado grupo social, que buscam a permanência de uma relação de poder e dominação, através da imposição de conhecimentos a serem transmitidos, incluindo comportamentos em relação ao gênero e às relações sociais a partir deste. Constroem uma espécie de hierarquia social a partir do aspecto biológico e das identidades.

Quando a religião e a educação estão imbricadas como uma única instituição, parece que essa postura se condensa, levando a um sentimento de inquestionabilidade.

Esse movimento pode ser percebido na narrativa de Hather (2019):

Teve uma professorinha que me pegou no braço, na época de escola, quando eu só sentava com meninas, na época da alfabetização ou primeira série, e ela falou: olha, seu comportamento não está sendo legal, você tem que se comportar como menino, você tem que andar com os meninos e se comportar como macho. Eu fiquei, tipo: tá! Eu era criança e não entendia nada, a única coisa que eu podia fazer era concordar. E ela fazia parte tanto da escola dominical, quanto da escolinha que eu participava, e que tinha aulas reais (HATHOR, 2019).

Esta fala corrobora com a constatação do quanto não se permite a construção das identidades de forma livre, entendendo que estas são desenvolvidas e construídas a partir das relações interpessoais. Há uma verdadeira separação com a utilização de recursos como as cores (rosa e azul), com os brinquedos e as brincadeiras, sempre no intuito de determinar pensamentos, sentimentos e comportamentos para a construção de espectros limitantes para meninas e meninos, sempre baseados na heteronormatividade, no binarismo como única possibilidade de se viver a sexualidade.

Louro (2014) auxilia na compreensão deste pensamento ao dizer que:

tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não dito, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente nada é mais exemplo disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais – e da homossexualidade – pela escola (LOURO, 2004, p.17).

Pode-se estender essa constatação para todos do grupo LGBT, uma vez que somente não são reconhecidas como pessoas com formas, pensamentos, desejos e comportamentos diferentes das heterossexuais: porém, o que mais se busca é sua

invisibilidade, negando a possibilidade de discussões e o levantamento de questões que levem a reflexões condutoras de mudanças na atual realidade.

Dessa maneira, seria interessante que a forma de transmitir conhecimentos e desenvolver a socialização, pudesse estar baseada em Propostas Pedagógicas que tivessem como princípios a valorização do sujeito, o respeito por sua singularidade, o desenvolvimento de pensamentos críticos, o que ainda não se consegue ver em número substancial de instituições educacionais.

Parece-nos importante que haja reconstrução de valores políticos, sociais, educacionais e religiosos, como aqueles que devem ser norteadores para o desenvolvimento das relações nas perspectivas micro e macro, capazes de proporcionar às pessoas transexuais possibilidades de serem e estarem no mundo de forma saudável, mental e fisicamente, ofertando caminhos para que se tornem detentoras de direitos e deveres como qualquer outro membro que compõe a sociedade, desfazendo a invisibilidade e considerando-as cidadãs, em toda complexidade e completude que esta palavra referencia.

4 A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA COMPREENSÃO DO LUGAR QUE SE OCUPA NA SOCIEDADE

É inquestionável a interferência que os diversos campos de saber podem proporcionar a um ser humano em sua trajetória de vida. Podemos dizer que a vida em sociedade, entendida a partir do olhar histórico e filosófico, por exemplo, pode auxiliá-nos na compreensão de nós mesmos. Alguns porquês são encontrados, e, possivelmente, poderão apresentar caminhos para a construção de uma melhor forma de estarmos congruentes conosco e coerentes com a realidade em que estamos inseridos.

Em uma sociedade como a nossa, para quem desenvolve a habilidade de uma visão profunda e comprometida, que busca compreender o ser humano através da contextualização, é possível perceber a existência de variadas formas de segregação, explícitas ou sutis, vivenciadas cotidianamente, nos enquadrando e dificultando nosso olhar sobre nós mesmos, seja através da classe social pertencente, seja pela identidade de gênero apoiada ou não no binarismo, seja pela orientação sexual limitante respaldada na heteronormatividade, seja pelo marcador étnico, que por não ser devidamente respeitado, invisibiliza a cultura e o sofrimento dos quilombolas e dos indígenas, considerados minorias, seja pela religião que, muitas vezes condena e exclui.

Diante disso, nos parece que o acesso à educação se apresenta como um potente diferencial para possíveis mudanças.

Mas, não apenas a educação acadêmica é imprescindível para que modificações possam ocorrer, primeiro no campo individual e, por consequência, no campo social. Sem dúvida, a tradição²⁶ entre as gerações, através da cultura e todos os seus desdobramentos, também tem um papel bastante significativo nesse constante devir.

Sabe-se que a humanidade seguiu, por muitos séculos, se construindo apoiada exclusivamente na tradição. Porém, no percurso natural de evolução da espécie humana, fez-se presente a necessidade de perpetuação de sua história através de símbolos que fossem capazes de ultrapassar a passagem do tempo e que proporcionar acesso ao que seria deixado registrado, a um número ilimitado de seres humanos. A escrita surge então, como um dos meios de comunicação que atenderia a este propósito.

²⁶ Transmissão, transferência através da comunicação oral dos costumes, usos, ritos, de geração para geração.

Embora hoje tenhamos grande variedade na forma de comunicação, principalmente facilitada pela tecnologia, a tradição ainda permeia as gerações, entendendo que as experiências vividas quase sempre proporcionam, a quem as viveu, a chance de as transmitir e oferecer aprendizados para quem as recebe.

Por isso, a comunicação desenvolvida através da oralidade, por parte de pessoas sem nenhum ou com pouco conhecimento da língua padrão, sem grandes leituras ou títulos que referenciem alguém em determinado lugar de fala — que por diversos fatores não tiveram acesso ao conhecimento formal — também contribui com a sabedoria que se pode adquirir ao longo da vida.

A ‘sabedoria popular’ está enquadrada nesse contexto. Perceptível nas rezadeiras, por exemplo, para quem o conhecimento de suas práticas religiosas e do uso de ervas para visando acolher e amenizar a dor de quem as procura, é transmitido de modo sigiloso e restrito, apenas para aquele(as) escolhido(as) para dar continuidade ao trabalho.

Acreditamos ser importante pontuar que o lugar ideal para nos colocarmos na trajetória da vida, deva ser aquele em que nos reconheçamos, que para nós seja significativo, que nos referencie, e que nos seja permitido construí-lo a partir de nossos valores e singularidades. Pois somos ‘indivíduo’, ou seja, etimologicamente o que é indivisível. Por isso, nos parece interessante, primeiramente sermos compreendidos como seres humanos, e apenas num segundo momento, se fizerem presentes os ‘marcadores’ sociais como sexualidade, gênero, nível escolar, classe econômica, classe social, raça e tantos outros. Porém, é imprescindível buscar por esses referenciais apartados de preconceito e discriminação, pois estes últimos, são geradores de dores, desequilíbrios emocionais e psicológicos, os quais, muitas vezes, serão irreversíveis.

Parece-nos, então, que desenvolver um olhar e uma postura acolhedora e respeitosa, proporciona uma maior chance de harmonia nas relações interpessoais e intrapessoal. Compreender o outro e a nós mesmos, a partir da complexa humanidade que nos constitui, pode nos levar a aceitar que “cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”, síntese vital retratada em estrofe da letra da música “Dom de iludir”, de Caetano Veloso.

4.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O AUTOCONHECIMENTO DOS TRANSEXUAIS

O ser humano vive em constante desconstrução e construção de si mesmo, de suas ideias, de conceitos, de sua visão de mundo. Dentro do cotidiano é possível se observar

as variadas possibilidades de aprendizagem que se apresentam. Seja ao refletir sobre a mensagem de uma música que chegou aos ouvidos, seja em um diálogo com alguém de cuja companhia se desfruta, seja através da leitura de um texto que possibilite nova interpretação de determinado tema, ou mesmo com nossos próprios pensamentos e sentimentos.

Questionar sobre a importância da educação na vida das pessoas é quase uma retórica. Mas torna-se imprescindível ela ser realizada, principalmente, para aqueles que não têm fácil acesso aos diferentes meios de alcançá-la.

Esse questionamento deve ter o intuito de gerar reflexões em duas dimensões, basicamente. Sob uma perspectiva micro — ora para ensinar-lhes a compreenderem como a educação pode torná-los conhecedores de si mesmos e aprender a respeitar suas singularidades, ora como forma de estimular-lhes a tomarem assento como cidadãos; e sob uma perspectiva macro — como uma das formas de contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas para o fortalecimento da cidadania.

O maior diferencial entre o ser humano e os outros animais é a capacidade de pensar e se articular utilizando a linguagem, principalmente através da fala e/ou da escrita, como forma de comunicação e interação. Para que isso ocorra de forma abrangente e seja capaz de alcançar sua complexidade é preciso se reconhecer no processo de aprendizagem, primeiro sobre si, e em seguida, sobre a sociedade em que se está inserido, compreendendo seus valores e os marcadores sociais que a compõem.

De tal modo, que é importante se desenvolver o exercício da contextualização, devendo esta ter sempre como referencial e suporte o percurso da Humanidade.

Como sabemos, nenhum acontecimento se dá por acaso; para cada um de nós que compomos a sociedade, existem interesses interligados, objetivos a serem construídos e alcançados. Para que possamos compreender nosso presente é necessário o acesso aos registros históricos, à tradição, como fonte de explicações para os porquês que nos inquietam. Nesse sentido, não podemos nos compreender, exclusivamente, a partir de nós mesmos, já que somos seres sociais e nosso processo de aprendizagem se dá a partir das interferências sócio históricas

Talvez possamos afirmar, com certa segurança, que ao excluirmos os fatores biológico e genético, as interações exercidas nos diversos campos e instituições que compõem uma sociedade, como o religioso, o educacional, o familiar, o jurídico e o artístico, entre outros, sejam os principais referenciais de nossa construção.

Partindo deste princípio, pode-se observar que, de forma geral, após o nascimento de cada ser humano e depois das primeiras formas de interação vivenciadas na família, é no espaço escolar que hábitos, referenciais corporais, limites de convivência, valores éticos e sociais são apresentados.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), em seu artigo 21, descreve a composição da educação escolar, e dela podemos inferir a importância da escolaridade na construção dos seres sociais que somos, de modo a nos indignarmos quando as diversas maneiras de exclusão se fazem presentes, dificultando o acesso a esse espaço. “Art. 21 A educação escolar compõe-se de: I – Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – Educação superior”

A mesma lei complementa em seu artigo 22: “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, LEI Nº 9.394/96).

Nesse espaço deve ocorrer a socialização dos saberes, tendo como função social o desenvolvimento das diversas capacidades do ser humano que ali está inserido, ou seja, capacidades físicas, cognitivas e afetivas, possibilitando também conscientização acerca da importância da construção da cidadania, através de reflexões sobre temas diversos.

Alguns temas podem e devem ser discutidos em sala de aula, principalmente aqueles que estão associados a preconceitos e discriminações, como racismo, machismo, sexismo²⁷, heteronormatividade, a pessoas com diferentes formas de deficiência, aos diferentes pertencimentos religiosos, entre outros, com o intuito de possibilitar a conscientização do diferente, e desenvolver atitudes de respeito para com aquele visto como tal [diferente], levando à compreensão de que este não é errado ou ruim, e que possui o direito de ser da forma que desejar.

Mas, para que esse movimento de mudança de visão e postura possa acontecer, aos professores e aos profissionais que compõem as instituições educacionais, em seus mais variados níveis de instrução, se faz necessária a oferta de capacitações que os habilitem a lidar com essa realidade.

Os modelos de homem e de mulher que as crianças têm à sua volta, na família e na escola, apresentados por pessoas adultas, influenciarão a construção de suas referências de gênero. Quando a menina e o menino entram para a escola, já foram ensinados pela família e por outros grupos da sociedade quais são os

²⁷ Conjunto de estereótipos quanto à aparência, atos, habilidades, emoções e papéis na sociedade, de acordo com o sexo. 2 Preconceitos e discriminação que se baseiam no sexo. (Dicionário Michaelis, 2019).

—brinquedos de menino e quais são os — brinquedos de menina. Embora não seja possível intervir de forma imediata nessas aprendizagens no contexto familiar e na comunidade, a escola necessita ter consciência de que sua atuação não é neutra. Educadores e educadoras precisam identificar o currículo oculto que contribui para a perpetuação de tais relações. A escola tem a responsabilidade de não contribuir para o aumento da discriminação e dos preconceitos contra as mulheres e contra todos aqueles que não correspondem a um ideal de masculinidade dominante, como gays, travestis e lésbicas, por exemplo. Por isso, educadores e educadoras são responsáveis e devem estar atentos a esse processo. (BRASIL, GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES EM GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. 2009, p. 50).

Entendemos que os profissionais que buscam novas formas de compreensão da sociedade se tornarão mais habilitados para lidar com as diferentes demandas que surgirem, principalmente quando têm a visão de que são constantes as mudanças, que não há nada hermeticamente fechado e finalizado quando se trata de ser humano e suas relações.

Em seu estudo, Alves (2017) é contundente ao colocar a escola como o lugar das experiências iniciais em sociedade. Cita a necessidade da observação e cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, assim como, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na qual encontram-se expressos direitos ao respeito, à tolerância, à liberdade, à dignidade e à inclusão.

O ordenamento jurídico respalda as ações em sociedade, mas é de suma importância que haja ampla divulgação de sua existência, auxiliando, assim, na sua efetiva execução.

Sabe-se que foi aprovada na Conferência Nacional de Educação Básica em seu Eixo Temático IV (Inclusão e Diversidade na Educação), a reivindicação de que as políticas de educação garantissem

a todos (quilombolas, negros, indígenas, pessoas com necessidades educacionais especiais, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (GLBTTT), pessoas privadas de liberdade, mulheres, jovens, adultos e idosos), o acesso e a permanência com sucesso à educação de qualidade, tudo articulado às políticas sociais. (BRASIL, 2008, p. 68).

É, até certo ponto fácil, identificarmos que os direitos supracitados, estão em relação com tantos outros que fazem parte do arcabouço jurídico de nosso país, o qual por sua complexidade, embora, é capaz de proporcionar o alicerce necessário para o enfrentamento de pensamentos e atitudes conservadoras e intolerantes.

Porém, ao mesmo tempo, não há dúvidas de que o respeito à liberdade, e a tudo que ela representa para cada um, vem sofrendo tentativas de desconstrução, com objetivos de fragilizar ainda mais a igualdade entre os gêneros e a inclusão da diversidade sexual em diferentes espaços, além de fortalecer a heteronormatividade.

Todo esse processo de intolerância e desrespeito pela singularidade do outro perpassa as pessoas pertencentes aos grupos dos ‘diferentes’, independentemente da idade ou do lugar onde estejam. Por isso, tornam-se desafios reais as situações que precisam ser enfrentadas cotidianamente pelas pessoas transexuais.

Infelizmente, isso se dá de forma explícita ou camuflada, justamente nas instituições educacionais e religiosas, as quais deveriam pautar seu trabalho no acolhimento e no respeito aos Direitos Humanos.

De tal forma que, muitas vezes, como mecanismo de autoproteção, as pessoas LGBT agem de modo a se adequarem ou se encaixarem aos padrões cisgêneros e heteronormativos impostos pelas instituições e pela sociedade de modo geral.

Segundo Lanz (2014) a proteção se dá, quase que individualmente, por quem sofre atitudes discriminatórias, e não apenas as verbais, mas também as físicas, dentro das instituições educacionais, pois elas são recorrentes das posturas negligentes e condescendentes por parte do corpo docente, de gestores e funcionários.

Entende-se que, a princípio, todo o quadro de pessoas que compõem esses espaços, teria como um dos papéis a ser desenvolvido, o de harmonizar as relações vivenciadas naquele contexto, embora o que se observa, através de relatos e estudos, não se coadune com esse objetivo.

Para corroborar essa realidade Nephth (2019) descreve sua experiência:

Na fase da adolescência, eu não me revelei, dentro do espaço religioso, então não tinha como sofrer discriminação. Eu tinha apenas aspectos que as pessoas olhavam: esse menino é afeminado, vai ser gay, isso e aquilo... Mas eu não dava o grito de liberdade, então não tinha como sofrer tanto. Na escola, sim. No colégio (...) eu sofria muito bullying (NEPHTH, 2019).

Percebemos que são vários os fatores que contribuem para a continuidade dessas situações discriminatórias. Uma delas diz respeito à língua padrão, apresentada e ensinada nas instituições educacionais, a qual funciona de forma dicotomizante e binária – masculino e feminino.

Para nos ajudar nessa reflexão podemos utilizar a proposta do uso do Letramento Crítico (LC)²⁸ como fortalecedor para o uso de Linguagem Não-Binária (LNB)²⁹ dentro da Língua Padrão (LP), entendendo que assim como nós seres humanos, a língua também sofre transformações em seu percurso sócio-histórico, e que a discussão de gênero a partir e dentro da linguagem, se faz pertinente.

Jordão (2013, p. 73) quando se refere ao contexto educacional, descreve que a “língua é discurso, espaço de construção de sentidos e representação de sujeitos e do mundo”.

Ao entender a função e a importância do discurso na socialização, também pode ser percebido o poder de controle embutido.

A necessidade de mudanças na forma de comunicação tem sido constantemente demonstrada através de ações desenvolvidas pela grande maioria das comunidades que buscam a inclusão. Esse movimento tem como objetivo desfazer o poder econômico, patriarcal e heteronormativo que oprime, desrespeita, exclui, invisibiliza minorias, como mulheres, pessoas com deficiência (PcDs), negros, índios, pessoas LGBTQs, pessoas em estado de vulnerabilidade social, entre outras.

A capacidade de desenvolver diálogo, de se fazer entender e entender o que se escuta ou lê é imprescindível para nossa convivência e desenvolvimento.

O letramento está imbricado em nosso cotidiano de diversas maneiras. Precisamos utilizá-lo ao interagirmos com outro ser humano, com as máquinas ou mesmo com uma simples imagem, na busca por sua interpretação e compreensão.

Em grande medida, é a partir do acesso ao letramento que nos foi permitido, que nos capacitamos para refletir e desenvolver percepções e visões de mundo que servirão de base ao longo da construção de nossa subjetividade.

O uso da linguagem não binária pode auxiliar na compreensão e respeito ao outro como ser humano, em seu direito de existir a partir de seus próprios valores e referenciais, além de proporcionar diminuição do uso determinado pela Língua Padrão como única forma de se dirigir ou se referir às pessoas que se reconhecem como não-binárias.

A partir dessa visão, procura-se utilizar “todes”, como uma maneira de contemplar o conjunto de pessoas a que se dirige, como uma atitude abrangente e inclusiva.

²⁸ Tem como objetivo levar a posturas críticas a respeito do que se aprende e do que se lê. Dessa forma, ajuda a desenvolver questionamentos e possíveis soluções para os conflitos apresentados.

²⁹ Refere-se a possibilidade de aplicação de uma linguagem “neutra”, ou seja, a não utilização das formas masculina e feminina.

Porém, embora esse seja o principal objetivo, uma vez que em nossa língua pátria-padrão, não há gênero neutro, como existe na língua inglesa e em certas outras línguas, ainda não há concordância entre os diferentes movimentos que buscam reconhecimentos.

Observamos que a performatividade e seus desdobramentos, como paradigmas para o masculino e feminino, também se fazem representar através da vestimenta e do comportamento, como formas adicionais de negligenciar a importância do respeito à singularidade e aos desejos de cada um.

O que condiz com roupas e comportamentos pactuados socialmente para serem usados por determinado gênero, não encontrará respaldo para serem usados por outro gênero. O desconforto maior inicia-se na puberdade, exatamente quando as roupas começam a representar e a referenciar gênero específico, assim como ocorre com os comportamentos. Há, então, uma forma de demarcar espaço, de colocar as pessoas em lados opostos, fazendo com que o crescimento se dê em forma de dicotomia.

Partindo desse princípio, percebe-se a grande dificuldade de as pessoas transexuais sentirem-se confortáveis nesses espaços, pois precisarão viver de forma contrária à como se sentem e se reconhecem.

Logo nos apercebemos da necessidade de disseminar conscientização da importância de mudanças que levem as pessoas a se relacionarem de forma tolerante. Esta não o sentido apenas de aturar, mas é usada como sinônimo de respeitar.

Sabemos da dificuldade dos pais, talvez em sua grande maioria, em responder e esclarecer as curiosidades dos filhos em relação a sexualidade, independentemente da idade em que estejam.

Muitas vezes, as explicações são influenciadas pelo contexto em que estão inseridos, ocorrendo ausência de afeto durante a transmissão das ideias e valores, além da possibilidade de também estarem respaldadas em conceitos religiosos, transmitido, então, como algo ‘sujo’ e ‘proibido’.

Como o ambiente escolar é o segundo grupo social, sequencial e concomitante ao familiar, que a criança e o adolescente frequentam e no qual se constroem, o professor tem significativa importância e responsabilidade na abordagem da sexualidade e em tudo o que a ela está atrelado.

Por isso, nos parece pertinente que, não apenas haja uma perspectiva de possibilidade, mas uma efetiva compreensão da real necessidade de a sexualidade ser tema abordado e discutido dentro das escolas.

Atualmente, observa Bianco (2017) que, apesar de ainda fazer parte dos temas transversais a serem ministrados em sala de aula, a Orientação sexual e Saúde não estão incluídos entre os temas integradores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tampouco os que perpassam as experiências dos alunos a partir de suas realidades, enfatizando suas distintas formações política, ética e identitária. Não se pode mais admitir que haja um sentimento de normalidade da violência exercida através da discriminação das singularidades das pessoas.

Diante desse dado, é compreensão hegemônica entre aqueles que defendem a abordagem da sexualidade em todas as escolas, que apenas algumas da rede privada se engajem para fornecer a seus alunos discussões sobre esses temas de modo a contribuir para o desenvolvimento da sexualidade a partir de uma visão sensível, abrangente e explicativa.

É fundamental que os pais, secundados pela sociedade em geral, compreendam que Orientação Sexual não trata apenas e exclusivamente da discussão de gênero.

A crítica a abordagem desse tema, muitas vezes, é realizada por grupos conservadores e fundamentalistas, que se utilizam das mais variadas formas de disseminar uma ideia negativa da discussão, inclusive por meio das redes sociais, nas quais a reduzem a uma tentativa de transformar os filhos em pessoas LGBT.

Em entrevista concedida à revista CartaCapital, Marcelo Daniliauskas, especialista em políticas públicas sobre gênero e sexualidade, defende que tanto sexualidade como religião devem ter espaços na escola, porém de modo crítico e plural.

Segue dizendo:

A Base parece ter incorporado pressões de certos grupos mais conservadores e, sobretudo, fundamentalistas. Eles estão deturpando toda a discussão, acham que querem transformar seus filhos em gays, nisso, naquilo. O que é um absurdo, ninguém quer transformar ninguém em nada, só lidar com que existe de real e mostrar como conviver juntos. Enfim, viver uma sexualidade com informação (DANILIAUSKAS *apud* PAIVA, 2015).

A proposta de abordar temas tão importantes, proporciona conhecimento do próprio corpo e de seu funcionamento, trazendo um olhar de naturalidade e não de algo proibido, sujo ou pecaminoso.

Percebe-se a relevância de uma nova perspectiva.

Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e

pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura. (BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, pag. 293).

Portanto, pode ser abstraída dessa proposta uma forma ou caminho para a construção do bem-estar, além de nos fazer refletir sobre o fato de esta sensação ser construída a partir de um conjunto de fatores, e um deles, sem dúvidas, está ligado à sexualidade, à orientação sexual e ao gênero.

Logo é possível compreender que “a escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando, se não uma isenção total, o que é impossível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa.” (BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, pag. 299).

Para que haja real mudança nos contextos micro e macro da sociedade, é significativo que ocorra o envolvimento dos diferentes setores que a compõem. Mas, nos parece inquestionável que a apresentação do tema em diversos espaços, inclusive no educacional, ocupa o lugar de fomentadora de discussões e, por isso, deva se dar desde os primeiros anos da vida escolar, pois com as crianças e com os adolescentes serão construídos novos paradigmas e posturas.

Para tanto, o professor deve ter em mente que “o trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho.” (BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, pag. 299).

Entendemos que desenvolver essa temática necessita de estudo continuado, com objetivo de construir teorias, métodos empáticos e assertivos para transmiti-la, pois, as dúvidas dos alunos precisarão ser respondidas de modo coerente, isento de crenças e valores pessoais.

É consenso entre os estudiosos do comportamento humano que aos cinco anos a criança já possui a capacidade de desenvolver frases mais complexas, e a sexualidade começa a surgir através de auto toques. Por volta dos oito anos já é capaz de compreender explicações sobre seus órgãos e seus funcionamentos.

Por isso, de forma adequada a estes conhecimentos devem estar as respostas dadas ao questionamento acerca de como nascem os bebês, elaboradas de um modo que elas sejam capazes de compreendê-las.

De acordo com o desenvolvimento e a capacidade de compreensão, o tema deve ser sempre abordado acrescido de outros enfoques, pois:

Não se pode mais postergar a intervenção no Ensino Médio, de modo a garantir a superação de uma escola que, ao invés de se colocar como elemento central de desenvolvimento dos cidadãos, contribui para a sua exclusão. Uma escola que pretende formar por meio da imposição de modelos, de exercícios de memorização, da fragmentação do conhecimento, da ignorância dos instrumentos mais avançados de acesso ao conhecimento e da comunicação. Ao manter uma postura tradicional e distanciada das mudanças sociais, a escola como instituição pública acabará também por se marginalizar. (BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - ENSINO MÉDIO, 2000, pag. 12).

Com a chegada da puberdade e o autorreconhecimento como pessoa transexual, se faz presente a necessidade de ela ser tratada a partir desse lugar, gerando outras reivindicações de visibilidade e respeito a direitos, como, por exemplo, ao uso do nome social como meio de reconhecimento de si mesmos enquanto cidadãos.

É possível se inferir que haverá grande dificuldade de socialização e de engajamento nas atividades propostas pelos docentes, entendendo que, para as pessoas transexuais, o nome deve representar como elas se reconhecem, ou seja, referenciar a identidade de gênero oposta a sua. Dessa forma, é grande a possibilidade de serem excluídos pelos colegas de classe, das formações dos grupos de estudo e de construção e apresentação dos trabalhos.

Ao acessarmos as bases legais que têm a função de orientar e determinar os objetivos educacionais a serem alcançados, encontramos a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, LEI DE DIRETRIZES E BASES, Nº 9394/96). Percebemos, então, a importância de se colocar em prática, cotidiana e de forma persistente, o que prescreve seu Art. 12, alínea IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas.

Hoje há grande preocupação com as constantes agressões verbais que, às vezes, se dão de maneira bastante sutil, tornando difícil sua identificação, embora causem danos psicológicos, principalmente quanto à autoestima.

Com o intuito de diminuir os constrangimentos e proporcionar respeito e cuidado nas relações interpessoais com o uso do nome social no ambiente escolar, a Portaria MEC nº 33, de 17 de janeiro de 2018, homologou o Parecer CNE/CP nº 14/2017, Conselho

Nacional de Educação - Conselho Pleno. A Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação (2018) explicou que:

A resolução, (...) busca propagar o respeito à identidade de gênero e minimizar estatísticas de violência e abandono da escola em função de bullying, assédio, constrangimento e preconceitos. O texto determina ainda que as escolas de educação básica brasileiras, na elaboração e implementação de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos, assegurem diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RESPEITO ÀS DIFERENÇAS, 2018).

Percebemos, a partir dessa perspectiva, uma direção para a realização de uma postura educacional pautada em uma empatia, a partir da qual o docente deve aproximar-se da perspectiva de mundo e da história do aluno para que seja capaz de proporcionar-lhe o protagonismo de seu conhecimento.

É durante a convivência que se instalam as relações interpessoais e ocorrem as trocas e os compartilhamentos. Nesse contexto, podemos compreender que as emoções têm uma dimensão tão importante quanto o corpo físico e os processos mentais, de tal forma, que não é interessante elas serem negligenciadas.

O mal-estar e o constrangimento vivenciados podem e devem ser evitados. É relevante que haja mobilizações, com o intuito de conscientização nos mais diversos espaços de convivência. Mas, é preciso ressaltar que as instituições educacionais, por serem espaços de frequência continuada, geram entre outros danos, dificuldade no desenvolvimento das habilidades socioemocionais.

Ser respeitado como ser humano que está se desenvolvendo e vivenciando o papel de estudante, fortalecerá a capacidade de aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento de talentos e habilidades.

Parece-nos que há um sentimento de normalidade da violência exercida através da discriminação das singularidades das pessoas.

Essa violência também se estende a docentes e estudantes, quando estes sentem-se ‘punidos’ por serem levados a negligenciarem o direito de não violência expresso em lei. Talvez, possamos pensar que seria muito significativo que fosse levada em consideração a laicidade do nosso Estado.

Daniliauskas *apud* Paiva (2015) destaca a existência de uma vantagem significativa para a religião, entendendo que seus membros possuem espaços particulares para vivenciá-la. “E nisso o tema se difere da sexualidade, não existe um espaço formal

onde se possa falar abertamente sobre orientação sexual. E esse deveria ser um dos papéis da escola”.

A partir desse posicionamento, há de se questionar: o que ainda falta para que ações, mais especificamente no ambiente escolar, que destaquem a relevância da dimensão emocional e física da sexualidade, sejam realizadas de modo constante e abrangente, ações que desenvolvam a empatia e o respeito pelo outro?

Mesmo as instituições educacionais privadas, que se predispõem a utilizar de forma integrativa a orientação sexual, encontram dificuldade em capacitar seus profissionais/docentes.

É importante que esse conjunto de atitudes excludentes para com as pessoas transexuais, desde a infância, e principalmente na adolescência, sejam cada vez mais discutidas em diferentes campos. De tal modo que se desenvolvam meios de desconstruí-las para que se evite violências emocionais, psicológicas e físicas. Que cada vez mais, mais pessoas possam se engajar para que as pessoas transexuais ou os ‘diferentes’ não precisem lidar sozinhos com esta realidade.

O próprio Plano Nacional de Educação 2014-2024 tem entre suas diretrizes, a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade”, (BRASIL, LEI Nº 13.005/2014), o que também respalda a atuação dos/das profissionais de educação neste trabalho.

Temos consciência de que toda mudança de paradigma, pessoal ou social, não ocorre com fórmula mágica. É um processo a ser construído e reconstruído. Nessa perspectiva, todos que compõem a sociedade, mais especificamente os responsáveis pelo ensino em seus variados níveis, como formadores que são, ao se utilizarem de forma ampla da empatia, podem proporcionar o respeito aos limites individuais e coletivo, estimulando seus alunos a reflexões e ações contra a discriminação e a violência que esta causa.

4.2 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR COMO FORTALECIMENTO DA CIDADANIA PARA PESSOAS TRANSEXUAIS

Na intenção de dar prosseguimento à discussão acerca da importância do acesso à educação formal em diversos fatores da vida do ser social, este item se propõe a descrever

como se dá a continuidade dos estudos para pessoas transexuais, a partir das novas condições de jovens adultos e adultos.

Foram as diversas situações constrangedoras causadas por preconceitos e discriminações, embora ainda negligenciadas e, por isso, com pouca visibilidade, que instigaram pessoas — em seus diversos campos de saber —, órgãos governamentais e representantes da sociedade civil, entre outros, sensibilizados com esta realidade, a pesquisarem e desenvolverem estudos e discussões.

Ao buscar material produzido a respeito do tema nos deparamos com considerável dificuldade, o que nos conduziu ao entendimento, ao menos como possibilidade, de que a intenção de inibir a visibilidade de pessoas LGBT tem o intuito de manter a sociedade apoiada na heteronormatividade e na performatividade, que são paradigmas de interesse de grupos específicos.

Embora haja eventos públicos promovidos pelo universo acadêmico, com objetivos de apresentar e construir material escrito para publicação e divulgação sobre as pessoas LGBTs, de certo modo, vive-se uma espécie de ‘ciclo vicioso’, ou seja, por haver reduzido número de pessoas engajadas em desenvolver material esclarecedor e educacional, capaz de alcançar a sociedade de forma mais abrangente, dá-se a permanência na invisibilidade, e esta explica a carência de estudos capazes de auxiliar na compreensão do tema.

Uma das experiências constrangedoras geradas pela invisibilidade dessas pessoas, está no uso do nome próprio e no trato dos outros a partir dele. Muitas vezes o conflito se faz presente por ser visto pelo grupo social como um nome ‘esdrúxulo’ ou por não representar o gênero no qual a pessoa transexual se reconhece.

Desde o século XX, é juridicamente permitida a qualquer pessoa a mudança de nome quando este proporcionar prejuízos à construção de uma autoestima saudável e autorreconhecimento em sua humanidade.

Logo, as duas situações podem ser descritas, analogamente, como as que trazem sensação negativa, vivida por alguém que tem em seu registro de nascimento um nome que lhe causa vergonha, que se torna motivo de chacota nos lugares onde passa esporadicamente ou nos lugares onde precisa permanecer, como no ambiente escolar.

O nome que carregamos é uma das primeiras referências sobre nós, como algo intrínseco à personalidade, ocorre de forma imbricada, uma vez que nos é dado, ao nascermos, sem a nossa anuência. Porém, por diferentes motivos, é possível alguém não se sentir representado por ele.

É de fácil compreensão o fato de que todos buscamos ser reconhecidos a partir de determinado nome e que ele deva ser utilizado na manutenção das relações interpessoais. Percebe-se que essa necessidade não está associada apenas a gostarmos ou não do nome, mas à circunstância de ele estar diretamente ligada a forma como nos identificamos e reconhecemos, como desejamos ser reconhecidos na sociedade de que fazemos parte e para além dela.

Não por acaso, a sociedade, como detentora de direitos e deveres, busca respaldar legalmente seus anseios, visando a uma boa e justa convivência social.

De tal forma, que os membros possuidores da incumbência de legislar sobre os mais variados interesses, se viram impelidos a construir a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que, em seu artigo 56, expressa o direito de mudança de registro, no intuito de proteger aqueles que não podem viver com o nome que lhes foi dado no momento do nascimento.

Porém, apenas há poucos anos, leis começaram a ser promulgadas, trazendo o direito do uso do nome social para pessoas transexuais.

Cores (2018) descreve que somente a partir da edição de 2014, do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), foi permitido aos participantes requererem que fossem atendidos pelo nome social. Especificamente naquele ano, apenas 100 transexuais e travestis obtiveram o deferimento de seus pedidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entidade organizadora do exame.

Mas, de modo progressivo, continua a autora, no ano de 2017 houve aumento da aceitação das solicitações, alcançando 303 pessoas. Ela acrescenta que “o processo é considerado burocrático por alguns participantes especialmente porque, uma vez que se trata de um direito, há a possibilidade de negativa já que cabe ao Inep deferir.”

Percebe-se que esse direito foi sendo requisitado gradativamente pelos transexuais. Podemos pensar se isso ocorreu pela pouca divulgação da existência do direito ou pelo pequeno número de transexuais participantes do exame.

Mas, apesar de ser um processo lento, esse entendimento de respeito se estendeu para outros lugares, como aos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, DECRETO Nº 8.727/ 2016).

Vê-se nitidamente, então, independente do lugar que se precise estar ou da idade que se tenha, a importância do nome próprio para a convivência social, para o autorreconhecimento. Ele nos representa, como ser humano, nos lugares sociais em que estejamos presentes ou ausentes.

Como manter um diálogo, por exemplo, onde somos chamados e reconhecidos por determinado nome que não nos representa? A tendência é que não se sustente. Esta é uma fala de Rá-Atum (2019), ao tentar manter uma conversa com sua mãe. “Antes de eu retificar, um pouquinho antes de eu pegar o registro, ela no Ano Novo: feliz ano novo, minha filha, Fulana. Aí, eu: filho. Sempre retificando a fala dela.”

Observa-se que a atitude de se referir ao outro por um nome que não o representa é, também uma forma de se negar compreensão e direitos; independentemente do ambiente em que a atitude ocorra, ela sempre trará desconforto e indignação.

Atualmente, já não cabe mais apontar o desconhecimento como justificativa para se agir de determinada maneira. As redes sociais, as ferramentas tecnológicas e todo o aparato de informações disponíveis, proporcionam acesso a qualquer tipo de assunto.

O mais intrigante é se perceber que atitudes transfóbicas possam ocorrer em lugares que, a princípio, se propõem a educar e habilitar profissionais e cidadãos.

Situações como a descrita por Bastet (2019):

Teve um caso com minha coordenadora, que sempre me tratava no masculino e eu sempre corrigia. Então eu disse: quero falar com o reitor. Disseram que ele não podia, mas eu disse que só sairia dali quando falasse com ele. (...). Fui fazer a matrícula e a menina estava me tratando no masculino e eu só olhando. Quando fui extremamente ignorante e grossa, obtive respeito. (...) Você tem que saber ser grossa, agir como uma travesti mesmo. Que nem o povo diz você é marginalizada³⁰. Então, quando resolvi mostrar esse ser marginalizado, obtive respeito. (...) Então, assim, a Faculdade para mim, (...) é um dos meus piores problemas na atualidade. Porque eu não tenho como me mudar pra outra Faculdade. A procura de outro lugar para que eu seja compreendida e respeitada, é uma obrigação do corpo acadêmico por inteiro (BASTET, 2019).

Para Patto (1984) e Dinis (2012), apesar de não se poder negar a existência de alguns avanços, ainda há significativa ausência de problematizações a respeito da diversidade sexual e gênero na Educação de forma geral, inclusive, no próprio Ensino Superior.

Sabe-se que o que é estudado, discutido, transcrito e publicado torna-se real, palpável. Entretanto, ele sempre deve ser acrescido de outros estudos que o complementem, assim como pode ser refutado, parcial ou completamente.

Mas, parece-nos que o alcance da grande maioria do material já produzido, se torna bastante prejudicado quando compartilhado apenas com pessoas que já

³⁰ “Ser marginalizada”, aquele que está à margem, aquele que não lhe é permitido ser incluído, aquele que é ‘diferente’ e por isso visto e entendido como algo a ser negado.

compreendem e comungam das teorias apresentadas para embasar a defesa dos direitos das pessoas LGBT.

Aqui podemos utilizar a música como analogia, ou seja, nossa contribuição nesse processo de construção de novos paradigmas, pode se dar ao encontrarmos meios de levar nosso conhecimento àqueles que têm dificuldade de acessá-los. Percebemos uma certa limitação quanto ao alcance do que já foi construído, até o momento, do que diz respeito às pessoas transexuais.

São pessoas em diferentes classes econômicas e sociais, assim como, pertencentes a determinados estratos da sociedade que não tiveram acesso a esses estudos e, por isso, permanecem sem compreensão. Além daqueles que se negam a entrar em contato com essas informações, por possuírem visão e postura conservadoras ou fundamentalistas.

A partir do que foi colocado acima, podemos apontar uma ferramenta capaz de auxiliar nesse intento: a tecnologia. Entendendo-a como um dos caminhos para obtenção de conhecimento e divulgação em diversos nichos, e, em muitos casos, de forma gratuita.

Foi com os propósitos de contribuir para a visibilidade e compreensão dos sofrimentos ético-políticos e seus desdobramentos, vividos por pessoas LGBT, e de apresentar algumas ações de resistência realizadas pelos próprios participantes como “inserção e permanência em espaços educacionais e universitários e experiências de fé em espaços religiosos mais inclusivos”, além do propósito de auxiliar em futuras pesquisas, que o Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais de Psicologia, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos, organizaram um livro intitulado “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs”, composto por vários depoimentos obtidos através de entrevistas semiestruturadas, permitindo, assim, a mais autêntica expressão por cada entrevistado. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019).

Ao ter acesso a esse material, entramos em contato com uma realidade que nos deve causar, no mínimo, incômodo e indignação. Como exemplo, a seguir podemos nos deparar com a atitude preconceituosa e discriminatória realizada por uma psiquiatra é descrita por uma mulher trans de 66 anos, que está em um dos relatos usados para a construção deste material:

Ela colocou na minha cabeça que eu tinha que ser homem, que eu era homem e tinha que continuar sendo homem porque senão eu ia sofrer muito, que eu não era uma mulher. (...) A ideia dela era totalmente contra as minhas porque ela queria colocar na minha cabeça que não, porque eu tinha que ser homem, porque eu era homem. (...) Então, eu me comportava como menina e ela falava

que era errado, que era para eu me comportar da forma do meu sexo, e não do meu gênero. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 92).

Caso situações como esta cheguem ao conhecimento das pessoas de forma a proporcionar-lhes reflexões, possivelmente elas as estimularão a buscar engajamento nas mobilizações já existentes e a desenvolverem novos caminhos de construção para uma efetiva mudança desse quadro.

Por isso, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) buscou o uso da tecnologia como uma ferramenta capaz de proporcionar um grande alcance desse material, oferecido e disponível para download gratuito para todos que o buscarem.

Embora tenha sido lançado em cada Regional e na Sede do Conselho Federal de Psicologia, percebemos que esse material poderá obter grande alcance caso as pessoas e os profissionais que tiveram ou vierem a ter acesso a ele, continuem sua divulgação, não apenas para quem está engajado em algum movimento em prol dessa população ou para aqueles que estão abertos às novas formas de compreensão, mas para os que, por algum motivo, encontram dificuldades. Todavia, sobretudo e principalmente, para aqueles que se negam a refletir, a mudar, por defenderem o conservadorismo que é, em grande medida, fomentado por políticos pertencentes à bancada evangélica, e por algumas instituições religiosas, mais especificamente católicas e evangélicas.

Apesar do Código de Ética da(o) Psicóloga(o) e das resoluções CFP nº 01/1999 e nº 01/2018 rezarem que as(os) psicólogas(os) devem, em suas práticas profissionais, respeitar a singularidade e rejeitar qualquer forma de preconceito e discriminação ou mesmo de reforçá-las, pois há considerável número de profissionais que contrariam essas normas.

Infelizmente, não são raras as denúncias realizadas junto aos Conselhos de Psicologia por pessoas que estavam sob acompanhamento psicoterápico e sofreram a proposta de reeducação sexual associada ao campo religioso.

Já tive na Evangélica — Igreja Evangélica Pentecostal — que foi na Igreja Episcopal, na Igreja Peniel, em Setúbal. Tentaram fazer uma reeducação sexual em mim, porque me identificaram enquanto gay, e quem me levou até lá foi uma psicóloga queria me fazer passar por uma reeducação sexual para essa igreja. Como foram vários problemas para mim, eu me afastei de lá (BASTET, 2019).

Isto posto, precisamos refletir a respeito da importância e do impacto dos currículos universitários como produtores de subjetividades e, por sua vez, destas na construção dos currículos.

Segundo Silva (2009), é importante que a construção dos currículos esteja amparada na multiculturalidade, buscando problematizar as referências com as quais os discursos são legitimados e construídos para que possam ser questionadas as relações de saber-poder dentro da universidade, de tal modo que leve a reflexões sobre as diferentes identidades que compõem este espaço, ou seja, a cultura dominante e a cultura silenciada.

As discussões geradoras de reflexões e possíveis mudanças de paradigmas, é uma possibilidade em todos os espaços, e o espaço das Universidades, parece-nos um dos mais importantes para que as pessoas LGBT não apenas consigam ultrapassar as barreiras impostas para sua inserção nesse espaço, mas para que também possam permanecer quando lá estiverem.

Assim corrobora Lima (2019) em seu argumento ao tratar esse tema:

Por isso, mais do que tolerar o (dito) diferente, é necessário desconstruir as normatizações impostas socialmente – no caso, as normatizações de gênero e sexualidade. É preciso romper com a perspectiva do binarismo e da cisheteronormatividade como única possibilidade legítima de compreensão da realidade subjetiva; ou seja, é preciso falar das normatizações de gênero e sexualidade como processos que afetam todas as pessoas e não apenas as minorias sociais. Pois, indiretamente, toda pessoa que não é lida como possuidora das características da elite dominante poderá, em algum nível, ser submetida a lógicas de opressão (LIMA, 2019, pag. 29).

Há respaldo legal para o desenvolvimento do trabalho do profissional da Educação, capaz de assegurá-lo contra possíveis ‘punições’, caso ajam com propósito de contribuir e possibilitar que sejam discutidas e apontadas mudanças de postura quanto a desigualdades de gênero e de orientação sexual, não apenas no âmbito educacional, mas na própria sociedade.

É o que pode ser encontrado no artigo 3º da Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, referindo-se à diversidade e a não interferência religiosa:

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP 1/2012).

Porém, percebe-se que não é suficiente a existência de aparato legal, uma vez que os enfrentamentos ainda se fazem bastante presentes e desgastantes, porque são poucos os que estão abertos a mudanças.

Pinto (1994, p.84), contribuiu apontando as necessárias mudanças de paradigmas quanto à Educação quando defendeu que “a universidade para ser legítima precisa confundir-se com a sua base, construir seus alicerces nas massas, que, assim, ficam a ela incorporadas de fato”.

Para que haja respeito e oportunidade para que essas massas se tornem, efetivamente, alicerce para as universidades, mais uma vez se faz necessário recorrer a articulações que gerem políticas de igualdade e identidade de gênero.

Enquanto as oportunidades de estudar, desde o início da construção da educação formal, diga-se, no ambiente escolar, sejam negligenciadas, e as pessoas LGBT não sejam compreendidas como detentoras do direito de estarem neste espaço, os números estatísticos de evasão serão altos. Em consequência, as chances de serem aprovadas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como caminho de acesso às universidades públicas, se tornam bastante escassas.

Santos (1999, p. 44), aponta como lidar com as diferenças ao dizer que “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

A experiência de ser diferente e inferiorizada, de ser colocada fora do que se entende por ‘normalidade’, de ser considerada abjeta, e por isso vivenciar a negação de vários direitos é algo recorrente na vida das pessoas LGBT.

Portanto, é visando, efetivamente, a contribuir com a mudança da realidade dessas pessoas que voluntários das diversas áreas do conhecimento, através das disciplinas exigidas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma de avaliação, fornecem aulas gratuitas, além de monitorias para que as dúvidas específicas de cada aluno sejam tiradas individualmente. “Prepara NEM! tem aulas diárias que ocorrem no Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, no Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro e em outros locais apoiadores do projeto.” (LISBOA, 2015).

Ainda na reportagem anterior, Lisboa aponta outra iniciativa como esta, porém, em Belo Horizonte, desenvolvida pela advogada Adriana do Valle, “que organizou o curso, reuniu 66 voluntários interessados e usará o espaço de seu escritório para as aulas, que contarão com apostilas doadas por alunos da Universidade Federal de Minas Gerais.”

Ainda são poucas as mobilizações como essas, capazes de igualar sem inferiorizar, nem descaracterizar, de modo a minimizar o sofrimento gerado pela negação das possibilidades de crescimento pessoal e social e do exercício da cidadania.

As atitudes supracitadas podem ter o poder de estímulo para que outras pessoas, a partir de suas realidade e capacidades, criem novas possibilidades de contribuição para transformar uma gritante e devastadora situação de desigualdade social.

Por isso, para Freire (2014), é preciso pensar e defender uma abordagem dialógica e crítica no campo da Educação, principalmente em sala de aula, na qual deve ser permitida e acolhida a expressão dos saberes dos estudantes.

De tal forma, pode-se inferir que por intermédio das contradições que se apresentam a partir das trocas de experiências, conhecimentos e pontos de vista entre estudantes e docentes, são construídos meios de superação das desigualdades e de tudo o que vem a reboque.

Freire (2011, p. 88), chama a atenção para a necessidade da utilização de uma educação dialógica em substituição educação descrita como negativa, ou seja, uma educação “bancária”, na qual cabe ao educador “(...) “encher” os educandos de conteúdos. É como fazer depósitos de “comunicados” – falso saber – que ele considera como verdadeiro saber.”

Essa forma de educar nega ao estudante o direito de um pensar autêntico, o protagonismo na construção do seu mundo e do mundo em que está inserido. “É inibir o poder de criar, de atuar. Mas, ao fazer isto, ao obstaculizar a atuação dos homens, como sujeitos de sua ação, como seres de opção, frustra-os.” (FREIRE, 2011, p. 91).

É este sentimento de frustração, de estarem fartas de se sentirem e se reconhecerem ‘frustradas’ que tem mobilizado as pessoas LGBT a se negarem a permanecer na invisibilidade, a serem oprimidas. Sentimento que pode se tornar um propulsor, capaz de as lançar como atuantes e propulsoras de uma nova construção histórica e social.

De tal forma, ao se verem fora do lugar de ‘oprimidas’, conseguem, inclusive, perceber a importância de se inserirem em redes de apoio que lhes proporcionem construir uma visão política crítica de si e de sua realidade.

A partir desse lugar, há grande chance de sentirem-se mais capazes e fortalecidas, não apenas para permanecerem nas instituições educacionais, mas, também, para se engajarem e colaborarem com o desenvolvimento de estratégias que possibilitem outras pessoas trilharem esse caminho.

Como já colocado durante este estudo, a identidade trans não pode ser camuflada. Logo, no momento em que esta identidade se torna real aos olhos da sociedade, quase que imediatamente também surgem obstáculos, não apenas à educação, mas à própria existência. Dessa maneira, é muito árduo o caminho para a ascensão social, a construção e manutenção de uma vida que proporcione dignidade, pois entendemos que esta está atrelada, de forma geral, à educação formal.

Diante dessa realidade, a prostituição³¹ e a situação de rua³², quase sempre imperam.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2019) até 12/10/2019 foram contabilizados noventa e seis (96) assassinatos no Brasil de pessoas que compõem a comunidade LGBT.

Os dados refletem, de forma direta, sem margem para dúvidas, que a prostituição acarreta imensa vulnerabilidade e, por isso, não cabe postular prostituição como uma das opções de trabalho e manutenção da própria sobrevivência, mas, como a única opção, devido a quase completa ausência de outras oportunidades.

A prostituição é uma condição vivenciada por mulheres cis ou trans, em sua maioria. É um ‘trabalho’ que marginaliza, empobrece, transforma alguém em algo usável e descartável.

É uma realidade perversa, reflexo do machismo que acolhe em seus preceitos o conservadorismo, a LGBTfobia e tantas outras atitudes intransigentes e dicotomizadoras.

Apesar de podermos apontar alguns movimentos que se propõem a minimizar esse quadro social, ainda permanece grande o poder de comandos e desmandos que vão em sentido contrário a construção de novas possibilidades para essas pessoas.

Em nota pública a Antra (2019) expõe:

Pesquisas indicam que, nos últimos 10 anos, enquanto pessoas brancas e heterossexuais tiveram uma redução nas taxas de infecções por HIV, desenvolvimento da AIDS e óbitos decorrentes do quadro imunológico, as taxas cresceram imensamente para pessoas negras. Travestis e mulheres transexuais são categorizadas como “homens que fazem sexo com homens”, numa nítida estratégia de apagamento das identidades trans. Estima-se ainda que cerca de 40% das mulheres transexuais e travestis vivam com o HIV no Brasil e o Estado, desde o golpe de 2016, tem cortado investimentos no setor, sem apresentar medidas de enfrentamento à epidemia que volta a ameaçar a população nacional. Por esse motivo, é extremamente preocupante que o

³¹ Não traremos para este estudo a possibilidade de regulamentação da prostituição como profissão, pois precisaríamos percorrer, em grande medida, o campo do Direito, o que não é o foco.

³² Grupo de pessoas que têm em comum, principalmente, a condição de pobreza absoluta, vínculos afetivos e familiares bastante fragilizados, e ausência de moradia convencional.

governo brasileiro realize um desmonte das políticas públicas de prevenção ao HIV, visto que essa medida atinge diretamente a população LGBTI, negra e pobre do país. Ademais, o Brasil é o país que mais mata LGBT no mundo. A cada 48 horas uma pessoa transexual é barbaramente assassinada, segundo nossas estimativas. Acumulamos 82% de exclusão escolar de travestis e transexuais, panorama que aumenta a vulnerabilidade dessa população e favorece os altos índices de violência que estamos expostas no trânsito do dia a dia. (...) Não podemos deixar que continuem acontecendo violações a nossos direitos fundamentais, agora por agentes do estado, contra o avanço de políticas que visam assegurar a cidadania de nossa população e o acesso a direitos básicos, sobretudo do acesso a uma educação de qualidade, para todas as pessoas (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2019).

A partir desses dados, torna-se explicável, mas não justificável, que as pessoas que comungam e agem com comportamentos e opiniões machistas, conservadoras e fundamentalistas, refiram-se às pessoas LGBT como objetos e abjetas. Isso configura, então, uma das formas de transfobia, ou seja, uma das formas de violência advindas da cultura cis e da visão apoiada na heteronormatividade.

Esta postura e as ações dela decorrentes, se dão como uma forma de manutenção do lugar de privilégio, o qual é defendido com respaldo na moral e nos bons costumes que acreditam serem os corretos a serem seguidos.

Podemos, então, a partir daí, pressupor a lógica que os leva a procurar impedir o acesso à educação, pois com ela há, de fato, uma efetiva possibilidade de mudança dessa realidade obscura e nefasta.

A educação, então, torna-se um recurso de resistência, de luta, de empoderamento, e de consciência pessoal, social e política para que haja, efetivamente, diminuição das desigualdades.

4.3 O MERCADO DE TRABALHO PARA PESSOAS TRANSEXUAIS

A proposta para esta última parte desta Dissertação visou a apresentar dados, relatos e pesquisas, no intuito de proporcionar reflexões sobre a relação entre as pessoas transexuais e o mercado de trabalho. Este compreendido como um espaço que dialoga com a educação, a religião, a identidade de gênero, a orientação sexual, o machismo, os direitos humanos, as políticas públicas e tantos outros marcadores que estão inseridos no conceito e implicados no exercício da cidadania.

O trabalho representa na perspectiva de cultura, um fato. Como tal, pode ser descrito a partir de uma dimensão material, como a que legitima e regula os valores e as relações sociais.

Do ponto de vista psicológico e emocional, estar inserido no mercado de trabalho, representa identidade profissional, pertencimento, criação de vínculos, oportunidades de desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais, autoestima saudável, assim como construção de autonomia.

Do ponto de vista de luta e resistência à discriminação das pessoas excluídas do campo do trabalho, a oportunidade de inserção em trabalho formal se torna mais uma forma de visibilidade e de construção de respeito ao ser humano, e não deve ser reduzido a seu gênero e a sua orientação sexual.

Fica evidente, então, que os marcadores estão interligados, que não há como se viver com saúde³³, quando a teia da vida se desfaz ou nem mesmo consegue ser construída.

O acesso ao trabalho é, dessa forma, um fator imprescindível para o desenvolvimento da saúde e da dignidade de todos os seres humanos, e a educação formal ocupa um lugar inquestionável para que esse acesso seja alcançado.

É o que defendem Corrochano e Bresciani (2005) em texto intitulado “O mundo do trabalho: contexto e sentido” no qual afirmam:

o objeto e a ferramenta distanciam-se das mãos do trabalhador, que lida agora com o monitoramento de símbolos e mensagens dos sistemas computadorizados; a disputa é mais intensa, a qualificação profissional surge como uma exigência maior e a educação formal transforma-se em critério de seleção (CORROCHANO; BRESCIANI, 2005).

A disputa por uma educação formal vem sempre perpassada por intolerâncias e atitudes discriminatórias dirigidas, principalmente, aos ‘diferentes’ e às minorias. Essa mesma realidade se mantém na busca pela construção e consolidação da cidadania obtida também através do trabalho.

Além de ser possível observar um retrocesso em relação a direitos anteriormente adquiridos através de políticas públicas, também percebemos a existência de um direcionamento muito limitado, apontado por Andrade (2012, p. 226): “a maioria das políticas públicas direcionadas a travestis e transexuais é direcionada para a prevenção de

³³ “Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença” - Organização Mundial de Saúde (OMS, 1948).

doenças e o combate à exploração sexual, e não para políticas de inclusão na escola e no trabalho.”

Os pontos supracitados conferem relevância à constatação de que a prostituição, enquanto ‘profissão’, é marginalizada e, acarreta diversas e constantes violações, realizadas pelos rufiões, pelos clientes, e por pessoas e grupos que praticam transfobia como forma de repressão.

Porém, ao levarmos em consideração a complexidade e as várias necessidades referentes à humanidade que constitui todos nós e, como humanas que são, as pessoas transexuais devem ser incluídas. Compreendemos, então, que a maior preocupação permanece atrelada à sexualidade.

Mas, podemos pensar, por que isso se dá dessa maneira? Parece-nos que é uma forma de mitigar os imensos danos causados pela negação dos direitos sociais e de tantos outros. Direitos esses, inseridos na legislação, de modo direto e objetivo, expressos no art. 3º da Constituição Brasileira, “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: ... IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” Assim como, em seu “Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” São, então, direitos direcionados a todos os brasileiros, enquanto cidadãos (BRASIL. CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1998; EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 90, 2015).

Direitos expressos, interligados e reafirmados por diferentes órgãos como o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) que em seus 31 Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (POs), elaborados pelo professor John Ruggie - Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas, apoiados em três pontos centrais: proteger; respeitar e reparar. Cabe, então, ao Estado a responsabilidade da proteção e execução dos direitos humanos, da criação de mecanismos que proporcionem reparação judicial ou não, caso haja alguma atitude em sentido contrário aos princípios apresentados. Nesse contexto, às empresas é conferido o papel de corresponsáveis (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010).

Partindo desse pressuposto, chegamos às pessoas LGBT como aquelas que também são detentoras desses direitos, igualmente, como cidadãos e cidadãs.

Para Borloz e Farha (2019), relatores da Organização das Nações Unidas, “como resultado da intolerância religiosa e cultural, que pode incluir violência sexual e de outras

formas, as jovens lésbicas, os jovens gays, bissexuais, trans e de gênero diverso em todo o mundo enfrentam exclusão socioeconômica”.

A negligência por parte da família, quase sempre traz como consequência a situação de rua, na qual se vivencia vulnerabilidade, potencializada pelo uso desregrado de álcool e outras drogas. Logo a prostituição se apresenta como ‘único’ caminho a seguir, como forma de sobrevivência. Essa situação foi construída a cada negação recebida, muitas vezes se efetivando a partir da exclusão perpassada pelo *bullying* (transfobia) no ambiente escolar, que traz como resultado o alto índice de evasão.

Corroboram essa ideia Borloz e Farha (2019), ao escreverem suas reflexões sobre a evasão escolar:

Na escola, muitos jovens LGBT sofrem bullying, o que resulta em taxas de abandono que são mais altas do que a média e tem consequências severas, de longo prazo, para o seu projeto de vida. Os jovens LGBT têm menos probabilidade de ter níveis educacionais e habilidades para encontrar emprego e alcançar segurança econômica, o que, por outro lado, afeta a sua oportunidade de encontrar moradia adequada (BORLOZ; FARHA *apud* BRAIL, ONU, 2019).

As situações danosas e recorrentes são fomentadoras de dores em suas diversas dimensões físicas e emocionais, desencadeadoras de transtornos mentais como a depressão e a bipolaridade, além de níveis elevados de tentativas de suicídio.

Jailson de Souza e Silva (2019) em palestra intitulada “Excluídos da cidade: potência e convívio”, por ele proferida em 18 de outubro de 2019, no Café Filosófico — programa de televisão brasileiro, transmitido pela TV Cultura — nos convida à reflexão a partir do seguinte questionamento:

Por que eu tenho esse jeito de olhar pra pessoa trans? Eu conheço uma pessoa trans que fez quarenta e cinco entrevistas de emprego, super competente, super qualificada, mas ela não entrou em nenhum porque ela é trans. O que que faz a orientação sexual, aquele tipo de caminhada, aquela veia de orientação do desejo, faça com que eu não possa empregar aquela pessoa? O que que orienta o meu olhar, pra que eu não possa reconhecer a humanidade daquela pessoa? (SILVA, 2019).

Percebe-se, na fala do professor referenciado, que para as pessoas transexuais a empregabilidade é bastante dificultada por serem vistas apenas a partir de sua sexualidade.

Embora não haja dúvidas de que a conquista de todo o percurso escolar (inclusive em grau universitário), não garante empregabilidade a ninguém; todavia, também não há

dúvidas de que para pessoas hetero, brancas e de classe média/alta as ‘portas’ estão, “naturalmente” entreabertas antes da comprovação e do preenchimento das competências exigidas para o exercício de determinado cargo ou profissão.

Com o intuito de encontrar formas de enfrentamento e desconstrução dessa situação posta pela sociedade, pessoas se agrupam e se engajam objetivando auxiliar na construção de novos paradigmas e, conseqüentemente, novas realidades para que pessoas trans sejam inseridas no mercado de trabalho.

Assim, surgiu, em 2014, o portal Transempregos, criado por um grupo de ativistas pelos direitos das pessoas trans e travestis, com os objetivos de capacitar as empresas para receberem essas pessoas, de articular empresas que investem na diversidade, de oferecer palestras conscientizadoras para colaboradores, além de oferecer vagas em diversas áreas, principalmente em companhias multinacionais (TRANSEMPREGOS, 2019).

Entendemos que a visibilidade é o primeiro passo para a conscientização, pois não podemos compreender o que não chega a nós de alguma forma. Logo, ao ser humano conscientizado da existência de algo, cabe buscar sempre mais informações que embasem seus pensamentos e sentimentos.

Como consequência, haverá maiores possibilidades de que após serem adquiridos os conhecimentos necessários, o ponto de vista antes defendido sofra modificações, e isso possa trazer respeito pelo outro enquanto ser humano.

Parece-nos, então, que quando se sente respeito por pessoas, se consegue ver nelas o que há de comum nos seres humanos, ou seja, a humanidade, e que apenas esta característica torna-se suficiente para que se crie, se descubra e se construam meios para que elas possam viver de forma digna.

Percebe-se que a ascensão social através do trabalho está totalmente associada à possibilidade de empregabilidade. De tal forma, que não se consegue viver dignamente com prostituição, mas apenas sobreviver. Em uma sociedade organizada a partir do sistema capitalista, aquelas que não conseguem renda suficiente para responder as demandas que a vida lhes apresenta, estarão quase sempre fadadas à exclusão em suas diversas formas.

Surgem, aos poucos, e de modo ainda acanhado, mas, ganhando cada vez mais visibilidade e interesse, novas narrativas, mais empoderadas por alcançarem espaços acadêmicos e profissionais, antes inalcançáveis, contribuindo para construção de um novo momento histórico, social e político.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender as pessoas transexuais a partir de suas relações com a educação formal e as religiosidades, tendo como foco a relação com as religiões cristãs.

Acreditamos que algumas respostas foram encontradas, e desejamos que elas possam contribuir para a construção de paradigmas diversos dos existentes, além de poderem se tornar ferramentas no enfrentamento das diversas formas de preconceitos e discriminações vivenciadas pelas pessoas transexuais.

Aparentemente, esses marcadores se apresentavam interligados, porém, não estava facilmente compreensível como, efetivamente, eles se configuravam.

O processo de leitura de pensamentos, entendimentos, opiniões e pesquisas em variadas fontes sobre as pessoas LGBT, proporcionou entrar em contato, mais diretamente, com experiências pessoais vivenciadas, na sua maioria, por caminhos tortuosos, na busca pela cidadania e pelo direito de uma existência digna.

Tal experiência nos levou a desenvolver, inevitavelmente, um olhar mais empático para com essas pessoas e suas trajetórias de vida.

À medida que este estudo se construía, tomávamos consciência de uma realidade inegável, repleta de desigualdades e ausência de respeito aos direitos humanos, como uma espécie de marca que acompanha o Brasil há algum tempo, e de maneira mais agressiva e explícita no final do século passado e na atualidade.

Sabe-se, para quem tem olhos de ver, que as violações de direitos sofridas pelos índios, pelos negros, pelos pobres, pelas pessoas LGBT, e por todos os outros grupos referenciados como minorias, ocorrem com o intuito de manter os interesses da elite branca, hetero, cristã.

De tal sorte, ao refletirmos sobre o que pode representar ser homem ou ser mulher nesta sociedade, sob uma perspectiva fundamentalista e conservadora, sem sombra de dúvida, percebemos a existência de forte relação com a existência cruel e nefasta de atitudes que expressam exclusão, dicotomia, descaracterização, inferiorização, como uma espécie de limitação e redução do ser humano ao sexo, ao gênero e à orientação sexual.

São atitudes respaldadas na heteronormatividade, a partir das quais se considera que os genitais são determinantes biológicos para macho/fêmea, cada gênero homem/mulher contém papéis sociais determinantes a serem representados, e quanto à

orientação sexual, apenas a heterossexual é respeitada e considerada ‘normal’, ‘natural’, ‘legítima’.

Apesar de vivermos em um Estado Laico, se observa a grande influência das religiões cristãs na defesa da heterossexualidade como única possibilidade de relação afetiva e sexual, respaldando esse posicionamento na importância da continuidade da espécie humana.

Podemos, porém, compreender que as pessoas que apostam no conservadorismo e nos que pregam essas religiões, não buscam apenas defender a importância da perpetuação da espécie humana, mas atrelam a essa ideia a manutenção da família tradicional e do machismo, os quais são geradores da LGBTfobia, da negação dos direitos políticos e sociais das minorias, da limitação nas relações de trabalho, da continuidade da hierarquização de poder, além de fomentar a invisibilidade desta realidade, dificultando assim, possíveis mudanças no contexto vigente.

Na grande maioria dos espaços religiosos cristãos, com algumas exceções, as pessoas transexuais não são acolhidas. Há sempre um olhar discriminador e crítico sobre as formas de se apresentar e de ser, pois eles vão de encontro ao que hegemonicamente se costuma reconhecer como comportamentos ‘errados’ diante de Deus.

Em alguma medida, as pessoas transexuais entraram em contato com essas religiões quando criança, principalmente, por influência de suas mães, e naquele momento ainda eram aceitas. Mas, ainda que durante a infância já se percebessem diferentes das outras pessoas, foi durante a adolescência que mais se fez presente a dificuldade de ‘esconder’ quem se é. Por isso, quando decidiram apresentar-se à sociedade com uma nova forma, concomitantemente surgiram os preconceitos e as discriminações, fazendo-as vivenciar o sentimento de exclusão por não poderem compartilhar do espaço que representa, socialmente, o lugar dos(as) ‘cidadão(dãs) de bem’.

Algumas pessoas transexuais levam certo tempo, notadamente durante a adolescência, tentando permanecer na religião em que escutavam, quando criança, durante as missas e as aulas de catecismo, ou nos cultos evangélicos e escolas dominicais, que o amor e o respeito ao próximo é a ação que Deus espera de todos os cristãos.

Desde o início da adolescência, quando a transexualidade se faz presente definitivamente, a dificuldade de frequentar espaços educacionais e religiosos, torna-se quase que um imperativo à marginalização, na qual configura-se, de forma radical, a

negação da cidadania, com a violação dos direitos à educação, à saúde, à moradia e ao trabalho como bases estruturantes que são.

Então, quando se tornam jovens adultos, começam a perceber que precisam se respeitar enquanto seres humanos, e, geralmente, chegam a conclusão de que o fato de serem impedidos de frequentar as liturgias e participar das tarefas religiosas, enquanto membro, assim como, o não poderem estar nesses espaços com o intuito de se conectar a Deus, não significa que Ele não os ame como são.

Logo apreendem que a Bíblia, como fonte para as pregações, pode ser interpretada de diferentes formas e, por isso, pode ser usada para atender a interesses que nem sempre se referem à religião com Deus.

Aos poucos, ao entrarem em contato com outras maneiras de compreensão e aceitação de suas singularidades, constatam que não são pessoas abjetas, muito menos ‘aberrações’, embora sejam essas as colocações dirigidas a elas por algumas congregações e denominações das religiões cristãs.

Aquelas pessoas trans, que continuam desejosas por vivenciar uma religiosidade, constroem caminhos viáveis, quando, por exemplo, realizam as orações e rituais aprendidos quando criança, agora sozinhos, em seus quartos; buscam ser acolhidas pelas Igrejas Inclusivas ou se engajam em outras religiões como as de Matriz Africana e o Budismo, ou em doutrinas como o Espiritismo, nas quais encontram pouca ou quase nenhuma rejeição.

Levando-se em conta o que foi observado durante este estudo, a negação do direito à educação formal pode ser destacada como uma das mais impactantes dentro da perspectiva de autorreconhecimento, empoderamento e auto respeito, uma vez que é grande a probabilidade dos conhecimentos adquiridos nas escolas e universidades, auxiliarem em reflexões que se construam a partir de questionamentos como: por que há discriminação, por que há exclusão, por que há desigualdade social e econômica, *qual o meu papel nesta realidade, de que forma posso me tornar o protagonista de minha história?*

As adversidades vivenciadas cotidianamente, na família e na escola, nas idades iniciais da vida, trouxeram como consequências a evasão escolar e muito sofrimento emocional e psicológico, gerados pelo não reconhecimento e desrespeito por suas singularidades.

As discriminações e exclusões ocorrem de modo explícito, através do *bullying* ou transfobia, como formas mais impactantes.

Porém, não podemos deixar de pontuar as discriminações sutis, por exemplo, quando não foram incluídas em grupos de estudo ou para realização de trabalhos no ambiente escolar. Ou não terem sido convidadas para eventos familiares com a justificativa de que houve “esquecimento” ou olhares que transmitem crítica e rejeição, dirigidas a elas nos ambientes religiosos. São experiências que causam dor emocional e desequilíbrio psicológico, que as levam a pensar sobre o valor de suas vidas para elas e para a sociedade a que pertencem.

Embora as experiências vivenciadas com respeito e acolhimento tenham sido apontadas como raras, ao tomar consciência da possibilidade de repetição desses momentos, as levou a entender que precisavam encontrar formas de enfrentamentos para desfazer estruturas que se apoiam no preconceito e na discriminação. Assim, apontaram a Educação como o melhor caminho.

Todas as pessoas entrevistadas pontuaram a importância do acesso aos conhecimentos acadêmicos — filosóficos, sociológicos, históricos, econômicos, políticos e culturais. Para elas, esses conhecimentos auxiliaram em reflexões, que proporcionaram significativa mudança em suas vidas, pois conseguiram se deslocar da perspectiva de ‘excluídos’ para ‘protagonistas’, passaram a compreender que os reais propósitos do conservadorismo e do fundamentalismo religioso são a manutenção do poder e controle da classe dominante, em uma sociedade que é, acima de tudo, patriarcal-cisgênero-heteronormativo-machista.

A partir desse entendimento, passam a tomar consciência que precisariam estimular e empoderar as outras pessoas para resistirem aos sofrimentos vividos durante o período escolar, para que não sejam obrigadas a aceitar a evasão escolar como único caminho possível. Mas, sim, que compreendam ser a permanência na escola o único caminho para que consigam ser inseridas na universidade, e seguir desconstruindo a invisibilidade e ocupando novos lugares de fala e de enfrentamentos.

Freire (2011) nos faz pensar na importância de ter acesso a uma educação *problematizadora, que de modo permanente, leve a uma percepção crítica do lugar que se ocupa e como se desenvolve na sociedade a que pertence*. Rejeita, assim, a educação assistencialista, que apenas fomenta a dominação e inibe a criatividade.

Em muitos momentos, pareceu-nos que as adversidades e descasos passíveis de ser ultrapassados se apresentavam para além dos limites suportáveis. Os dados apresentados pelo relatório do Observatório de pessoas trans assassinadas, publicado pela *Transrespect versus Transphobia Worldwide* (TvT), apresentam que os assassinatos

chegaram a ordem de 331 casos entre 1º de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2019; nele, o Brasil ocupa o lugar do país que mais assassina pessoas trans (*Transrespect versus Transphobia Worldwide apud* BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Embora esta seja uma realidade cruel, desigual, que beira a desumanidade, surge um certo alento ao se perceber que, apesar das forças reacionárias e fundamentalistas permanecerem tentando impor suas ideias, visando sobrepor os direitos humanos e os preceitos constitucionais existentes para salvaguardar as pessoas LGBT, o intento não é alcançado em sua totalidade.

Podemos constatar que várias frentes de enfrentamento são abertas a cada momento. As mobilizações das pessoas transexuais ocorrem em diferentes espaços e procuram alcançar diversificados públicos, através da participação em eventos e palestras. Além de participação em congressos organizados, especificamente para discussão desse tema, com o intuito de possibilitar reflexões e diálogos que gerem estratégias de enfrentamento.

Nesse processo de construção de si, sob a perspectiva da cidadania, as pessoas que participaram deste estudo, declararam o desejo e a importância de cursar uma universidade, pois compreendem que dominar a tecnologia, desenvolver uma intelectualidade expressiva, e desenvolver-se em uma profissão escolhida, as *possibilitará* não apenas à empregabilidade, mas a conquista da dignidade e da cidadania.

Contudo, compreendem que uma graduação não é determinante para que sejam inseridas no mercado de trabalho, mas, caso alguma graduação não seja realizada, quase que inevitavelmente são impelidas e limitadas a buscar sua sobrevivência na área de estética ou na prostituição.

As narrativas dos participantes desse estudo, corroboram os dados numéricos que identificam a ínfima quantidade de pessoas trans que tiveram acesso à universidade, o que é reflexo de uma realidade injusta e desigual.

De acordo com a mais recente Pesquisa do Perfil dos Graduandos, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), com estudantes matriculados em 2018, a qual envolveu mais de 420 mil alunos, o que corresponde a 78% da rede, há apenas (0,1%) de homens e mulheres trans inseridos nas universidades (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR, 2019).

Podemos, então, ainda pontuar, caminhando para finalizar as colocações obtidas através deste trabalho, mas jamais aventando a hipótese de este ser conclusivo, que nos pontos abordados anteriormente, às pessoas transexuais são apresentados diversos *nãos*.

Porém, nos parece que o mais agravante desses *nãos*, se configura no fato de eles virem de pessoas e lugares que são, a princípio, pilares para o desenvolvimento e a convivência em sociedade, ou seja, a família, a educação e a religião. De tal sorte, que sem essas bases, a pessoa transexual é empurrada para a marginalidade.

Por isso, entendemos que um possível caminho para a transformação desse contexto exige mais empatia pela humanidade que constitui cada uma dessas pessoas, associada a uma reflexão que proporcione a transformação da visão negativa que possui hoje a transexualidade, retirando-as do lugar de pessoas transgressoras do sistema binário de gênero, imposto como base sociopolítica cultural e religiosa.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, M. **Educação**: o desafio da transexualidade. 2014. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/educacao-o-desafio-da-transexualidade/> Acesso em: 04 fev. 2019.
- ADAM, B. D. Theorizing homophobia. *Sexualities, (S. Js.)* v.1, n. 4, p.387-404, 1998. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/136346098001004001> Acesso em: 27 dez. 2018.
- ALVES, T. M. **Menino Princesa**: transgêneros, direito e educação inclusiva. 2017. Disponível em: https://talysonmonteiro.jusbrasil.com.br/artigos/533614621/menino-princesa-transgeneros-direito-e-educacao-inclusiva?ref=topic_feed Acesso em: 10 set. 2019.
- ANDRADE, L. N. de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese (Doutorado em Educação). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600> Acesso em: 29 out. 2019.
- ARAÚJO, M. C. Setorial LGBT: a invisibilidade da diversidade sexual e de gênero no Direito - palestra. XXXVI Encontro Nacional de Estudantes de Direito. 29 de julho de 2015. *In: OLIVEIRA, J. F. Z. C.; PORTO, T. C. A transfobia e a negação de direitos sociais*: a luta de travestis e transexuais pelo acesso à educação. *In: Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: EST, v. 4, 2016. p. 322-336. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/genero/article/download/649/363> Acesso em: 01 fev. 2019.
- ARFUCH, L. **El espacio biográfico**. Dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). **Manual de Comunicação LGBT**. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Com...> Acesso em: nov. 2018. Lançado durante a 5ª Conferência Regional da Liga na América Latina e no Caribe – evento realizado em Curitiba (PR) entre os dias 27 e 30 de jan. de 2010.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> Acesso em: 18 nov. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Brasil Invisibiliza e se Omite das Questões LGBTI frente a ONU**. Disponível em: <https://antrabrasil.org> > 2019/07/12 > brasil-invisibiliza-e-se-omite-das-que... Acesso em: 28 dez. 2019.

BACH, M. **As grandes religiões do mundo**. São Paulo: Record, 1999.

BENTO, B. A. M. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos).

BENTO, B. A. M. Na Escola se Aprende que a Diferença faz a Diferença. *In: Estudos Feministas*, Florianópolis, v.19, n. 2, p. 336, maio/ago. 2011.

BENTO, B. A. M. Na Escola se Aprende Que a Diferença Faz uma Diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio-ago. 2011.

BERNARDO, M. H. **Discurso flexível, trabalho duro**: o contraste entre a vivência de trabalhadores e o discurso de gestão empresarial. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BIANCO, A. P. **Tema transversal orientação sexual, prática pedagógica do professor de educação física**: Trajetórias e Desafios. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara. 2017. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_sexual/4498.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

BOHM, A. M. **Os “monstros” e a escola**: identidade e escolaridade de sujeitos travestis. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/29931> Acesso em: 10 jun. 2019.

BOMFIM, P. T. S. **Discriminação e preconceito**: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, DF. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/1939> Acesso em: 17 jan. 2019.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Daniel Borrillo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BORTOLINI, A. **Diversidade sexual na escola**. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.

BORTOLINI, A., BICALHO, P. P. G., MOSTAFA, M., COLBERT, M., POLATO, R.; PINHEIRO, T. F. **Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola**: Currículo e Prática Pedagógica. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2014.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BOZON, M. **Sociologia da Sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conferência Nacional da Educação Básica, 2008**. Documento Final. Brasília, DF: Presidência da República, Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Educação Básica, 2008. Disponível em: [portal.mec.gov.br > arquivos > conferencia > documentos > doc_final](http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc_final) Acesso em: 21 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social, 2018. **Respeito às diferenças**. Resolução que autoriza uso de nome social é homologada pelo Ministério da Educação. Brasília: DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=59221:resolucao-que-autoriza-uso-de-nome-social-de-travestis-e-transexuais-e-homologada-pelo-mec>. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, DF. MEC/SEF, 1998. **Temas transversais – Orientação sexual**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf> Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros curriculares nacionais Ensino Médio**. Brasília, DF. MEC/SEF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> Acesso em: 20 out 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saúde**. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais saúde / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, DF. MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro092.pdf> Acesso em: 30 out. 2019. Acesso em: 07 out. 2019.

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: SPM, 2009. Livro de conteúdo. Versão 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1/2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 mai. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1088-9-rcp001-12&category_slug=maio-2012pdf&Itemid=30192 Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 14/2017**. Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6015original.htm Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 14 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8727 de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Planalto. Disponível em: [www.planalto.gov.br > ccivil_03 > _ato2015-2018 > decreto > d8727](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/decreto/d8727) Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de Outubro de 1988. São Paulo, Atlas, 1995.

BRASIL. 1998. **Emenda Constitucional – EMC 090 de 15 de setembro de 2015**. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Disponível em:
https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_6_.asp. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. Organização das Nações Unidas (ONU). **Discriminação aumenta risco de jovens LGBTI irem morar na rua, dizem relatores**. Disponível em:
<https://nacoesunidas.org/discriminacao-aumenta-risco-de-jovens-lgbti-irem-morar-na-rua-dizem-relatores/> Acesso em: 17 set. 2019.

BRONFENBRENNER, U. The ecology of cognitive development: Research models and fugitive findings. *In*: WOZNIAK, R.; FISCHER, K. **Development in context: Acting and thinking in specific environments**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1993.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Disponível em:
[https://antrabrazil.files.wordpress.com > 2019/01 > dossie-dos-assassinatos-...](https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-...) Acesso em: 28 out. 2019.

BUTLER, J. P. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’. **Cadernos Pagu**, Florianópolis, n. 11, p. 11-42, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457> Acesso em 15 jul. 2019.

CABRAL, J. T. **Sexualidade no mundo ocidental**. Campinas: Papyrus, 1999.

CALOU, A. L. F. **De Sodomitas a Príncipes Mayas**: uma análise queer das teopolíticas do Vale do Amanhecer. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões). - Universidade Federal da Paraíba (UFPB) 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/dr/article/view/41917> Acesso em: 19 out. 2019.

CANELLA, P. R. B. Sexo, Sexualidade e Gênero. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 17, n. 1, p. 81-100, jan./ jun. 2006. SBRASH - Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana, Iglu Editora Ltda. - São Paulo – SP.

CARREIRA, S. S. G. Nos meandros do fantástico: a Era Vitoriana segundo Arthur Machen. **Revista Organon**, Rio Grande do Sul, v. 33, n. 65, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/86263> Acesso em: 20 fev. 2018.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-84, out./ dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf> Acesso em: 05 mar. 2020.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil**: Leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. Petrópolis: Vozes, 2014.

PAIVA, T. Orientação sexual é suprimida da Base Nacional Curricular. 2015. **Revista CartaCapital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/orientacao-sexual-e-suprimida-da-base-nacional-curricular/> Acesso em: 02 ago. 2019.

CARVALHO, G. P. de; OLIVEIRA, A. S. Q. de. Gênero, transexualidade e educação: reconhecimento e dificuldades para emancipação. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, n. 4, ed. especial, set./dez.2017. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/8198> Acesso em: 01 jan. 2019.

CASTEL, P.-H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 21, nº 41, p. 77-111. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso Acesso em: 11 jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882001000200005>.

CÉSAR, M. R. de A. Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras. In: XAVIER FILHA, C. (org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

COMPAGNONI, F.; PIAN, G.; PRIVITERA, S. (orgs). **Dicionário de Teologia Moral**. São Paulo: Paulus, 1997. Série Dicionários.

CONNELL, R. W. **Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics**. Cambridge: Polity, 1987.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Brasília, DF: CFP, 2019.

CORES, T. **Enem**: atendimento por nome social valoriza identidade de gênero. 2018. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/enem/enem-atendimento-por-nome-social-valoriza-identidade-de-genero> Acesso em: 06 out. 2019.

CORINO, L. C. P. **Homoerotismo na Grécia Antiga**: homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. Biblos, Rio Grande, n.19, p. 19/24, 2006. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/06/pdf_7b61bc03a1_0010976.pdf Acesso em: 14 fev. 2019.

CORROCHANO, M. C.; BRESCIANI, L. P. **O mundo do trabalho**: contexto e sentido (O assunto é... Trabalho e Consumo). 2005. Disponível em: <https://diretoriodepesquisasnjlattes.mdh.gov.br/grupos/NEPGPVPE/PT5-0.html> Acesso em: 29 out. 2019. Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Recurso educativo em mídia digital.

COSTA, A. E. da. **Deus criou macho e fêmea**. 2015. Disponível em: <http://solascriptura-tt.org/VidaDosCrentes/VidaAmorosa/DeusCriouMachoEFemea-AECosta.htm> Acesso em: 25 jan. 2019.

DESACATO. **Contra a transfobia nas escolas, professoras fundam o Instituto Brasileiro Trans de Educação**. 2017. Disponível em: <http://desacato.info/contra-a-transfobia-nas-escolas-professoras-fundam-o-instituto-brasileiro-trans-de-educacao/> Acesso em: 07 fev. 2019.

DEL PRIORE, M. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2014.

DINIS, N. F. Discursos sobre homossexualidade e gênero em um curso de formação em Psicologia. **ETD – Educ. Tem. Dig.**, Campinas. v. 14, n. 1, p. 62/75, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1241> Acesso em: 20 fev. 2019.

DURAND, G. **Sexualidade e fé**: síntese de teologia moral. São Paulo: Loyola, 1989.

ENDJSO, D. O. **Sexo e religião**: do baile de virgens ao sexo sagrado homossexual. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FAGUNDEZ, I. **'Professora, você é homem?'** A vida de uma mulher trans na sala de aula. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40937289> Acesso em: 07 jul. 2019.

FEITOSA, L. C. **Amor e sexualidade**: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. n°.63, São Paulo, jan./apr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p103-120> Acesso em: 13 jul. 2019.

FERRARI, A.; CASTRO, R. P. Pensando a Diversidade Sexual nas Escolas. *In*: **Revista Diversidade e Educação/ FURG** - v. 2, n.4, jul./dez. 2014 – Rio Grande/RS. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/6355> Acesso em: 02 jan. 2019.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: UEL, 2001.

FIORI, E. M. Prefácio: Aprender a dizer a sua palavra. *In*: FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FRANCO, N.; CICILLINI, G. A. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 325/346, maio-ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n2/0104-026X-ref-23-02-00325.pdf> Acesso em: 12 mar. 2019.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution and recognition**: a political exchange. London; New York: Verso, 2003.

FREIRE, P. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 259/268, ago. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jul. 2019.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, H. Quando a transexualidade encontra a religião. 2017. **Revista Forum**, Aparecida. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/quando-transexualidade-encontra-religiao/> Acesso em: 05 jul. 2019.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: FREUD, S. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GAFO, J. Cristianismo e homossexualidade. Luzes e sombras de uma interpretação histórica. In: VIDAL, M.; MARTOS, J. M. F.; GAFO, J.; LASSO, P.; HIGUERA, G.; RUIZ, G. (orgs.). **Homossexualidade**: ciência e consciência. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

GAUDERER, C. **A vida sem receitas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**. set./out./nov./dez., nº 2, p. 40-51. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf> Acesso em: 03 jul. 2019.

GOODMAN, L. A. Snowball sampling. **The Annals of Mathematical Statistics**. v. 32, p. 148/170, 1961.

GORDON, Richard. **A assustadora história do sexo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

GOUVEIA, R. B. **Religião e sexualidade**: interfaces da intolerância religiosa na Educação para a diversidade sexual na rede municipal de ensino do Recife. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

HEREK, G. M. Beyond “homofobia”: Thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. **Sexuality Research & Social Policy**, v. 1, n. 2, p. 6/24, 2004.

Disponível em: <https://link.springer.com › article › srsp.2004.1.2.6> Acesso em: 27 dez. 2018.

HIRSCHMAN, A. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HONNETH, A. **La Lucha por el Reconocimiento**: Por una gramática moral de los conflictos sociales. Barcelona: Novagràfik, 1997.

HOPFENSBERGER, J. **Minneapolis pastor and First Covenant Church evicted over LGBT stance**. Star Tribune, 2019. Disponível em: <http://www.startribune.com/minneapolis-pastor-and-first-covenant-church-evicted-over-lgbt-stance/511979272/?refresh=true> Acesso em: 05 jul. 2019.

HUSSERL, E. **A Ideia da Fenomenologia**. São Paulo: Edições 70, 2008.

JORDÃO, C. M. Abordagem comunicativa, pedagogia crítica e letramento crítico – farinhas do mesmo saco? *In*: HILSDORF ROCHA, C.; MACIEL, R. (orgs.) **Língua estrangeira e formação cidadã**: por entre discursos e práticas. Campinas: Pontes, 2013.

JESUS, F. W. de. A cruz e o arco-íris: refletindo sobre gênero e sexualidade a partir de uma “igreja inclusiva” no Brasil. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 12, n. 12, p. 131/146, out. 2010. Disponível em: <nigs.paginas.ufsc.br/files/2012/01/fatima-weiss-cruz.pdf> Acesso em: 28 dez. 2018.

JUNG, C. G. **Psicologia e Religião**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

JUNG, C. G. **O Homem e seus Símbolos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000.

JUNQUEIRA, R. Homofobia: Limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Revista Bagoas**, v. 1, n. 01 (2007): Bagoas - estudos gays: gênero e sexualidades. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256> Acesso em: 27 dez. 2018.

JUNQUEIRA, R. “Políticas de educação para a diversidade sexual: escola com lugar de direitos”. *In*: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (org.). **Homofobia & educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Editora UnB, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. *In*: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal *In*: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009.

KATCHADORIAN, H. **La sexualidad humana un estudio comparativo de su evolución**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

KING, D. “Gender blending. Medical perspectives and technology”, *In*: Richard Ekins e Dave King (ed.), **Blending Gender**: Social Aspects of Cross-dressing and Sex-changing, London: Routledge, 1996.

LA BOÉTIE, E. de. **Discurso sobre a servidão voluntária**. São Paulo: Edipro, 2017.

LANZ, L. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8069632-Leticia-lanz-geraldo-eustaquio-de-souza.html> Acesso em: 30 jan. 2019.

LAQUEUR, T. **La fabrique du sexe**. Paris: Gallimard, 1992.

LEITE JUNIOR, J. Transitar para onde? monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200016&lng=en&nrm=iso Acesso em: 28 jan. 2019.

LEITES, E. **A consciência puritana e a sexualidade moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEITE JR, Jorge. Transitar para onde? monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, Aug. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200016&lng=en&nrm=iso Acesso em: 28 Jan. 2019.

LIMA, A. M. Gênero, diversidade sexual e Psicologia: reflexões sobre a formação das(os) psicólogas(os). *In*: FERRÃO, D.; CARVALHO L. H., COACCI, T., (orgs.). **Psicologia, gênero e diversidade sexual**: saberes em diálogo. Belo Horizonte, MG: CRP04, 2019.

LISBOA, V. Voluntários se mobilizam na preparação de transexuais para o Enem. 2015. **AgênciaBrasil**. Brasília: DF. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-07/voluntarios-se-mobilizam-na-preparacao-de-transexuais-para-o-enem>. 2015. Acesso em: 21 out. 2019.

LOURO, G. L. (org.). **O Corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541/553, 2001. Disponível em: [www.scielo.br > scielo > pid=S0104-026X2001000200012](http://www.scielo.br/scielo/pid=S0104-026X2001000200012) Acesso em 27 dez. 2018.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOYOLA, M. A. (org.) **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

MALAVOLTA, A. N. Liberdades Religiosas e Liberdades Sexuais e Reprodutivas em um Estado Laico. *In*: NARDI, H. C.; MACHADO, P. S.; SILVEIRA, R. S. (orgs.) **Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas**: o que a laicidade tem a ver com isso? Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015.

MARTINS, F.; ROMÃO, L.; LINDNER, L.; REIS, T. (orgs). **Manual de comunicação lgbt**. 2010. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf> Acesso em: 5 fev. 2019.

MARX, K. Salário, Preço e Lucro. *In*: **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. MARX, Karl. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MATOS, D. C. **Sexualidade em debate**: Uma Análise das Rodas de Conversas. Nilópolis, Rio de Janeiro, 2018.

MELO, V. E. **O grupo de trabalho de educação em sexualidade da rede municipal de ensino do Recife**: limites e avanços da sua atuação a partir das perspectivas religiosas de docentes. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017.

MERTENS, J. **Pode a igreja acolher a comunidade de transgêneros?** Instituto Humanitas Unisinos, 2015. São Leopoldo. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/540113-pode-a-igreja-acolher-a-comunidade-de-transgeneros> Acesso em: 25 jan. 2019.

MEYEROWITZ, J. **How sex changed**. A history of transsexuality in the United States. Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts, London, England, 2002.

MICHAELIS, dicionário da língua portuguesa. **Sexismo**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=neP8A>. Acessado em 14 out. 2019.

MILLER, A. S.; STARK, R. Gender and religiosity: can socialization explanations be saved? **American Journal of Sociology**, v. 107, n. 6, p. 1399/1423, 2002. Disponível em: www.baylorisr.org/wp-content/uploads/stark_gender.pdf Acesso em: 13 jun. 2019.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239/262, jul./set. 1993.

MISSAOJOVEM. **Denominação cristã**. Disponível em: <https://www.missaojovem.org/denominacao-crista/> Acesso em: 08 mar. 2020.

MOHLER JR, A. Teologia Bíblica e Crise de Sexualidade. **Ministério Fiel** – apoiando a igreja de Deus. 2015. Disponível em: http://www.ministeriofiel.com.br/artigos/detalhes/782/Teologia_Biblica_e_Crise_de_Sexualidade Acesso em: 25 jan. 2019.

MUSSKOPF, A. S. **Via(da)gens teológicas**: itinerários para uma teologia Queer no Brasil. Tese (Doutorado em Teologia), São Leopoldo, EST., 2008. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/handle/BR-SIFE/623> Acesso em: 19 maio 2019.

NATAL-NETO, F. O.; MACEDO, G. S.; BICALHO, P. P. G. A Criminalização das Identidades Trans na Escola: Efeitos e Resistências no Espaço Escolar. **Psicol. Ensino & Form.**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 78/86, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612016000100008&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 09 jan. 2019.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papirus, 1987.
OLIVEIRA, J. F. Z. C.; PORTO, T. C. **A Transfobia e a Negação de Direitos Sociais**: a Luta de Travestis e Transexuais pelo Acesso à Educação. *In*: Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, 4. 2016, São Leopoldo. *Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: EST, v. 4, 2016. | p. 322/336
Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/genero/article/download/649/363>
Acesso em: 30 jan. 2019.

OLIVEIRA, P. A. R. Religiosidade: Conceito para as ciências sociais. *In*: COMISSÃO DE ESTUDO DE HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA. SIMPÓSIO ANUAL. 26. ;1999, Brasília, DF; *In*: COUTINHO, S. R. (org.). **Religiosidades, Misticismo e História no Brasil Central**. CEHILA-Brasil 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The UN “Protect, Respect and Remedy” Framework for Business and Human Rights**. ONU, 2010. Disponível em: <https://business-humanrights.org/sites/default/files/reports-and-materials/Ruggie-protect-respect-remedy-framework.pdf> Acesso em: 30 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (ONU). **Sexual and Reproductive Health Organization (WHO)**, 2006. Disponível em:

http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en Acesso em: 22 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **ONU e ativista elogiam decisão da OMS de tirar transexualidade da lista de doenças mentais.** 2018.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-e-ativista-elogiam-decisao-da-oms-de-tirar-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/> Acesso em: 22 jan. 2019.

PANZINI, R.G. *et al.* Qualidade de vida e espiritualidade. **Rev. Psiq. Clín.** v. 34, n. 1, p. 105-115, 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rpc/v34s1/a14v34s1.pdf Acesso em: 27 dez. 2018.

PASSAMANI, G. R. **O arco-íris (dês)coberto:** Homossexualidade masculinas, movimentos sociais e identidades regionais. – Os casos de Porto Alegre e Bueno Aires. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria; 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9684> Acesso em: 16 fev. 2019.

PASSOS, M. Ciências da Religião aplicada à educação sociopolítica. *In:* PASSOS, J. D.; USARKI, F. (orgs.). **Compêndio de Ciência da Religião.** São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e Ideologia:** uma introdução crítica à Psicologia Escolar. São Paulo: T. A Queiroz, 1984.

PERES, W. S. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. *In:* JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009.

PETRY, A. R.; MEYERA, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos.** Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434> Acesso em 21 jan. 2019.

PINTO, Á. V. **A Questão da Universidade.** São Paulo: Cortez, 1994.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “índizível ao dizível”. *In:* VON SIMSON, O. M. **Experimentos com histórias de vida.** São Paulo: Vértice, 1988.

RANKE-HEINEMANN, U. **Eunucos pelo reino de Deus.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

RIBEIRO, P. R. M. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. *In*: FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina: UEL, 2009.

RODRIGUES, E. L. **As Igrejas Inclusivas**: O Movimento Homossexual buscando seu espaço no meio evangélico. *In*: Anais do XIV Encontro Nacional da Abrapso, outubro/novembro de 2007. Disponível em: [www.abrapso.org.br > conteudo > html > sessoes > 1882_sessoes_resumo](http://www.abrapso.org.br/conteudo/html/1882_sessoes/1882_sessoes_resumo) Acesso em: 03 abril 2019.

RIOS, R. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre o preconceito e discriminação. *In*: JUNQUEIRA, R. (org.), **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas** (pp. 52- 83). Brasília, DF: Secad/MEC e UNESCO, 2009.

SABÓIA, G.; MARTINI, P. **Órgãos oficiais não medem a escolaridade de pessoas transgênero no Brasil**. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/185977/orgaos-oficiais-nao-medem-escolaridade-de-pessoas-.htm>. Acesso em: 10 fev. 2019. Reportagem inclusa na CBN – séries, temática: A Academia também pode ser del(x)s.

SALEIRO, S. P. **Transgêneros**: Uma abordagem sociológica da diversidade de gênero. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). 2013. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7848> Acesso em: 02 jan. 2019.

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. A. D. Quando o estranhamento se traduz em preconceito: trajetórias de vida de pessoas transexuais. *In*: VIEIRA, T. R. (org.). **Minorias Sexuais: direitos e preconceitos**. Brasília – DF: Consulex, 2012.

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. A. D. A transexualidade na atualidade: discurso científico, político e histórias de vida. *In*: **Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. Salvador: UNEB, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15770> Acesso em: 05 jul. 2019.

SANTOS, D. B. C. **Cartografias da transexualidade**: a experiência escolar e outras tramas. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25058?show=full> Acesso em: 07 maio 2019.

SANTOS, B. S. A construção multicultural da igualdade e da diferença. **Oficina do CES**. Publicação seriada do Centro de Estudos Sociais, Coimbra. 1999.

SANTOS, B. S.; CHAUI, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SEFFNER, F. Modus vivendi, liberdade religiosa e liberdade sexual: o que a escola tem a ver com isso? *In*: NARDI, H. C.; MACHADO, P. S.; SILVEIRA, R. da S. (orgs). **Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas**: o que a laicidade tem a ver com isso? – Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015.

SEGNINI, L. R. P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72-81 Junho, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9791.pdf> Acesso em: 11 abril 2019.

SILVA, E. B. T. **Mecanismos de defesa do ego**. 2011. Disponível em: [www.psicologia.pt. > artigos > textos](http://www.psicologia.pt/>artigos>textos). Acesso em: 02 mar. 2020.

SILVA, G. P. da. A Importância da Leitura para a Formação Social. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 02, Vol. 01. p. 540-549, Abril de 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-social> Acesso em: 15 jul. 2019.

SILVA, J. de S. e. **Excluídos da cidade**: potência e convívio. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=br8joa_zlY8 Acesso em: 05 nov. 2019.

SILVA, J. A. da. **Diversidade Sexual na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**: limites e possibilidades da efetivação do direito à educação. 2016. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Educação UFMG/FAE. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/tese_doutorado_jerry_adriani_da_silva Acesso em: 04 março 2019.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE (SBMFC). **Cuidado de pessoas transexuais e travestis**. Disponível em: www.sbmfc.org.br/noticias/cuidado-de-pessoas... 2019. Acesso em: 25 jun. de 2019.

SOUZA, H. A. de; BERNARDO, M. H. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, n. 11, p. 157-175. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6548> Acesso em: 03 fev. 2019.

SOUZA, N. F.; CABRAL, N. D. A. Pistas para a compreensão da homofobia no cristianismo: uma discussão a partir de Daniel Borrillo. *In*: SILVA, A. F.; LOPES JÚNIOR, O. P.; LUIZ, R. R. (orgs.). **Mythos-logos**: uma epistemologia dos estudos da religião. Curitiba, PR: CRV, 2011.

SNOEK, J. **Ensaio da ética sexual**: a sexualidade humana. São Paulo: Paulinas, 1981.

THAIS, P. Orientação sexual é suprimida da Base Nacional Curricular. **Revista CartaCapital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/orientacao-sexual-e-suprimid...> Acesso em: 13 out. 2019.

TOLEDO, L. F. **Maioria diz que gênero e sexualidade devem entrar no currículo escolar, diz pesquisa encomendada pelo MEC**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/02/05/maioria-diz-que-g...> Acesso em: 16 fev. 2019.

TORRES, M. A. A importância da Laicidade para Liberdade Sexual e sexualidades, im/possíveis em contextos heteronormativos. *In*: NARDI, H. C.; MACHADO, P. S.; SILVEIRA, R. S. (orgs.). **Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas**: o que a laicidade tem a ver com isso? – Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015.

TRANSRESPECT VERSUS TRANSPHOBIA WORLDWIDE, 2019. TMM Update Trans Day of Remembrance 2019. **331 reported murders of trans and gender-diverse people in the last year**. Disponível em: <https://tgeu.org/tmm-update-trans-day-of-remembrance-2019/330/> Acesso em: 18 nov. 2019.

WEECKS, J. O Corpo e a Sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (org). **O Corpo Educado**. Belo horizonte: Autêntica, 2000.

WILGES, I.; COLOMBO, O. P. **Cultura religiosa**: fenômeno religioso, religiões, revelação, temas éticos. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), na pesquisa intitulada **RELIGIÃO E GÊNERO: O PROCESSO DE RELIGIOSIDADE EM PESSOAS TRANSEXUAIS**, cujo principal objetivo é analisar as experiências DE religiosidade de pessoas transexuais levando em consideração a influência da escolaridade.

O presente estudo é realizado pela mestrandia Ana Margareth Manique de Melo, aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco (Rua do Príncipe, 526, Boa Vista. CEP 50050-900. Recife-PE. Brasil. Telefones: (081) 2119-4000; (081) 2119-4066.

A metodologia para a obtenção de dados para a pesquisa consistirá em ouvir, gravar e transcrever fielmente, para posterior análise de discurso, os relatos dos voluntários sobre os seguintes temas: sexualidade, religião e educação.

A pesquisadora garante que os riscos são apenas de desconforto subjetivo para os participantes da pesquisa assim como pretende com a mesma, apenas e tão somente, obter subsídios acadêmicos, os quais poderão servir de apoio para estudos na área de religião, educação e sexualidade.

Cada depoente tem a garantia de que, em qualquer etapa do estudo, terá acesso a pesquisadora responsável para esclarecimentos de eventuais dúvidas, tanto diretamente quanto através do Mestrado em Ciências da Religião, e/ou da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, e/ou do Comitê de Ética, da Universidade Católica de Pernambuco, podendo apresentar recursos ou reclamações através do telefone: (081) 21194369 – (Secretaria dos Programas de Pós-Graduação). As instâncias acima citadas encaminharão quaisquer procedimentos julgados necessários.

É garantida, a qualquer momento, a liberdade da retirada do presente consentimento e a consequente exclusão do estudo. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as dos demais participantes, não podendo ser divulgada a

identificação dos mesmos. Não há nenhum tipo de compensação financeira relacionada à participação dos depoentes.

Assim, sendo, declaro que obtive todas as informações necessárias para poder decidir, de forma livre e esclarecida, sobre a minha participação na referida pesquisa.

Recife, _____ de _____ 2018.

Assinatura do(a) participante

Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CURSO DE MESTRADO

Título da investigação: **EDUCAÇÃO E RELIGIÃO: ENTRELACEMENTOS E INFLUÊNCIAS NA VIDA DAS PESSOAS TRANSEXUAIS.**

Entrevistadora: Ana Margareth Manique de Melo.

ENTREVISTA

1. Idade

2. Nível de escolaridade

3. Qual sua identidade de gênero?

4. Qual sua orientação sexual?

5. Você se reconhece como uma pessoa religiosa?

6. Você pode descrever suas experiências religiosas mais marcantes?

7. Sua identidade de gênero já interferiu ou interfere na sua vivência religiosa?

8. Sua formação acadêmica interferiu de alguma forma em sua escolha e vivências religiosas?

Data da entrevista:

Horário de Início:

Horário de término: